



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PROFHISTÓRIA**

UBIRAJARA SOARES MONTEIRO

**MEMÓRIAS SOLIDÁRIAS PARA UM ENSINO ANTIRRACISTA DE HISTÓRIA:
MIGRANTES HATIANO(A)S NA CIDADE DE ITAJAÍ/SC**

Florianópolis
2025



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PROFHISTÓRIA**

**MEMÓRIAS SOLIDÁRIAS PARA UM ENSINO ANTIRRACISTA DE HISTÓRIA:
MIGRANTES HATIANO(A)S NA CIDADE DE ITAJAÍ/SC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal de Santa Catarina. Para a Linha de Pesquisa Saberes Históricos no Espaço Escolar e sob orientação do Prof. Dr. Elison Antonio Paim

Florianópolis, 2025.

Monteiro, Ubirajara Soares

Memórias Solidárias para um Ensino Antirracista de
História : Migrantes Haitiano(a)s na Cidade de Itajaí/SC /
Ubirajara Soares Monteiro ; orientador, Elison Antonio
Paim, 2025.
119 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal
de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História,
Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Ensino de História. 2. Ensino de História. 3.
Antirracista. 4. Haiti. 5. Migração. I. Paim, Elison
Antonio . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. III.
Título.

UBIRAJARA SOARES MONTEIRO

**MEMÓRIAS SOLIDÁRIAS PARA UM ENSINO ANTIRRACISTA DE HISTÓRIA:
MIGRANTES HATIANO(A)S NA CIDADE DE ITAJAÍ/SC**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Handerson Joseph (UFRGS)

Prof. Dr(a) Mônica Martins da Silva (Profhistória UFSC)

Prof. Dr. Valdemar de Assis Lima (UnB)

Prof. Dr. Adriana Angelita da Conceição (UFSC – Suplente)

Prof. Dr. Elison Antonio Paim (Profhistória UFSC) - Orientador

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho.

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Prof. Elison Antonio Paim, Dr. Orientador

Florianópolis,
2025

Este trabalho é dedicado a toda ancestralidade africana,
aos amigos, familiares e principalmente as minhas filhas
Ketlen Mota Monteiro e Manoela de Souza Monteiro.

RESUMO

Neste estudo, partimos da ideia de continuidade dos mais variados saberes ancestrais manifestados pela vida. Sendo assim, os direitos autorais e a referência maior desta investigação pertencem a todas as experiências e vivências que resistiram e ainda resistem a toda forma de dominação e poder. Esta investigação tem como objetivo propor um ensino antirracista de história por meio das memórias solidárias de migrantes haitiano(a)s na cidade de Itajaí/SC. Nos aspectos metodológicos foram utilizados recursos qualitativos e quantitativos, combinados a uma revisão bibliográfica sustentada na problematização decolonial. Inspirei-me em histórias pretas de sabedoria, expressas em memórias solidárias para desenvolver um ensino antirracista de história. Em certa medida, procurei estabelecer um diálogo com as memórias de 6 migrantes haitiano(a)s estudantes do CEJA Itajaí. Diante disto, entrevistei estes sujeitos de forma equilibrada por gênero, 3 homens e 3 mulheres, com faixa etária entre 17 e 41 anos. As temáticas das entrevistas aconteceram em eixos sobre a vida no Haiti, a migração e a experiência no Brasil. A sua transcrição e problematização foram tratadas por meio de mônadas, conforme proposição da Walter Benjamin na interface com autores decoloniais, antirracistas e do campo do Ensino de História. Ao construí-las a partir dos relatos, visei identificar e destacar as principais questões que o(a)s migrantes haitiano(a)s utilizam para descrever e compreender suas experiências. Como proposição didática foi construído um Espaço Virtual da Migração Haitiana em Itajaí/SC. A proposta em formato de site é um registro da experiência haitiana na cidade, além de recurso didático para o ensino antirracista de história. Para isto, ofereço 4 atividades de ensino antirracista de história para serem desenvolvidas com a utilização do espaço virtual no ambiente escolar. As atividades incluem uma problematização de um episódio real de xenofobia e racismo, bem como a elaboração e apresentação de uma peça teatral, a composição de um poema ou rap bilíngue em crioulo e português, e a produção de um curta-metragem.

Palavras-chave: Migração, Haiti, Pensamento decolonial, Ensino Antirracista de História.

REZIME¹

Nan etid sa a, nou kòmanse ak lide kontinite nan divès kalite konesans ansestral ki manifeste nan lavi. Se poutèt sa, dwa otè ak pi gwo referans rechèch sa a fè pati tout eksperyans ak vivans ki te reziste e ki kontinye reziste kont tout fòm dominasyon ak pouvwa. Rechèch sa gen pou objektif pwopoze yon ansèyman istwa antirasist atravè memwa solidè migran ayisyen yo nan vil Itajaí/SC. Nan aspè metodolojik yo, yo te itilize resous kalitatif ak kwantitatif, ansanm ak yon revizyon bibliyografik ki baze sou pwoblèm dekolonyal. Mwen te enspire nan istwa moun nwa ki ranpli ak sajès, ki ekspriye nan memwa solidè pou devlope yon ansèyman istwa antirasist. Nan yon sèten mezi, mwen te chache etabli yon dyalòg ak memwa 6 migran ayisyen, elèv nan CEJA Itajaí. Kidonk, mwen te fè entèvyou ak moun sa yo nan yon balans ant sèks yo, 3 gason ak 3 fi, laj yo ant 17 ak 41 an. Tèm entèvyou yo te òganize an aks sou lavi nan Ayiti, migrasyon, ak eksperyans yo nan Brezil. Transkripsyon ak pwoblèm yo te trete atravè mònad, dapre pwopozisyon Walter Benjamin, nan entèfas ak otè dekolonyal, antirasist, ak nan domèn ansèyman istwa. Lè m ap konstwi mònad sa yo sou baz temwayaj yo, mwen te vize idantifye ak mete aksan sou kesyon prensipal migran ayisyen yo itilize pou dekri ak konprann eksperyans yo. Kòm yon pwopozisyon didaktik, mwen te kreye yon Espas Vityèl sou Migrasyon Ayisyen nan Itajaí/SC. Pwopozisyon sa a, ki pran fòm yon sit entènèt, se yon anrejistreman eksperyans ayisyen nan vil la, e li sèvi tou kòm yon resous didaktik pou ansèyman istwa antirasist. Pou sa, mwen ofri 4 aktivite ansèyman istwa antirasist pou devlope nan itilizasyon espas vityèl sa nan anviwònman lekòl la. Aktivite yo enkli pwoblèm yon epizòd reyèl ksenofobi ak rasis, ansanm ak elaborasyon ak prezantasyon yon pyès teyat, konpozisyon yon powèm oswa rap bileng an kreyòl ak Pòtigè, ak pwodiksyon yon kout fim.

Mo kle: Migrasyon, Ayiti, Panse Dekolonyal, Ansèyman Istwa Anti-Rasis.

¹ Na busca por uma decolonialidade científica plena, considero fundamental a inclusão de línguas marginalizadas, como o crioulo haitiano, no resumo, reconhecendo sua relevância cultural, histórica e linguística.

ABSTRACT

In this study, we start from the idea of continuity of the most diverse ancestral knowledge manifested through life. Thus, the copyrights and the primary reference of this investigation belong to all the experiences and practices that have resisted and continue to resist all forms of domination and power. This research aims to propose an anti-racist history teaching approach through the shared memories of Haitian migrants in the city of Itajaí, SC. In terms of methodology, qualitative and quantitative resources were used, combined with a bibliographic review grounded in decolonial problematization. I drew inspiration from Black histories of wisdom, expressed in shared memories, to develop an anti-racist approach to teaching history. To some extent, I sought to establish a dialogue with the memories of six Haitian migrant students from CEJA Itajaí. In this process, I interviewed these individuals in a gender-balanced manner—three men and three women—aged between 17 and 41 years. The interviews addressed themes centered on life in Haiti, migration, and experiences in Brazil. Their transcription and analysis were approached through monads, as proposed by Walter Benjamin, in conjunction with decolonial, anti-racist, and history education authors. By constructing these narratives from the participants' accounts, I aimed to identify and highlight the main issues Haitian migrants use to describe and understand their experiences. As a didactic proposition, a Virtual Space of Haitian Migration in Itajaí/SC was created. This website-based proposal serves as a record of Haitian experiences in the city and as a teaching resource for anti-racist history education. To support this, I developed four teaching activities to be implemented using the virtual space in the school environment. These activities include problematizing a real episode of xenophobia and racism, creating and presenting a theatrical play, composing a bilingual poem or rap in Creole and Portuguese, and producing a short film.

Keywords: Migration, Haiti, Decolonial Thought, Antiracist History Teaching.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação só foi possível graças à luz preciosa dos meus guias espirituais, à força da minha ancestralidade africana e ao apoio generoso de pessoas amigas. Este trabalho é fruto de muitas inspirações e transpirações.

Primeiramente, expresso minha gratidão à minha mãe, Marilda Soares Monteiro, e ao meu pai, Ubirajara Lemos da Silva, que me deram a vida e, dentro de suas imperfeições, fizeram o que acreditaram ser o melhor. Não os julgo; os aceito e agradeço profundamente por suas existências.

Aos meus irmãos Gabriela Monteiro, Gabriel Monteiro, Eduardo Machado e Daiane Machado os quais compartilharam comigo os conflitos, desafios e superações de realidades passadas.

Aos meus avós, tios, tias, sobrinho(a)s primo(a)s e demais familiares, cujas vivências dentro desta complexa experiência chamada família me ensinaram, de diversas formas, a fazer escolhas.

Às minhas filhas, Ketlen Mota Monteiro e Manoela de Souza Monteiro, que são o combustível essencial da minha saga existencial. Peço perdão por minhas imperfeições e agradeço por serem a razão maior do meu caminhar.

Aos professores e professoras que, ao longo de todos os níveis da minha trajetória educacional, tiveram a paciência e a dedicação de me acompanhar.

Às memórias de Valdemar Milgarejo e Ivone Rotta Pereira, dois seres que marcaram profundamente minha vida e que, de formas distintas, ajudaram a moldar o ser humano que sou hoje.

Meu reconhecimento, admiração e gratidão ao PROFHISTÓRIA/UFSC, nas figuras do secretário Rafael Guedert Batista e docentes Alfredo Ricardo Silva Lopes, Janine Gomes da Silva, Mônica Martins da Silva, Renata Palandri Sigolo e Sandor Fernando Bringmann, cuja inteligência e dedicação foram fundamentais para a construção desta etapa da minha história.

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão à banca de avaliação desta dissertação pelo tempo, dedicação e valiosas contribuições. Suas análises criteriosas, comentários enriquecedores e sugestões fundamentadas não

apenas elevaram a qualidade deste trabalho, mas também ampliaram minha compreensão sobre o tema e fortaleceram meu crescimento acadêmico.

Expresso minha mais profunda e eterna gratidão ao meu orientador, Elison Antonio Paim, cuja sabedoria, paciência e resiliência foram fundamentais para que eu pudesse superar os inúmeros desafios encontrados ao longo desta pesquisa. A cada orientação, sua clareza e tranquilidade proporcionaram segurança e confiança para enfrentar as dificuldades e seguir em frente.

A trajetória percorrida nesta jornada foi enriquecida por sua presença, que fez toda a diferença na construção deste trabalho. Por fim, não poderia deixar de registrar meu agradecimento pela disposição e colaboração do(a)s migrantes haitiano(a)s: Fará, James, Verlande, Amazan Junior, Caloline e Jean. Com suas memórias solidárias, guiaram-me a lugares inesperados para a conclusão desta etapa.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEH - Associação Brasileira de Ensino de História
ANFRI - Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí
CGI.br - Comitê Gestor da Internet no Brasil
CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CEPSH - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina
DCN/ERR - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ERER – Educação para as Relações Étnico-Raciais
EARER – Educação Antirracista para as Relações Étnico-Raciais
FEAPI - Fundação de Educação Profissional e Administração
MNU - Movimento Negro Unificado
ONU - Organização das Nações Unidas
PET - Programa de Educação Tutorial
PNUD - O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAEB - Sistema Nacional de Avaliação Básica
SC - Santa Catarina
SERIT - Secretaria de Relações Institucionais e Temáticas
UFPeI - Universidade Federal de Pelotas
UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa de Localização do Haiti

FIGURA 2 – Mapa de Localização do Município de Itajaí/SC

FIGURA 3 – Gráfico ilustra os números de células neonazistas no Brasil - Reuters

FIGURA 4 – Imagem da tela inicial do site do memorial virtual da migração haitiana em Itajaí.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Ilustra a distribuição da população haitiana em moradias na zona rural e urbana do município de Itajaí – Censo 2014-2022

TABELA 2 - Ilustra o número de haitianos matriculados por etapa de ensino – Censo 2014-2022

TABELA 3 - Faixa Etária dos Haitianos Matriculados – Censo 2014-2022

TABELA 4 - Autodeclaração dos Haitianos Matriculados – Censo 2014-2022

Sumário

MEMORIAL	15
1. INTRODUÇÃO.....	20
1 Diáspora Haitiana, Resistência e Reinvenção	27
1.1 A diáspora Haitiana nas Américas	31
1.2 Resistir e Reinventar	34
1.3 Os haitianos em Itajaí.....	36
1.4 Os Haitianos na rede de Ensino de Itajaí	39
1.5 Migrantes Haitiano(a)s em Itajaí: o alvo dos neonazistas	44
2. MEMÓRIAS SOLIDÁRIAS PARA UM ENSINO ANTIRRACISTA DE HISTÓRIA.....	51
2.1 Construindo um ensino antirracista de história.....	73
2.2 Educação Antirracista.....	76
2.3 Ensino de História Antirracista	79
2.4 Ensino Antirracista de História	81
3. ESPAÇO VIRTUAL DA MIGRAÇÃO HAITIANA EM ITAJAÍ/SC	87
3.1 O Espaço Virtual como Recurso Didático para um Ensino Antirracista de História.	92
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
5. REFERÊNCIAS	110
ANEXOS	114
ANEXO I.....	114
ANEXO II.....	116

MEMORIAL

Este projeto de estudo é fruto de uma complexa rede de experiências que carrego em minha trajetória pessoal. Eu, homem preto, pai de duas meninas pretas, filho de mulher preta; empregada doméstica, mãe solteira de cinco filhos, moradora de periferia; uma entre as milhares de vítimas da covid-19 em 2021. Eu, que cresci juntamente com meus irmãos num puxadinho de madeira com aproximadamente 30 metros quadrados, de chão batido, acoplado ao chalé de meus avós. Lugar de necessidades incontáveis e fome de todos os tipos! Eu, ao qual carrego as marcas da resistência formatada na relação com o racismo estrutural. Assim, desde muito cedo, primeiro como estudante e depois como professor, busquei atuar com um olhar preto sobre questões pretas. Desde a infância, fui levado a justificar por que tenho interesse por assuntos que se conectam com as pessoas da minha cor. Minha justificativa é bem simples e óbvia: sou parte disso!

Então, nesta dissertação sou movido principalmente pelo sentimento de pertencimento. Nasci no ano de 1979 em Pelotas, uma das cidades mais pretas do Rio Grande do Sul, com forte ligação ao colonialismo escravista brasileiro. Na periferia sempre transitei em espaços com presença preta. Era frequentador assíduo dos terreiros de umbanda, das escolas de samba, do futebol amador, dos grupos de hip-hop e das festas black. Nestes espaços informais educativos de resistência, nos quais somos quem somos e aquilo que queremos ser, eu era verdadeiramente eu. Algo emblemático para mim, homem preto, em espaços "claros".

Ademais, a escola era um desses lugares. Lá me sentia deslocado. Estava ali e não estava. Já no final do primeiro grau, hoje ensino fundamental, estudava pela manhã e trabalhava a tarde numa marcenaria. Aos 14 anos, para poder trabalhar em turno integral, fui para o ensino noturno fazer o supletivo do segundo grau, hoje Centro Educacional de Jovens e Adultos (CEJA). Terminei com 16 anos o ensino básico, larguei a marcenaria e passei a fazer bicos de pintura, de jardinagem e de garçom. Tanto no trabalho com madeira quanto nos outros empregos, foram dez anos de trabalho informal, ou seja, sem carteira assinada.

Acredito que formar-se professor vai além do ambiente universitário, o processo ocorre em todos os espaços da vida. Aliás, para pessoas do meu grupo, há vinte e um anos, a universidade era algo muito distante. Aos 24 anos cheguei ao ensino superior por meio de um projeto social para alunos carentes, chamado desafio pré-vestibular. Neste projeto, universitários dos mais variados cursos lecionavam voluntariamente, buscando preparar jovens de periferia para o ingresso na graduação.

Este projeto mudou minha vida. Foi neste espaço que ouvi falar, por meio dos professores, em figuras como Martin Luther King, Malcolm X, Zumbi dos Palmares, Abdias Nascimento, Panteras Negras, Castro Alves, Machado de Assis, João Cândido, Carolina de Jesus, entre outros. No ano de 2003 ingressei no curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Na primeira semana de aula, caminhando pelos corredores do curso, deparei-me com um anúncio de vagas para alunos que quisessem dar aulas de forma voluntária em um projeto social que tinha o objetivo de colocar pessoas da periferia dentro da universidade. Havia sido aluno no ano anterior e agora tinha a oportunidade de voltar como professor de história.

Então, minha vida acadêmica e à docência começaram juntas. O curso de bacharelado em turismo era em sua maioria de jovens brancos de classe média. Eu não era apenas o único preto da sala, mas do curso todo. Estudava à noite e trabalhava durante o dia como serviços gerais numa livraria. Nos sábados pela manhã, era professor de história no cursinho já citado. O projeto do curso pré-vestibular era em sua maioria composto por alunos negros, e mais da metade dos professores também o eram. Algo raro ainda hoje. Fiz amizades com alguns intelectuais negros e fui convidado, em 2004, a comandar, juntamente com dois colegas, um programa de cultura negra em uma rádio comunitária local.

O programa tinha duração de 2 horas, das 15h às 17h, chamava-se "Lanceiros Negros". Era algo bem didático, falávamos de história, cultura, resistência e denunciávamos o sistema racista explicitamente. Procurávamos sempre ter uma pessoa preta como convidada para um diálogo sobre a negritude. No curso de turismo, estabeleci alguns debates sobre cotas raciais, a grande pauta da época, e atuei como bolsista de pesquisa e extensão. Também auxiliei em projetos de turismo rural em comunidades quilombolas na região em

uma parceria da UFPel com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Ao concluir a graduação em 2008, fui para o Rio de Janeiro trabalhar no comércio, época em que atuei como voluntário em aulas de reforços num projeto social no bairro de Laranjeiras para Crianças em situação de vulnerabilidade. Porém, o salário era pouco, o aluguel alto, e acabei retornando. Em 2009, já no Rio Grande do Sul prestei o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e ingressei no curso de licenciatura em história da Universidade Federal de Pelotas. Na mesma época, fui aprovado em um concurso público para monitor de escola na mesma cidade e voltei para o trabalho voluntário no curso pré-vestibular como professor de história.

De certo modo, na graduação de história, encontrei outro ambiente, muito diferente do curso de turismo. Lá, os estudantes eram mais críticos e mais alfabetizados racialmente. Comecei a participar do movimento negro universitário, onde surgiu o convite para ser membro do Clube Negro Cultural “Fica aí para ir dizendo”, um espaço centenário da luta dos negros da cidade no pós-abolição. Recebi, no ano de 2010, através deste clube, o troféu da consciência negra na cidade, como destaque na luta pela valorização da cultura negra. Foram 4 anos de muito enriquecimento intelectual e nos quais pude desenvolver muitas atividades; ministrava oficinas de cultura afro, organizava ciclo de palestras etc.

Na universidade, participei do projeto de extensão em conjunto com a faculdade de cinema como ator coadjuvante no curta-metragem “Marcovaldo”, projeto reconhecido e premiado nacional e internacionalmente. Neste período, tive a felicidade de participar, a convite do professor Uruguay Cortazzo, da primeira biblioteca negra do Brasil, com livros apenas da temática negra. O espaço chegou a ter mais de 8 mil livros, sendo reconhecido inclusive pela Fundação Palmares. Infelizmente, após uma tempestade em 2020, grande parte do acervo foi destruído, e hoje a biblioteca encontra-se fechada.

Também fui bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET DIVERSIDADE E TOLERÂNCIA/UFPel), vinculado ao Ministério da Educação, o que me permitiu desenvolver projetos de pesquisa, ensino e extensão sobre a diversidade e tolerância no âmbito da negritude. Participei como auxiliar de pesquisa do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, a convite da Prof.

Beatriz Ana Loner e Lorena Gill. Em 2014, defendi a monografia de conclusão de curso sobre 'Os pretos Minas na Pelotas Oitocentista'. Assim, logo que formado prestei concurso para o magistério Estadual do Rio Grande do Sul, tornando-me professor efetivo no município de Cachoeirinha/RS, onde lecionei a disciplina de história e filosofia para o ensino médio.

Neste período, atuei como voluntário no projeto de teatro da Escola Presidente Kennedy em Cachoeirinha, oferecendo oficinas teatrais para jovens de periferia. Paralelo a tudo isto fiz especialização em mídias na Educação pela Universidade Federal de Rio Grande. Em 2017, após o Estado do Rio Grande do Sul entrar em crise e deixar de pagar os salários do funcionalismo público em dia, pedi exoneração e migrei para Santa Catarina, atuando em escolas particulares e públicas na foz do rio Itajaí. No ano de 2020, assumi como professor efetivo no município de Itajaí.

No ano seguinte, fui nomeado professor na rede Estadual de Santa Catarina, lecionando história para o Ensino Médio. No final do ano de 2022, fiz a seleção de mestrado profissional (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal de Santa Catarina, ao qual felizmente fui aprovado nas vagas para cotista o que garantiu uma bolsa permanência, algo fundamental para desenvolver meus estudos porque permitiu diminuir o número de aulas nas escolas maximizando meu tempo para pesquisa. Então: Viva as políticas afirmativas e de permanência na pós-graduação!

Ao ingressar no mestrado já tinha em mente o tema a ser trabalhado na pesquisa: migração haitiana para Itajaí. As primeiras aulas mostraram-me o tamanho da minha desatualização com diversos conceitos e perspectivas sobre a historiografia e o ensino de história. Percebi que a Universidade havia mudado muito desde a minha última experiência há mais de uma década. A diversidade pelos corredores era notável, cruzei com uma quantidade significativa de negros, mulheres, indígenas e outros grupos minorizados. Os professores mostraram-se com uma comunicação mais dinâmica, alternando a didática de uma aula para outra, com conexões extra classe. Creio que estes e outros fatores contribuíram para o pleno desenvolvimento da dissertação que me propus.

No primeiro ano do mestrado tive alguns desafios como o deslocamento de 93km de Itajaí para capital Florianópolis para assistir as aulas duas vezes na semana, conciliando com as 40 horas como regente em turmas do ensino

fundamental e médio. Já no segundo ano, consegui licença de 10 horas no município de Itajaí. No início do segundo semestre tive que fazer uma cirurgia de ombro, o que fez afastar-me das outras 30 horas restantes vinculadas a rede Estadual.

De certo modo, sou grato a todos os momentos de minhas memórias. Sem elas, não seria o homem que sou. Sou grato a todos os professores e professoras que permanecem vivos em mim. Esta gratidão se estende a todo(a)s estudantes que tive a honra de cruzar pelas inúmeras salas de aulas que passei. Ademais, não poderia esquecer de registrar a importância da colaboração do(a)s migrantes haitiano(a)s: Fará, James, Verlande, Amazan Junior, Caloline e Jean que com suas memórias solidárias guiaram-me a lugares que jamais esperava estar para a construção de um ensino antirracista de história.

Por fim, volto ao início do meu memorial para concluir o quanto é importante a realização deste projeto. Para um menino preto de periferia, filho de empregada doméstica mãe solteira de cinco filhos, que ousou sonhar e conseguiu transformar sua realidade por meio dos estudos, superando os desafios impostos pela colonialidade, completar um dos níveis mais conceituados da pós graduação pesquisando sobre sua etnia é algo não só simbólico para o grupo ao qual pertenço, mas também muito importante para minha construção como professor pesquisador.

Axé e boa leitura!

1. INTRODUÇÃO

A expectativa sobre uma introdução é que tenhamos um início, mas para este estudo partimos da ideia de continuidade dos mais variados saberes ancestrais manifestados pela vida. Sendo assim, os direitos autorais e a referência maior desta investigação pertencem a todas as vivências que resistiram e ainda resistem a toda a forma de dominação e poder. Inspirei-me em histórias pretas de sabedoria, expressas em memórias solidárias para desenvolver um ensino antirracista de história.

Creio que todo estudo que envolva vidas exige do pesquisador uma sensibilidade particular. Tomei alguns cuidados principalmente na utilização de verbos, pois dependendo do contexto o seu uso equivocado poderia tirar do sujeito a propriedade de sua história. No título, por exemplo, a proposta inicial era utilizar o termo mobilizando memórias, porém o verbo no gerúndio projetaria para mim, pesquisador, o papel de manipulador das memórias que foram gentis a esta investigação.

Assim, o termo “memórias solidárias” mostrou-se mais adequado porque, a meu ver, me proporciona o livramento de qualquer poder sobre o patrimônio imaterial da experiência dos sujeitos e das sujeitas haitianas. A memória é deles e não minha. Logo, não mobilizo, não organizo, não analiso, não classifico, não observo suas memórias. Apenas estabeleço, em parte, um diálogo com elas, pois por não ser haitiano tenho limitações espaciais, culturais e linguísticas que não permitem o acesso integral aos códigos da comunicação.

A outra questão é sobre o porquê de um ensino antirracista de história e não um ensino de história antirracista. Em minha prática pedagógica tenho observado muitos racistas fazendo ensino de história antirracista, como na semana da consciência negra, isto muito mais por exigência da lei 10.639 do que por acreditarem na pauta. Em outros momentos, fora a semana do 20 de novembro, na sua vida cotidiana escolar reforçam ou reproduzem comportamentos e práticas racistas.

Por outro lado, um ensino antirracista de história exige um ativismo do professor em todas as suas ações cotidianas na escola ou fora dela. Este ensino busca restringir que um racista ministre aula antirracista de história, pois nele o sujeito torna-se um ativista antirracista em todas as relações e espaços de sua

atividade. A minha ideia foi desenvolver um ensino antirracista para o dia a dia, que seja um projeto de vida no combate ao racismo e a promoção da justiça social. Dito isto, da primeira frase do título. Faz-se necessário falar da segunda parte que trata do(a)s migrantes haitiano(a)s. Como cheguei até eles e elas?

Em novembro de 2022, estava em meio aos preparativos para o exame de seleção para o Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal de Santa Catarina, quando em mais um dia da incansável rotina de ser professor no Brasil, deparei-me com um relato de um migrante sobre o tratamento que recebia no país. O evento ocorreu em uma turma da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA/UNIDADE ESTADUAL DE ITAJAI), lá lecionava história para as turmas do noturno. De certa forma, a modalidade tem como perfil estudantes das mais variadas origens. Entre as multicores étnicas percebi que um grupo em especial tinha significativa representatividade. Tratava-se do(a)s migrantes haitiano(a)s.

Então, lá estava eu na supracitada aula explicando o ciclo do açúcar no Brasil e o processo do trabalho escravo como sustentação do sistema colonial, quando um estudante de origem haitiana me indagou o porquê de o Brasil tratar deste tema apenas na escola, visto que ele nunca havia ouvido os brasileiros falarem da história da escravidão. Em seguida, fiz um breve resumo dos aspectos históricos que contribuíam para esta apatia do povo brasileiro com o seu passado, até que cheguei a um dos reflexos daquela tragédia que foi a nossa colonização, ou seja, o racismo e suas tentativas de silenciamento e de negação da história preta no País. Neste momento observei que seu olhar mudou, ficou mais sensível, percebi que ali havia algo íntimo. Notei que havia alguma identificação com os pretos brasileiros na questão tratada, o racismo.

Para não perder a oportunidade indaguei-o sobre como era sua experiência de migrante haitiano no país. Sua resposta foi um relato emocionante para toda a turma. Ele expôs casos de racismo, exploração no ambiente de trabalho e xenofobia com os quais convivia no Brasil. Comentou que era veterinário em seu país, mas, em razão da não validação de seu diploma pelas autoridades brasileiras, tinha que se sujeitar a cursar o ensino fundamental novamente. Entretanto, comentou que estar ali havia sido a melhor coisa que tinha feito no país. Já que estava lhe ajudando a entender a cultura do Brasil e a ter melhor domínio da língua, pois na escola interagiu mais com os brasileiros do

que no trabalho. A partir daquele instante, brotou o desejo de produzir algo que dialogasse com aquelas experiências e memórias.

Ao ingressar no mestrado profissional no ano de 2023, já tinha como perspectiva problematizar aquele relato ouvido em sala de aula. Mas como fazer isto? Sabia que o primeiro passo seria buscar fontes sobre aqueles migrantes em Itajaí, cidade do Estado de Santa Catarina. Porém, as primeiras buscas já demonstraram as particularidades da tarefa. Os estudos ainda eram incipientes e irrisórios no caso do(a)s migrantes haitiano(a)s em Itajaí. Por exemplo, no PROFHISTÓRIA, o primeiro estudo que trata especificamente da migração haitiana em Santa Catarina foi produzido por Paula Vieira Parreiras Gomes. A dissertação defendida no ano de 2023 na UFSC sob o título "A história do Haiti na perspectiva dos migrantes haitianos em Santa Catarina: uma proposta para o ensino de história".

Os estudos com a temática das migrações haitianas, algo recente no Brasil, torna-se oportuno na compreensão dos multifatores das relações negras migracionais. Assim o presente trabalho é justificado, pois insere-se no ambiente complexo das relações étnicos raciais que abarca a luta por um ensino de história antirracista. Escolhi percorrer o caminho da decolonialidade² pelo seu caráter ativo e transformador que desafia as estruturas e os conceitos impostos pelo pensamento moderno. Ao valorizar a diversidade de conhecimentos e experiências, ela busca descolonizar as mentes e as instituições, promovendo a justiça e a equidade. A decolonialidade é um chamado à ação e à resistência, propondo alternativas que valorizam as perspectivas marginalizadas e desafiam a homogeneização cultural. De certa forma, permite conectar olhares e vozes de sujeitos invisibilizados pela colonialidade.³ No caso aqui do(a) migrante negro(a), haitiano(a), no lugar de resistência de sua cultura, por meio das memórias. Por

² Decolonialidade ou pensamento decolonial é uma escola de pensamento utilizada essencialmente pelo movimento latino-americano emergente. Tem como objetivo libertar a produção de conhecimento da epistemologia eurocêntrica, realizando uma crítica à suposta universalidade atribuída ao conhecimento ocidental e ao predomínio da cultura ocidental.

³ A colonialidade, se refere à ideia de que, mesmo com o fim do colonialismo, uma lógica de relação colonial permanece entre os saberes, entre os diferentes modos de vida, entre os diferentes grupos humanos.

Ler mais em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>
acesso em 30/07/2024

mais que as relações étnicas sejam consequência de uma ação individual ou coletiva, elas somente existem como parte de estruturas sociais.

Creio que esta pesquisa seja também sobre afeto. Refiro-me ao afeto que sinto ao encontrar pessoas negras em espaços "clareados". Este sentimento traduzo como empatia, a mesma que sinto pelo(a)s haitiano(a)s nos corredores das escolas que leciono. Quando o(a)s vi pela primeira vez no Centro de Educação de Jovens e Adultos em Itajaí - CEJA/ITAJAI⁴, nossos olhares pretos conversaram, comunicaram vozes silenciadas, as mesmas vozes que dialogam sobre ancestralidade, resistência, identidade e desejo de justiça. Assim sendo, propor um ensino antirracista de história por meio das memórias solidárias de migrantes haitianos na cidade de Itajaí é o objetivo a ser alcançado. Para tanto, buscarei contextualizar nos impactos do fenômeno da migração haitiana para o Município de Itajaí; fomentar um ensino antirracista de história por meio das memórias solidárias dos migrantes haitianos; construir um espaço virtual da migração haitiana a cidade de Itajaí. Nesta perspectiva, a problemática deste estudo relaciona-se com a seguinte questão: como as memórias solidárias de migrantes haitianos permitem a construção de um ensino antirracista de história?

A dimensão metodológica revelou-se um dos maiores desafios desta pesquisa. Identifiquei uma contradição fundamental entre a epistemologia decolonial e as metodologias científicas hegemônicas. Como conciliar a busca por uma ruptura com os paradigmas coloniais com a utilização de ferramentas concebidas dentro desses mesmos paradigmas? Essa questão, ainda sem resposta definitiva, evidencia a necessidade urgente de desenvolvermos metodologias genuinamente decoloniais, capazes de transcender os limites impostos pela ciência colonial.

Em certa medida, para este estudo proponho apresentar algumas vias de trânsito do pensamento decolonial para dar conta de uma metodologia em consonância com as contribuições feitas pelos estudos decoloniais. Então, o

⁴ Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA é uma modalidade da Educação Básica destinada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram direito ao acesso ou à conclusão de estudos na escola convencional na idade apropriada. Ela permite que o estudante retome os estudos e realize a conclusão considerando tempo e carga horária diferenciados, possibilitando sua qualificação e, conseqüentemente, melhores oportunidades no mundo do trabalho. Ler mais em: <https://www.sed.sc.gov.br/etapas-e-modalidades-de-ensino/educacao-de-jovens-e-adultos/>

primeiro passo dado foi fazer uma minuciosa revisão bibliográfica sobre a diáspora haitiana. Em seguida, acessei os dados do censo escolar da educação básica da secretaria de educação do Estado de Santa Catarina. De mãos destes recursos de natureza qualitativa e quantitativa, consegui melhor inserção na complexidade de fatos, dos processos particulares e específicos do grupo vindo do caribe. Para tecer este estudo com as narrativas migratórias, apoio-me em Walter Benjamin, que concebe a narração como um intercâmbio de experiências, característica marcante dos povos afrodiaspóricos. A oralidade, central em sua produção de conhecimento, possui um papel político, cultural e educativo na (re)construção de suas histórias, valorizando memórias, saberes e formas de inserção no mundo.

Em certa medida, procurei estabelecer um diálogo com as memórias de 6 migrantes haitiano(a)s estudantes do CEJA Itajaí. Diante disto, entrevistei estes sujeitos de forma equilibrada por gênero, 3 homens e 3 mulheres, com faixa etária entre 17 e 41 anos. As temáticas das entrevistas contemplaram eixos sobre a vida no Haiti, a migração e a experiência no Brasil. Aliás todo o processo seguiu os trâmites do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, aprovado conforme parecer de nº 78327124.0.0000.0121.

Após a realização das entrevistas, a sua transcrição e problematização foram tratadas por meio de mônadas⁵. Ao construir estas a partir dos relatos, visei identificar e destacar as principais questões que os(as) migrantes haitianos(a)s utilizam para descrever e compreender suas vivências/experiências. Não pretendo oferecer uma interpretação única dos relatos, mas sim estabelecer conexões entre os elementos apontados pelos narradores e as implicações centrais da pesquisa. Assim, além de um trabalho investigativo busquei fazer, também, um trabalho propositivo. O conteúdo das mônadas trouxeram perspectivas para a construção de um ensino antirracista de história por meio de uma proposição didática, e para elaboração de um espaço

⁵ Com base na 'Monadologia' de Leibniz, Walter Benjamin emprega a noção de mônada para descrever os elementos fundamentais e indivisíveis que constituem a realidade. Assim como em Leibniz, as mônadas benjaminianas são substâncias simples e sem partes, mas que, por sua vez, compõem a multiplicidade e a diversidade do mundo.

virtual da migração haitiana para Itajaí, contendo textos, imagens e vídeos da migração haitiana, em especial do(a)s migrantes haitiano(a)s em Itajaí. O intuito desta proposição é ser um instrumento informativo e pedagógico para o(a)s migrantes haitiano(a)s e para o(a)s demais interessado(a)s no assunto, permitindo saberem mais sobre o Haiti a partir de outra perspectiva das memórias e experiências, escapando de narrativas meramente trágicas e fatalistas, mas alcançando outros repertórios que possibilitem tratar o Haiti a partir de diferentes temas/questões.

A pesquisa foi estruturada em três capítulos da seguinte forma: No primeiro intitulado, “Diáspora, Resistência e Reinvenção”, realizo uma breve abordagem história e contextualizada do Haiti, desde a chegada dos Espanhóis até o episódio do terremoto em 2010, seu povo e as motivações que os colocam em diáspora. Esta parte busca permitir ao leitor e a leitora a reflexão acerca dos fatores causais e epistemológicos da migração haitiana. Em seguida trago elementos históricos sobre a cidade de Itajaí e os impactos da migração haitiana na Cidade, principalmente no campo da educação e a intolerância aos quais estão submetidos. Busco neste capítulo, além de apresentar dados, denunciar o racismo e a xenofobia, inseridas na sociedade Itajaiense, muitas vezes silenciadas pelas autoridades competentes.

No segundo capítulo, “Memórias Solidárias para Construção de um Ensino Antirracista de história”, apresento alguns referenciais decoloniais de memórias em conexão com as memórias solidárias haitianas estruturadas em mônadas, tendo estas como elemento fundamental na elaboração de um ensino antirracista de história. Além de propor uma problematização sobre metodologias decoloniais, suas perspectivas e possibilidades.

No terceiro e último capítulo sob o título de “Espaço Virtual da Migração Haitiana em Itajaí”, ofereço como proposição didática um espaço virtual da migração haitiana na cidade de Itajaí, em formato de site, que poderá servir como um espaço de diálogo entre os migrantes e a comunidade em geral, além de servir como fonte ao trabalho de pesquisadores, professores e estudantes no ensino de história antirracista.

Para tal, proposta de um espaço virtual, foi construído um site, <https://sites.google.com/view/memorialdohaitiemitajai>, produto do desenrolar desta pesquisa, para ser disponibilizado em forma de acervo digital das relações

étnicos raciais na cidade de Itajaí/SC. Foi escolhida para a plataforma do google sites, pelo seu caráter gratuito, exige-se apenas que os (as) usuário(a)s possuam uma conta google. A facilidade de acesso e inserção de dados foram fatores que definiram a escolha. Acredito que esta proposição didática por meio de um Espaço Virtual da Migração Haitiana na cidade, além de ser uma fonte documental do registro da presença desses migrantes na cidade, poderá servir como referência para a formulação de políticas públicas educacionais no município e, principalmente, para o reforço da identidade do(a)s próprio(a)s haitiano(a)s. Apresento, por fim, o roteiro de 4 aulas de ensino antirracista de história. As proposições didáticas estão divididas na reflexão crítica sobre um episódio real de xenofobia e racismo, na elaboração e execução de uma peça teatral, um poema ou rap bilingue crioulo/português e um curta metragem. Este roteiro didático encontra-se disponível também no site do Espaço Virtual da Migração Haitiana em Itajaí.

1 Diáspora Haitiana, Resistência e Reinvenção

O colonialismo é um processo consequente da tragédia da colonização instituída pelos europeus. Um dos países mais afetados por este processo é o Haiti, um lugar banhado pelas águas do Caribe, de grandes belezas naturais que possui uma história complexa, marcada por lutas, esperanças e migrações.

Figura 1 – Mapa de localização do Haiti



Fonte: <https://www.potomitan.net/haitimap.html>

O Haiti foi a primeira terra no continente a conhecer a modalidade que inaugurava a modernidade: a *plantation* escravista. Este modelo de exploração colonial tinha como característica o latifúndio monocultor escravista com sua produção voltada ao mercado externo. Os nativos desta terra, povos taínos, foram as primeiras vítimas do processo. Apesar da reprodução atual de uma imagem de pobreza e miséria, no seu passado o país ficou conhecido pela riqueza e opulência de sua elite. No final do século XVIII, a então colônia francesa de Saint-Domingue era conhecida como a "Pérola das Antilhas" e detinha o título de ser a mais lucrativa do continente.

Essa prosperidade, no entanto, era construída sobre a exploração brutal de cerca de 500 mil pessoas negras escravizadas, submetidos ao rigoroso Código Negro⁶. Como demonstrou James (2000, p.15), nas vésperas da

⁶ Também conhecido como **Code noir** foi um decreto aprovado pelo rei francês Luís XIV em 1685 definindo as condições da escravidão no império colonial francês.

Revolução Francesa de 1789, somente São Domingos era responsável por dois terços do comércio exterior da França e representava o maior mercado individual para o tráfico negreiro europeu. Em 1791, inspirado nesta Revolução e liderado pelo notável Toussaint Louverture⁷, um levante teve início. A guerra de independência, marcada por batalhas épicas, culminou na conquista da autonomia em 1804. O Haiti se tornou a segunda nação livre das Américas e a primeira república negra do mundo, um marco histórico que abalou as estruturas de poder da época.

A conquista da independência, porém, não foi o fim das dificuldades para o Haiti. O fim do colonialismo enquanto relação política não possibilitou o fim do colonialismo nas relações sociais. A mentalidade e a forma de sociedade autoritária e discriminatórias eram presentes. O país passou a ser dividido estruturalmente em duas partes distintas os *crioulos* (antigos livres) e *bossales* (novos livres) que existiam desde o século XVII. O conflito entre esses dois grupos dominou a situação sociopolítica do país.

Naquela época, potências como o Brasil temendo o contágio revolucionário, isolaram a jovem república. As décadas seguintes foram palco de uma série de experiências políticas desastrosas, golpes de Estado, intervenções estrangeiras e permanente instabilidade. Entre 1915 e 1934, os Estados Unidos ocuparam o país, impondo seu domínio e aprofundando as desigualdades sociais.

No período posterior a guerra fria, o Haiti mergulhou numa série de ditaduras, como a dos Duvalier (1957-1986), ⁸marcada por episódios de terror como dos "Tonton Macoutes⁹", uma milícia paramilitar que reprimia violentamente qualquer oposição. No início com o Pai (Papa Doc), sucedido pelo filho (Baby Doc). O término da tirania em 1990 deu início a um processo de

⁷ François-Dominique Toussaint L'Ouverture, General do exército. Homem que foi escravizado até os 25 anos e que nos anos 1790 se tornaria governador da ilha francesa de Saint-Domingue (atual Haiti). Um dos mais eloquentes defensores da liberdade.

⁸ A Dinastia Duvalier foi uma ditadura totalitária no Haiti, que durou quase vinte e nove anos, de 1957 até 1986, abrangendo duas gerações de uma mesma família.

⁹ O Tonton Macoute foi uma milícia paramilitar criada pelo ditador nacionalista do Haiti, François Duvalier, conhecido como Papa Doc, no ano de 1959, com fins de proteger o governo ditatorial sobre o território.

redemocratização, com a eleição de Jean-Bertrant Aristide¹⁰ como presidente. Apesar das reformas sociais e econômicas implementadas por seu governo, Aristide enfrentou grande oposição da elite haitiana e dos militares, culminando em seu exílio em duas ocasiões.

Após a experiência de Aristide, o Haiti mergulhou em um período de incerteza e instabilidade. Boniface Alexandre, ex-presidente da Suprema Corte, ascendeu à presidência com o apoio da comunidade internacional. No entanto, sua liderança era fragilizada pela falta de força e legitimidade. Em junho de 2004, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) foi estabelecida, com o envio de cerca de 9 mil funcionários, em sua maioria militares. A missão era comandada pelo Brasil sob gestão do general Augusto Heleno, este mais tarde viria ser conhecido com uma dos ministros mais radicais do governo de extrema direita liderado por Jair Bolsonaro.

Naquele momento, para o governo do Brasil, a participação na MINUSTAH representava uma oportunidade de ganhar projeção no cenário internacional. No entanto, para a população haitiana, os resultados da missão eram questionáveis. Apesar dos objetivos de garantir um ambiente social estável, reestruturar a política nacional e combater a pobreza, os resultados práticos foram irrisórios. A missão sofreu duras críticas de setores progressistas por violação dos direitos humanos, entre estas, inclusive, denúncias de estupro.

Em 2010, um terremoto de magnitude 7,3 devastou a capital Porto Príncipe, matando mais de 230 mil pessoas, aprofundando o cenário de miséria e deixando um rastro de destruição¹¹. Um surto de cólera agravou a situação, levando na sequência a milhares de mortes. Desde então, programas de ajuda internacional têm sido essenciais para a reconstrução do país, mas o caminho ainda é longo e árduo. Na busca de melhores condições de vida, muito(a)s haitiano(a)s precisam migrar para outros países. O Brasil ganhou projeção entre o(a)s haitiano(a)s como um lugar para migrar, um lugar de reconstrução de suas

¹⁰ É um político haitiano e ex-padre católico salesiano, ligado à teologia da libertação, que foi presidente do Haiti em três períodos: em 1991, de 1994 a 1996, e novamente de 2001 a 2004. Ficou marcado por ser afastado em duas ocasiões do governo, na última em 2004 foi retirado do país por militares norte-americanos com apoio de militares brasileiros. Ler mais em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-aristide-jean-bertrand> acesso em 30/07/2024.

¹¹ Saber mais em: <https://news.un.org/pt/story/2023/01/1807987>

vidas. Para os que ficam o futuro do Haiti ainda é incerto, mas a esperança reside na força e na determinação de seu povo. A rica cultura, a criatividade e a luta incessante de um povo contra o colonialismo demonstradas ao longo da sua história chegam ao Brasil por vias migratórias.

Embora à primeira vista as migrações internacionais pareçam um conceito simples – pessoas se deslocando entre países por um período mínimo, geralmente em busca de trabalho –, essa visão simplista se mostra incapaz de capturar a multiplicidade desse fenômeno. O aumento do volume de migrantes, a diversidade de suas motivações e trajetórias, as histórias de vida que carregam, as rotas percorridas e as determinações globais que influenciam seus fluxos revelam as migrações como um processo multifacetado e em constante transformação, adaptando-se às dinâmicas do mundo em mutação.

Na abordagem sobre a migração optamos por utilizar a expressão migrante e não Imigrante, pois assim como o sociólogo Argelino Abdelmalek Sayad (1998), nos alerta, que não se pode separar o outro em sua denominação e tratá-lo como um (i) migrante, pois continuamos alimentando o colonialismo.

A “condição de colonizado”, da qual se origina o migrante, persiste nas suas condições de trabalho; de moradia; na interdição da sua existência enquanto ser político; nas barreiras sociais e jurídicas que enfrenta; no lugar de exclusão a ele destinado; na atração que sente por emigrar para sua (ex) metrópole; nas questões identitárias de seu grupo social etc (Sayad, 1998, p.26).

Um dos pontos fortes da abordagem, do autor antes citado, é a contextualização histórica da migração, compreendendo-a como um produto direto das dinâmicas coloniais. Ao analisar seus prolongamentos no presente, você evidencia como as estruturas de poder neocoloniais moldam os fluxos migratórios atuais.

O processo migratório pode ser entendido como uma das extensões do colonialismo. Os africanos forçosamente foram obrigados a migrarem para sustentar o sistema colonial. Atualmente percebemos que o processo ainda continua, porém os descendentes são lançados em uma nova diáspora negra entre as Américas.

1.1 A diáspora Haitiana nas Américas

Em seu livro “Da diáspora: Identidades e Mediações culturais” (2003), o sociólogo Stuart Hall explora o conceito de diáspora utilizando o Caribe como bússola, em contradição a visão eurocêntrica da diáspora. Para o autor, o processo diaspórico não se resume a um simples deslocamento físico, mas uma rede de experiências que se entrelaçam e se reinventam ao longo do Tempo. Esse fenômeno plural, marca rupturas e recomeços, dando origem a identidades híbridas e multifacetadas, que desafiam concepções tradicionais.

Nossos povos tem suas raízes nos — ou, mais precisamente, podem traçar suas rotas a partir dos — quatro cantos do globo, desde a Europa, África, Ásia; foram forçados a se juntar no quarto canto, na "cena primária" do Novo Mundo. Suas "rotas" são tudo, menos "puras". A grande maioria deles é de descendência "africana" — mas, como teria dito Shakespeare, "norte pelo noroeste". Sabemos que o termo "África" e, em todo caso, uma construção moderna, que se refere a uma variedade de povos, tribos, culturas e línguas cujo principal ponto de origem comum situava-se no tráfico de escravos. No Caribe, os indianos e chineses se juntaram mais tarde a "África": o trabalho semiescravo entra junto com a escravidão. A distinção de nossa cultura e manifestamente o resultado do maior entrelaçamento e fusão, na fornalha da sociedade colonial, de diferentes elementos culturais africanos, asiáticos e europeus. (Hall, 2003, p. 31)

Para perceber os olhares pretos da Pérola do Caribe, Haiti, e ouvir suas vozes memoriais, faz-se necessário a compreensão de como elas chegaram até nós. Antes de tudo, precisamos entender que nem sempre o Haiti foi um lugar exportador de pessoas. Nos primórdios de sua colonização, o Haiti importava pessoas, alguns poucos vinham voluntariamente como os Europeus e outros de maneira forçada como os Africanos escravizados. Conforme nos mostrou James, “entre 1764 e 1771 a média das importações de escravizados oscila entre 10.000 e 15.000 por ano. Em 1786, importou-se 27. 000, e a partir de 1787 a colônia absorvia mais de 40.000 escravos por ano” (James apud Seguy, 2014, p.135).

Desde os primórdios da fundação do Haiti como colônia da França, os deslocamentos e a migração, forçada ou não, estiveram presentes com a chegada dos milhares de escravizados africanos. Posteriormente, as particularidades e o contexto singular da luta pela independência – entre 1793 e

1803 – coincidentemente com a abolição dos escravizados, teria constituído uma nova cultura de mobilidade e de migração: a marronnage.

A palavra marronnage está articulada à mobilidade das pessoas, isto é, o deslocamento de um lugar para outro e também associada à categoria prática de diáspora. Nem sempre as pessoas acusadas de marron se consideram como tal, por mais que, de fato, possam estar no marronnage pelas razões evidenciadas, entre outras. Se a pessoa está em outro país como República Dominicana, quando volta ao Haiti, para as pessoas que ficaram e não a haviam visto durante o tempo de marronnage, ela pode ser chamada de diáspora pelo fato de ter ido residir em outro país por um tempo e depois voltado ao Haiti. No entanto, isso deve ser nuançado, porque, quando as pessoas sabem que o motivo da viagem é para se esconder em outro território, ele estava no marronnage, deixando de ser considerado e chamado de diáspora. Assim como o termo “refugiado” possui conotação ambígua e pejorativa, no Haiti, os termos marronnage e marron também são ambíguos e possuem suas nuances. (Joseph, 2015, p.67)

O autor acima citado, Handerson Joseph, é haitiano radicado no Brasil e vem desenvolvendo significativos estudos sobre o fenômeno da diáspora haitiana. O pesquisador divide a história da diáspora haitiana em 4 grandes fluxos. O primeiro constituiu-se no período no qual as forças armadas americanas ocuparam o Haiti (1915-1934) e República Dominicana (1912-1924) simultaneamente. O segundo fluxo de migração haitiana ocorre quando os Estados Unidos se aproximam ainda mais do país. No Governo Élie Lescot (1941-1946), o inglês tornou-se obrigatório na rede educacional do país e aumentaram significativamente as igrejas protestantes americanas. Em consequência, na década de 1950, os haitianos da elite mandavam seus filhos estudarem nos Estados Unidos e muitos já viam o país como uma nova possibilidade para migrar. Um terceiro fluxo de mobilidade haitiana teve início na primeira metade da década de 1990, isto aconteceu no contexto do golpe de Estado e da deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide. O quarto registro da migração haitiana iniciou-se a partir de 2010. Diante dos mais variados tipos de insegurança: política, social, jurídica, todas elas em decorrência do empobrecimento do país, agravado pela tragédia estabelecida pelo terremoto ocorrido em janeiro daquele ano. Logo, a mobilidade haitiana ganhou especial volume estabelecendo novos circuitos no espaço migratório entre as Américas.

Neste contexto, a migração haitiana para o Brasil se insere, num fenômeno complexo, impulsionada pela instabilidade nos pós terremoto. De

certo modo, as consequências negativas desse fenômeno climático para a população foram consideráveis. Muitos migraram para outras regiões em busca de melhores condições de vida. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Haiti é o país que possui o terceiro pior índice de desenvolvimento humano (IDH) do mundo. Conforme os dados de 2021 do PNUD¹² no continente americano, o melhor IDH é o do Canadá e o pior é o do Haiti. O país ocupa o 163º lugar no ranking mundial, que é composto por 191 países, além do pior IDH dos 20 países da América Central e dos 35 países da América. Dentre os problemas da localidade destacam-se os de caráter socioeconômico como a baixa expectativa de vida ao nascer, com 63,2 anos; a baixa média de anos de escolaridade, apenas 5,6 anos.

De acordo com dados do Ministério da Justiça¹³, Santa Catarina é o quinto estado brasileiro com maior número de haitiano(a)s residentes. Estima-se que cerca de 10 mil pessoas advindas do Haiti estejam no estado, sendo a grande maioria inseridos nas cidades de Joinville, Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Itajaí. A presença desses migrantes nas cidades catarinenses tem gerado mudanças relevantes. Além de contribuir para a diversidade cultural e o enriquecimento da vida local, eles acabam incorporando novos costumes e tradições. Por consequência, esse contato com o estrangeiro tem gerado desafios nas redes de ensino. É notório os casos de preconceito, xenofobia, racismo e a falta de acesso a serviços básicos. No próximo capítulo, será apresentado no texto, um tópico que aborda a intolerância que estão sujeito(a)s o(a)s haitiano(a)s na cidade, no episódio da ameaça de massacre na primeira mostra de cultura haitiana na cidade. Esse caso emblemático que denunciei em meu artigo "Imigrantes haitianos em Itajaí/SC: o alvo neonazista", apresentado no XXX Congresso de Jovens Pesquisadores¹⁴, em Assunção, no Paraguai, demonstra a necessidade da construção de uma cultura de paz.

¹² PNUD. The Human Development Report 2021/2022. Disponível em: [hdr2021-22pdf_1.pdf](#) (undp.org). Acesso em: 15 de maio de 2023.

¹³ Relatório Anual 2022 - Versão completa 01.pdf (mj.gov.br) Acesso em: 12 de maio de 2023

¹⁴ MONTEIRO, Ubirajara Soares. Imigrantes haitianos em Itajaí/SC: o alvo neonazista. 2023, p.324.
https://grupomontevideo.org/site/wp-content/uploads/2023/10/COMPENDIO_Resumenes_JJI-AUGM.pdf

A educação sendo um direito básico a todos habitantes do país, quando acessível acaba participando direta e indiretamente do processo de acolhimento e inclusão dos migrantes na cultura nacional. Promover o acesso à cidadania é um dos objetivos a ser alcançado pelo sistema de ensino nacional. A seguir, veremos qual a situação desses migrantes no município de Itajaí.

1.2 Resistir e Reinventar

*“Benvindo à terra do sol e mar
Das praias e belas sereias
Da brisa suave e fagueira
Que envolvem as brancas areias”
(trecho do hino da cidade de Itajaí)*

No final do ano de 2017, eu era professor efetivo do estado do Rio Grande do Sul, morava no município de Canoas e trabalhava na vizinha Cachoeirinha, ambas cidades localizadas na região metropolitana de Porto Alegre. O Estado encontrava-se há dois anos numa profunda crise financeira, com atrasos e parcelamentos de salários do seu funcionalismo público, muitos de nós professores tínhamos que recorrer aos mais variados “malabarismos” bancários como empréstimo para poder cumprir com os compromissos. Mesmo com greves que duraram mais de 6 meses, paralizações, manifestações, não houve jeito de recebermos em dia aquilo que nos era de direito. Foi, então, que decidi pedir exoneração e migrar para Santa Catarina chegando à região de Itajaí em fevereiro de 2018.

Figura 2 – Mapa da localização de Itajaí – Santa Catarina



Fonte: <https://maps.app.goo.gl/PzYQ1PYT9vUus5yC9>

Minha primeira impressão da cidade era condizente com a letra inicial de seu hino, “terra do sol, mar, brisa suave” e principalmente muita oferta de trabalho nos setores de prestação de serviço, construção civil e logística. Esta última motivada pela movimentação oriunda de seu Porto. Encravada no litoral centro-norte de Santa Catarina, Itajaí se destaca como um polo pulsante de desenvolvimento, ostentando um PIB de R\$47,7 bilhões, conforme dados do IBGE de 2021, isto fez Itajaí conquistar o posto de cidade mais rica de Santa Catarina. Mais do que números, essa pujança econômica possui raízes em seu processo histórico.

Evidências arqueológicas, como os sambaquis encontrados em Itajaí, atestam a ocupação humana na região muito antes da chegada dos europeus. Esses sítios arqueológicos fornecem valiosas informações sobre os modos de vida, a dieta e as práticas culturais das populações nativas¹⁵.

Os colonizadores europeus, impulsionados pela busca por riquezas e expansão territorial, subjugaram os nativos, tomando posse de suas terras gradativamente. Ao longo do século XVIII, a exploração madeireira se consolidou como a principal atividade econômica na região de Itajaí. Essa busca incessante

¹⁵ <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=31415&view=detalhes> acesso em 08/11/2024.

por recursos florestais atraiu um fluxo migratório significativo, especialmente de açorianos, que se estabeleceram ao longo da margem do Rio Itajaí-Açu, ainda que de forma dispersa. As madeiras de alta qualidade eram extraídas e transformadas em tábuas por serrarias manuais, geralmente operadas por mão de obra escravizada.

O historiador e escritor, negro, José Bento Rosa da Silva, é um dos nomes mais importantes na pesquisa e registro da presença negra no município. Antes e após a emancipação de Itajaí em 1860, os estudos de Bento vêm revelando que os negros estão presentes no cotidiano da cidade. Documentos jurídicos, religiosos e da câmara legislativa não apenas destacam a presença desses grupos étnicos, mas também evidenciam as interações sociais. Em seu livro “Negros em Itajahy”, escrito em parceria com o colega Moacir da Costa, aborda a presença negra no município ao longo de mais de 150 anos. Assim, a migração negra para cidade é secular e continua, primeiros com os africanos, depois com algumas migrações internas de outros estados e mais consideravelmente na última década do(a)s haitiano(a)s.

1.3 Os haitianos em Itajaí

Em 19 de abril de 2014, a página oficial da prefeitura trazia uma matéria com o título “Haitianos em Itajaí”¹⁶, lá era informado que os Haitianos haviam chegado no ano anterior a cidade e que em razão disso o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)¹⁷ do bairro Itaipava fez uma reunião com os imigrantes para tratar da situação deles na região. Dizia que o bairro de Itaipava era o local que mais abrigava esses imigrantes. A maior parte dos migrantes que vieram para Itajaí se instalaram principalmente no Bairro Itaipava. Na comunidade, a empresa Multilog empregou muitos deles. Para ajudar a encontrar esses haitianos é que as Secretarias realizam este trabalho, que tem o intuito de auxiliá-los quanto aos seus direitos.

¹⁶ Disponível em [Haitianos em Itajaí | Município de Itajaí \(itajai.sc.gov.br\)](http://Haitianos%20em%20Itaja%C3%AD%20Munic%C3%ADpio%20de%20Itaja%C3%AD%20(itajai.sc.gov.br)) acesso dia 13/06/2023

¹⁷ Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é uma unidade pública de atendimento à população e são oferecidos os serviços de Assistência Social.

Na reunião, foi decidido que o CRAS das comunidades, juntamente com a Polícia Federal e a Secretaria de Relações Institucionais e Temáticas (SERIT), iriam mapear os dados. Além disso, a Fundação de Educação Profissional e Administração (FEAPI), estava planejando um curso de português para estrangeiros. A notícia continua afirmando que a SERIT desenvolveria uma cartilha com nome, sexo, origem, raça e grau de instrução, para auxiliar no cadastramento. Nela o arquivo seria disponibilizado em três idiomas – Português, Francês e Inglês.

Em busca nos sites oficiais da prefeitura de Itajaí e seus órgãos citados no parágrafo anterior não encontramos notícias que a proposta divulgada foi executada. Aliás, atualmente nos sites institucionais da cidade ou do Governo Estadual não constam dados dos números oficiais de haitianos em Itajaí ou no Estado. A Associação dos Municípios da Foz do Itajaí (AMFRI) acredita que estejam residindo cerca de 10 mil na região do vale do Itajaí que é composta por outras cidades como Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Navegantes, Itapema, Luiz Alves, Penha e Porto Belo.

Tratando-se de um trabalho de pesquisa no campo do ensino, houve a necessidade de acessar os dados das matrículas dos haitianos no censo escolar de Santa Catarina. Um dos requisitos para cadastro do estudante nas redes de ensino municipal e Estadual é por meio da apresentação do comprovante de residência para disponibilizar a escola mais perto de sua moradia.

Tabela 1 - Distribuição da população haitiana em moradias na zona rural e urbana do município de Itajaí - 2014 a 2022.

 ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS GERÊNCIA DE ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÃO					
Número de Matrículas de Haitianos - Rede Estadual e Municipal de Itajaí e Localização de Moradia - Censo 2014 a 2022					
Ano	Código Município	Município	Dependência Administrativa	Localização de Moradia	Total Geral
2014	4208203	Itajaí	Estadual	Urbana	1
2014	4208203	Itajaí	Municipal	Urbana	13
2015	4208203	Itajaí	Estadual	Urbana	4
2015	4208203	Itajaí	Municipal	Urbana	41
2016	4208203	Itajaí	Estadual	Urbana	15
2016	4208203	Itajaí	Municipal	Urbana	69
2017	4208203	Itajaí	Estadual	Urbana	21
2017	4208203	Itajaí	Municipal	Urbana	84
2017	4208203	Itajaí	Municipal	Rural	1
2018	4208203	Itajaí	Estadual	Urbana	33
2018	4208203	Itajaí	Municipal	Urbana	122
2018	4208203	Itajaí	Municipal	Rural	1
2019	4208203	Itajaí	Estadual	Urbana	52
2019	4208203	Itajaí	Estadual	Rural	1
2019	4208203	Itajaí	Municipal	Urbana	139
2019	4208203	Itajaí	Municipal	Rural	2
2020	4208203	Itajaí	Estadual	Urbana	76
2020	4208203	Itajaí	Estadual	Rural	1
2020	4208203	Itajaí	Municipal	Urbana	173
2020	4208203	Itajaí	Municipal	Rural	1
2021	4208203	Itajaí	Estadual	Urbana	79
2021	4208203	Itajaí	Municipal	Urbana	166
2021	4208203	Itajaí	Municipal	Rural	2
2022	4208203	Itajaí	Estadual	Urbana	79
2022	4208203	Itajaí	Municipal	Urbana	131
2022	4208203	Itajaí	Municipal	Rural	3

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica - SED 2014 a 2022

Notas: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
 2 - Não inclui matrículas em turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).
 3 - Inclui matrículas do Ensino Regular e/ou EJA.
 4 - O número de matrículas do Ensino Regular e/ou EJA considera também as matrículas da Educação Especial em Classes Exclusivas
 5 - Inclui somente matrículas de nacionalidade Haitiana.

A observação dos dados apresenta uma discrepância significativa entre as duas áreas, com uma concentração expressiva de haitianos na zona urbana. A zona urbana apresenta uma expressiva maioria da população haitiana em moradias, com um total de 1.344 indivíduos registrados no período analisado. Essa concentração se intensifica a partir de 2016, com um crescimento exponencial no número de haitianos residindo na área urbana.

Em 2022, por exemplo, foram registrados 210 haitianos em moradias urbanas, representando um aumento de 267% em relação a 2014, quando o número era de 57. Na zona rural, por outro lado, apresenta uma população haitiana em moradias consideravelmente menor, com um total de 16 indivíduos registrados no período. As disparidades entre as áreas são evidentes, com a zona rural concentrando apenas 1,2% da população haitiana em moradias na cidade de Itajaí.

Nos últimos anos, houve um inflacionamento no mercado imobiliário de Santa Catarina, principalmente na região do Vale do Itajaí. O estado tem as cidades mais valorizadas, com valor do metro quadrado mais alto, com o preço médio de venda acima do padrão nacional e com o dobro da valorização média do país.¹⁸ Infelizmente os dados não classificam o perfil destas moradias, se eram próprias ou alugueis, creio que esta informação seria relevante para entendermos os aspectos que impactam na economia destas famílias.

1.4 Os Haitianos na rede de Ensino de Itajaí

O recorte temporal para a problematização dos dados está entre os anos de 2010 e 2023. O ponto de partida é o pós terremoto, onde identificamos as primeiras grandes levas de migrantes haitiano(a)s no Estado. A gerência de estatística e avaliação da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina encaminhou a seguinte planilha com dados dos números de migrantes do Haiti na rede Estadual e Municipal de Itajaí. Como podemos ver no quadro a seguir:

¹⁸ <https://www.negociossc.com.br/noticia/valorizacao-de-imoveis-em-sc-esta-acima-da-media-nacional/> Acesso em 27/07/2024

Tabela 2 - Número de haitianos por etapa de ensino – Censo 2014-2022



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS
GERÊNCIA DE ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÃO

Número de Matrículas de Haitianos por Etapa de Ensino - Rede Estadual e Municipal de Itajaí - Censo 2014 a 2022

Ano	Código Município	Município	Dependência Administrativa	Educação Infantil		Ensino Fundamental - Anos Iniciais					Ensino Fundamental - Anos Finais				Ensino Médio			EJA - Educação de Jovens e Adultos	
				Creche	Pré-escola	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	1ª série	2ª série	3ª série	EF - Anos Iniciais	EF - Anos Finais
2014	4208203	Itajaí	Estadual																
2014	4208203	Itajaí	Municipal	2	2	2	1		3			3							
2015	4208203	Itajaí	Estadual						1								1		1
2015	4208203	Itajaí	Municipal	3	10	2	2	1	1	4	1	1	3	1				11	1
2016	4208203	Itajaí	Estadual				3		1	1	1	1	1		1			1	2
2016	4208203	Itajaí	Municipal	2	22	5	6	5	3	4	4	3	1	3				8	3
2017	4208203	Itajaí	Estadual			1		2		2	1		1	2	5	2			2
2017	4208203	Itajaí	Municipal	1	20	10	12	9	5	1	5	7	5	2				4	3
2018	4208203	Itajaí	Estadual				1			1	3	2		1	10	4	2	1	2
2018	4208203	Itajaí	Municipal	1	13	21	14	16	10	10	5	6	8	5				7	5
2019	4208203	Itajaí	Estadual			1	1	2	2	1	2	2	3		12	8	5	4	5
2019	4208203	Itajaí	Municipal	2	10	13	23	20	21	10	9	8	5	9				5	5
2020	4208203	Itajaí	Estadual			1	3	2	3	3	2	6	2	4	12	7	10	2	4
2020	4208203	Itajaí	Municipal	4	6	10	15	30	23	25	12	8	11	9				15	6
2021	4208203	Itajaí	Estadual				1	4	4	2	5	6	4	4	19	6	4	2	3
2021	4208203	Itajaí	Municipal	1	9	5	10	14	31	27	25	11	11	10				10	4
2022	4208203	Itajaí	Estadual					2	3	4	4	4	5	3	12	14	7		4
2022	4208203	Itajaí	Municipal	1	1	6	4	9	13	24	21	13	10	10				17	5

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica - SED 2014 a 2022

Notas: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2 - Não inclui matrículas de turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3 - Inclui matrículas do Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA).

4 - Inclui somente matrículas de nacionalidade Haitiana.

Ocorreram um total de 1310 matrículas entre os anos de 2014 e 2022. É possível identificarmos que no primeiro ano da tabela, tínhamos apenas 1 matrícula na rede Estadual e 13 na Municipal. Já no último ano tivemos 79 estudantes matriculados na rede Estadual e 134 na rede municipal, representando um crescimento de 7.800%.

Em 2019 a ONU produziu um estudo sobre o perfil dos migrantes internacionais¹⁹, ao qual mostrou que na questão etária três em cada quatro migrantes internacionais estão em idade produtiva, ou seja, entre 20 e 64 anos. O mesmo estudo aponta para 14% dos que migram têm menos de 20 anos. É importante salientar que migrar é um ato arriscado e muito oneroso financeiramente, migrar exige muitas vezes abandonar tudo em seu país, inclusive os estudos. Muitos destes menores estudantes se conectam novamente com a escola, ao chegarem ao seu destino buscam retomar suas atividades educacionais e isto se faz mediante a um cadastro em uma instituição de ensino. Estas informações alimentam o censo escolar e que

¹⁹<https://brazil.iom.int/pt-br/news/estudo-da-onu-aponta-aumento-da-populacao-de-migrantes-internacionais> acesso em 14/03/2024

consequentemente servem de fonte para os pesquisadores e pesquisadoras. Assim, tive acesso, também, aos dados por faixa etária:

Tabela 3 – Faixa Etária dos Haitianos Matriculados – Censo 2014-2022



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

GERÊNCIA DE ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÃO

Número de Matrículas de Haitianos - Rede Estadual e Municipal de Itajaí e Faixa Etária - Censo 2014 a 2022

Ano	Código Município	Município	Dependência Administrativa	Faixa Etária											Total		
				Até 3 anos	4 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 anos ou mais			
2014	4208203	Itajaí	Estadual												1		1
2014	4208203	Itajaí	Municipal	2	2	6	3										13
2015	4208203	Itajaí	Estadual			1		1				1			1		4
2015	4208203	Itajaí	Municipal	8	5	7	9				1	3	3	2	3		41
2016	4208203	Itajaí	Estadual			4	4	2	2	2	1						15
2016	4208203	Itajaí	Municipal	6	16	23	12	1	1	2	4	2	1	1			69
2017	4208203	Itajaí	Estadual			3	7	4	3	1	3						21
2017	4208203	Itajaí	Municipal	3	15	39	16	4		1	1	3	1	2			85
2018	4208203	Itajaí	Estadual			1	9	11	3	4	2	1		2			33
2018	4208203	Itajaí	Municipal	3	9	64	26	7	2	4	3	2	2	1			123
2019	4208203	Itajaí	Estadual			7	5	22	3	6	4	3	1	2			53
2019	4208203	Itajaí	Municipal	3	8	79	33	9		3		2	3	1			141
2020	4208203	Itajaí	Estadual			8	14	25	9	10	4	3	4				77
2020	4208203	Itajaí	Municipal	3	6	81	55	10	2	5	4	4	4				174
2021	4208203	Itajaí	Estadual			9	13	29	9	6	6	3	1	3			79
2021	4208203	Itajaí	Municipal	1	9	70	62	13	2	6	2	2	1				168
2022	4208203	Itajaí	Estadual			6	16	22	16	9	7	2		1			79
2022	4208203	Itajaí	Municipal	1	1	44	56	13	2	5	3	4	4	1			134

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica - SED 2014 a 2022

Os números evidenciam o impacto do fluxo migratório haitiano na educação local, especialmente após o terremoto de 2010 no Haiti, que levou muito(a)s haitiano(a)s a buscar melhores condições de vida na cidade. Entre 2014 e 2018, houve um expressivo crescimento no número total de matrículas destes migrantes, saindo de 13 em 2014 para 141 em 2018. Esse aumento reflete a consolidação da presença haitiana na região. Após 2018, os números se estabilizaram, com pequenas variações anuais, atingindo um pico de 174 matrículas em 2020 e uma leve redução para 134 em 2022.

Os dados por faixa etária revelam maior concentração de estudantes haitiano(a)s nas idades de 6 a 10 anos e 11 a 14 anos, que correspondem ao ensino fundamental. Esse padrão indica uma boa inserção das crianças haitianas no sistema escolar brasileiro. Já a partir da faixa de 15 a 17 anos, correspondente ao ensino médio, os números começam a diminuir. Nas faixas etárias mais altas, como 25 a 29 anos e 30 a 39 anos, há uma participação significativamente menor.

Quanto à divisão administrativa, observa-se que a rede municipal é predominante entre crianças mais jovens, especialmente nas faixas etárias de até 10 anos, refletindo a responsabilidade da rede municipal pela educação

infantil e o ensino fundamental inicial. Por outro lado, a rede estadual concentra maior parte dos estudantes a partir dos 11 anos, correspondendo ao ensino fundamental final e médio, o que é coerente com a estrutura educacional brasileira.

O aumento das matrículas, especialmente até 2018, pode ser explicado pelo crescimento da comunidade haitiana em Itajaí, cidade que oferece oportunidades de trabalho e acolhimento. Contudo, os dados também apontam desafios. A menor participação de haitiano(a)s adultos na educação básica evidencia a necessidade de políticas públicas que incentivem o acesso e a permanência nos estudos, considerando que muitos imigrantes enfrentam barreiras relacionadas ao trabalho e à adaptação cultural.

Portanto, os dados apresentados refletem o processo de integração dos haitianos no sistema educacional de Itajaí, com destaque para o bom nível de inserção das crianças e jovens. Contudo, há espaço para ampliação das iniciativas voltadas para a educação de adultos, especialmente aqueles que precisam concluir a educação básica, contribuindo para sua plena integração social e econômica no Brasil. Motivado por compreender como o(a)s próprio(a)s haitiano(a)s se identificam racialmente, busquei dados sobre a questão racial, especialmente considerando a perspectiva decolonial antirracista que norteia este trabalho. A tabela a seguir apresenta os dados desta autodeclaração.

Tabela 4 – Autodeclaração dos Haitianos Matriculados – Censo 2014-2022

 ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS												
Número de Matrículas de Haitianos - Rede Estadual e Municipal de Itajaí - Censo 2014 a 2022												
Ano	Código Município	Município	Dependência Administrativa	Masculino				Feminino				Total
				Não declarado	Branca	Preta	Parda	Não declarado	Branca	Preta	Parda	
2014	4208203	Itajaí	Estadual			1						1
2014	4208203	Itajaí	Municipal			9				4		13
2015	4208203	Itajaí	Estadual			4						4
2015	4208203	Itajaí	Municipal	1		26				14		41
2016	4208203	Itajaí	Estadual		2	9				4		15
2016	4208203	Itajaí	Municipal	1	1	34				32	1	69
2017	4208203	Itajaí	Estadual			12				8		21
2017	4208203	Itajaí	Municipal	1	1	42			1	40		85
2018	4208203	Itajaí	Estadual			18			1	14		33
2018	4208203	Itajaí	Municipal	1	2	60			2	58		123
2019	4208203	Itajaí	Estadual			26			1	26		53
2019	4208203	Itajaí	Municipal	4	3	69	3	4	2	55	1	141
2020	4208203	Itajaí	Estadual	2		44			1	30		77
2020	4208203	Itajaí	Municipal	5	3	85	2	5	1	72	1	174
2021	4208203	Itajaí	Estadual	4		47			1	26	1	79
2021	4208203	Itajaí	Municipal	6	1	78	1	10	1	70	1	168
2022	4208203	Itajaí	Estadual	9		42			3	24	1	79
2022	4208203	Itajaí	Municipal	4	1	63		7		59		134

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica - SED 2014 a 2022

Notas:

- 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
- 2 - Não inclui matrículas em turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- 3 - Inclui matrículas do Ensino Regular e/ou EJA.
- 4 - O número de matrículas do Ensino Regular e/ou EJA considera também as matrículas da Educação Especial em Classes Exclusivas.
- 5 - Inclui somente matrículas de nacionalidade Haitiana.

Na exposição por sexo, observa-se uma predominância de matrículas masculinas em todos os anos. Em 2020, ano de maior registro, havia 106 homens matriculados contra 68 mulheres. Essa disparidade pode estar relacionada ao perfil demográfico da migração haitiana, em que os homens migram em maior número, frequentemente de forma individual ou antes de trazerem suas famílias, o que reflete uma busca inicial por inserção no mercado de trabalho. Esse fenômeno é frequentemente observado em movimentos migratórios de caráter econômico.

Verifica-se que a maioria do(a)s estudantes haitiano(a)s se autodeclara preta, com uma participação de 82,44% no período observado. As demais categorias étnico-raciais apresentam participações minoritárias: branca (6,70%), parda (7,89%) e não declarada (2,97%). Este quadro sobre autodeclaração do(a)s migrantes haitiano(a)s é significativo, já que uma das consequências da colonialidade e seus métodos de branqueamento no Brasil foi a negação de pessoas pretas de sua própria cor.

Nas últimas duas décadas, seguindo as demandas do movimento negro, foram criadas políticas públicas e campanhas mercadológicas de reconhecimento étnico identitário. O reflexo destas ações foi evidente, no último censo, por exemplo, houve um aumento dos números de pessoas que se

autodeclaram pretos ou pardos no Brasil. De acordo com o IBGE, em 2022 os pretos e pardos representam, agora, 56% da população. Já o percentual de pessoas que se declaram brancas caiu para 43%.²⁰

Nos últimos 4 anos, tenho notado o grande número de migrantes mulheres em sala de aula. Isto foi confirmado quando olhamos para os registros. Mesmo com as matrículas do sexo masculino representando 53,55% e as do sexo feminino 46,45% em 2022, observamos um aumento significativo. Em 2014, tínhamos 9 homens e 4 mulheres. Mais que o dobro em comparação.

1.5 Migrantes Haitiano(a)s em Itajaí: o alvo dos neonazistas

Em *“Pele Negra, Máscaras Brancas”*, O Frantz Fanon, não economizou críticas aos europeus. Como amigo e aluno de Aimé Césaire, o psiquiatra, filósofo e escritor revolucionário explorou os efeitos psicológicos da dominação colonial na identidade e na autoestima das pessoas racializadas. Por meio de alguns conceitos como “interiorização do racismo” e “alienação”, ele abordou como o nazismo assimilou a lógica colonial, utilizando de sua estrutura para justificar a opressão e o extermínio de grupos inferiorizados. Logo, se seguirmos a linha de raciocínio estabelecida por Fanon, podemos entender o neonazismo como um filhote do colonialismo, utilizando-se da violência para silenciar, subjugar e exterminar povos marginalizados.

Em certa medida, este trabalho trata-se, também, de uma denúncia em forma de grito daqueles que são silenciados pelo legado ainda presente da colonialidade. Com advento das redes sociais vieram à tona as novas formas de agressões de grupos racistas e xenófobos, ou melhor, neonazistas. Na semana da consciência negra de 2022, um evento de Mostra de Cultura do Haiti criado pela ONG Beija Flor Cobra Criada para dar visibilidade a cultura haitiana na cidade de Itajaí ficou conhecido nacionalmente, não pela a riqueza das manifestações culturais dos migrantes. Mas sim, pela intolerância, pela ameaça explícita de chacina por meio do e-mail enviado para autoridades públicas,

²⁰<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda> Acesso em 26/03/2024.

jornalistas, e a produtora cultural da Mostra Andréa Müller. Leia a seguir o e-mail na íntegra.

De: jedemdasseine14@mail2tor.com Enviado: terça-feira, 15 de novembro de 2022 23:08

Para:

Assunto: Cancelem a Mostra Haiti ou faremos uma chacina em Itajaí
Luana, prender nossos camaradas em São Pedro de Alcântara foi um erro. Nada nem ninguém vai nos parar ATÉ A VITÓRIA FINAL! Exigimos o cancelamento da tal Mostra Haiti de Cultura na cidade de Itajaí, exigimos também a expulsão de todos os haitianos de Santa Catarina, e exigimos também a libertação e a anistia para nossos 8 camaradas presos na 2ª feira dia 14 em São Pedro da Alcântara pelos porcos da Polícia Civil. Se não fizerem o que a gente mandou vamos invadir o Centro de Artes e Esportes Unificados do bairro São Vicente onde vai ter essa Mostra de merda e matar todo mundo que a gente pudermos alcançar. Santa Catarina é terra DE BRANCOS E PARA BRANCOS e não vamos permitir exposição de cultura de negros, o lugar desses negros nojentos, dos índios fedorentos, dos nordestinos cabeças chatas, dos ratos judeus e da escória LGBT é longe de nossa terra europeia, limparemos nossa terra desses Untermenschen, Somos defensores da pureza de nossa raça, não somos como o Willian Jaeger aquele que deu com uma barra de ferro na cabeça do PRF em Rio do Sul, esse verme confessou que traz nordestinos para trabalhar em Santa Catarina destruindo o híbrido racial puro catarinense e roubando empregos dos BRANCOS EUROPEUS. Willian Jaeger, a meretriz vagabunda e amante de negros Andréa Müller que está promovendo essa mostra de macacos haitianos em Itajaí, o prefeito Volnei Morastoni, o Vice-Prefeito Marcelo Almir Sodré de Souza e os porcos da Polícia Civil catarinense são TRAIADORES DA RAÇA BRANCA e serão tratados como traidores, o deles está guardado, desafiamos os porcos policiais a vir nos buscar, temos uma surpresa para vocês. Total apoio aos caminhoneiros e fazendeiros que bloqueiam estradas contra a posse do molusco Luladrão, não permitiremos que esse lixo racial ocupe a cadeira de presidente. Vamos liquidar ele também, o FILHO DA PUTA Alexandre de Moraes e os urubus togados do STF. Este será o primeiro ato para a purificação racial do Reich Catarinense. Outros atos virão. Não-brancos AQUI NÃO É O LUGAR DE VOCÊS vão embora de Santa Catarina e dos estados-irmãos Rio Grande do Sul e Paraná, O SUL É NOSSO PAÍS E É UM PAÍS DE BRANCOS E PARA BRANCOS E NADA VAI NOS DETER ATÉ A VITÓRIA FINAL. SIEG HEIL 14/88

A partir da mensagem acima, podemos fazer uma análise dos símbolos e da narrativa neonazistas. O endereço eletrônico utiliza um pseudônimo: "jedem das seine". Já no campo assunto da mensagem. O endereço do autor apresenta a extensão Mail2tor", cujas mensagens circulam livremente na deepweb²¹. A expressão *Jedem das seine* é a tradução de uma palavra em latim "suum cuique"

²¹ O termo "Deep Web" se refere a todas as páginas da Web que os mecanismos de pesquisa não conseguem identificar. Ela fica abaixo da superfície e é lá que estão cerca de 90% de todos os sites. Ler mais: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/deep-web> acesso em 27/08/2024

ao qual significa " que todos recebam o que lhes é devido " ou "cada um na sua". Essa frase foi utilizada pelos nazistas no decorrer da Segunda Guerra Mundial como lema fixado na entrada do campo de concentração de Buchenwald²².

O conteúdo de cunho neonazista exigia o cancelamento da atividade e a expulsão de todos haitianos de Santa Catarina. O texto que não foi assinado, cita Hitler, afirma que Santa Catarina é Terra de Brancos. A atividade com data prevista entre os dias 16 e 19 de novembro de 2022 tornou-se o alvo do grupo extremista, após a prisão de oito membros de uma célula neonazista durante um encontro no município de São Pedro de Alcântara dias antes.

Prender nossos camaradas em São Pedro de Alcântara foi um erro. Nada nem ninguém vai nos parar até a vitória final! Exigimos o cancelamento da tal Mostra Haiti de Cultura na cidade de Itajaí, exigimos também a expulsão de todos os haitianos de Santa Catarina, e exigimos também a libertação e a anistia para nossos oito camaradas presos na 2ª feira dia 14 em São Pedro da Alcântara pelos porcos da polícia civil, ameaça o e-mail.

Um dos primeiros estudos sobre o neonazismo no Brasil foi produzido no ano 1994 pelo grupo de estudos da violência da USP e pela comissão Teotônio Vilela. O documento intitulado “Dossiê Neonazismo” aponta o “*modus operandi*” dos grupos naquele período que inclui propagandas incitando ao ódio contra grupos minorizados, agressões verbais, depredação de propriedade, ameaças de morte e vários casos de agressões físicas, algumas resultando em mortes.

No ano de 2020, a antropóloga Adriana Dias²³, uma das grandes especialistas em neonazismo no Brasil fez um estudo, ao qual identificou 69 células neonazistas cada uma contendo de 3 a 40 membros, somente no estado de Santa Catarina. Os dados são surpreendentes quando comparados a São Paulo, onde foram mapeados 99 grupos. Pois, a população catarinense é em torno de 6 vezes menor. Isto faz de SC, em proporção, o lugar que concentra a maior parte de organizações extremistas no país.

²² Disponível <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/11/18/email-neonazista-com-ameacas-de-morte-a-haitianos-e-investigado-em-sc.htm> acesso dia 12/06/2023

²³ Ler mais em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2018.1060866>

De acordo com o levantamento da SAFERNET BRASIL²⁴ “Em 2020, racismo e xenofobia registraram mais do que o dobro de denúncias em relação à 2019. Já as denúncias de neonazismo tiveram um crescimento de 740,7% em 2020 em relação ao ano anterior”. Em reportagem de 13 de junho de 2023 da agência Reuters, sob o título “Grupos Neonazistas se multiplicam num Brasil mais conservador”, o jornalista Steven Grattan aborda o crescimento dos grupos extremistas no Brasil após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Na matéria é citado o caso da primeira mostra Haiti de cultura de Itajaí, além de mostrar o aumento dos grupos neonazistas através do seguinte gráfico:²⁵



A resposta governamental em Santa Catarina para o aumento dos crimes de ódio foi a criação, em março de 2022, de uma Delegacia de Repressão ao Racismo e Delitos de Intolerância (DRRDI) responsável por prevenir, reprimir e investigar crimes de racismo, contra os direitos das pessoas com deficiência e os demais que se caracterizem pela intolerância. Esta delegacia foi a responsável pela prisão dos neonazistas, citados no e-mail, em São Pedro de Alcântara - SC.

Toda ameaça é uma forma de violência. Seu objetivo além de intimidar é criar o pânico e o terror. No caso de Itajaí ela foi direcionada contra todos os

²⁴ Entidade referência nacional no enfrentamento aos crimes e violações aos Direitos Humanos na Internet. <https://new.safernet.org.br/content/institucional> acesso em 25/08/2024

²⁵ Fonte: <https://www.reuters.com/world/americas/neo-nazi-groups-multiply-more-conservative-brazil-2023-06-13/> acesso em 14/07/2023

envolvidos no evento, em especial a(o)s haitiano(a)s. No assunto do e-mail já está a ordem e a consequência do não cumprimento “Cancelem a Mostra Haiti ou faremos uma chacina em Itajaí”, e no desenrolar da mensagem dizem o que farão caso não seja cumprida a exigência: “Se não fizerem o que a gente mandou vamos invadir o Centro de Artes e Esportes Unificados do bairro São Vicente onde vai ter essa Mostra de merda e matar todo mundo que a gente pudermos alcançar”. Em outro trecho, afirma que Santa Catarina é Terra de Brancos para brancos, segue com seu caráter racista, xenofóbico, antissemita, homofóbico, arianista e citam o *Untermenschen* termo da ideologia nazista para definir povos inferiores:

Santa Catarina é terra de brancos e para brancos e não vamos permitir exposição de cultura de negros, o lugar desses negros nojentos, dos índios fedorentos, dos nordestinos cabeças chatas, dos ratos judeus e da escória LGBT é longe de nossa terra europeia, limparemos nossa terra desses Untermenschen. Somos defensores da pureza de nossa raça.

Na ameaça, referem-se às forças policiais da seguinte forma “eles serão tratados como traidores, o deles está guardado, desafiamos os porcos policiais a vir nos buscar, temos uma surpresa para vocês”. A mostra aconteceria num mês, ao qual o país passava por grande agitação social. Vários grupos de extrema direita não aceitando o resultado das urnas do 31 de outubro que levou ao cargo de presidente da república, o candidato Luís Inácio Lula da Silva, bloqueavam estradas e pediam um golpe de Estado. “Total apoio aos caminhoneiros e fazendeiros que bloqueiam estradas contra a posse do molusco Luladrão, não permitiremos que esse lixo racial ocupe a cadeira de presidente (...).”

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), alvo dos ataques dos grupos extremistas, também foram citados. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, e os ministros do STF foram chamados de “urubus togados”. Eles garantem que terão outros atos violentos e mandam embora imigrantes e migrantes não só de Santa Catarina, mas também do que chamam de “estados irmãos” Rio Grande do Sul e Paraná. “O Sul é nosso país e é um país de brancos e para brancos e nada vai nos deter até a vitória final”.

Podemos observar, também, como se autointitulam “Este será o primeiro ato para a purificação racial do Reich Catarinense. Outros atos virão”, diz a mensagem, ao final percebe-se a expressão “Sieg Heil 14/88”, que é uma saudação nazista a Adolf Hitler. O 14/88 trata-se de uma combinação de dois símbolos numéricos populares da supremacia branca, ou seja, 14 é a abreviação do slogan “14 palavras” O 14 vem do slogan supremacista de origem estadunidense (“nós devemos garantir a existência do nosso povo e um futuro para crianças brancas”, 14 palavras. O 88 significa “Heil Hitler”, o H é a oitava letra do alfabeto e também condiz com a ideia de uma supremacia branca infinita.

Com a repercussão nacional do caso e sendo alvo das ameaças do e-mail as autoridades como o procurador-geral de Itajaí, Gaspar Laus, o prefeito em exercício Marcelo Sodré, a Secretaria de Comunicação e a Fundação Cultural estiveram em Reunião. E emitiram a seguinte nota²⁶:

A Superintendência Administrativa das Fundações e a Fundação Cultural de Itajaí tomaram conhecimento, por meio da Procuradoria-Geral do Município, sobre um e-mail que circula nas redes sociais com pedido de cancelamento da 1ª Mostra Haiti de Cultura e ameaça de chacina. Diante disto, foram imediatamente acionados os órgãos de segurança do Município. A Superintendência também acionou o proponente do projeto para tomar as medidas cabíveis. O evento cultural não é realizado pelo Município, mas tem o patrocínio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura. Ele foi idealizado pela produtora cultural Andréa Müller, do Espaço Cultural Beija-Flor Cobra Criada. Conforme a produção, a programação está mantida, de 16 a 19 de novembro, no CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados, localizado no bairro São Vicente. O Município de Itajaí repudia toda e qualquer forma de preconceito, e já repassou as informações para as autoridades competentes para reforço da segurança e providências junto aos realizadores da Mostra.

A mostra ocorreu com um esquema de segurança reforçado e não houve ocorrências. A produtora Cultural, Andrea Muller, quando perguntada pela plataforma do uol sobre o episódio respondeu²⁷:

²⁶ <https://ndmais.com.br/seguranca/e-mail-ameaca-chacina-em-mostra-cultural-haitiana-em-itajai-e-policia-e-acionada/> acesso e, 14/06/2023

²⁷ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/11/18/email-neonazista-com-ameacas-de-morte-a-haitianos-e-investigado-em-sc.htm#:~:text=Os%20neonazistas%20de%20Santa%20Catarina,Grande%20do%20Sul%20e%20Paran%C3%A1.> acesso dia 12/06/2023

Estou estarrecida com isso. Este é um evento tão amoroso, tão bonito. Estamos há mais de um ano fazendo os preparativos junto a famílias, jovens e crianças. Aí vem essa pessoa e escreve tal barbaridade. Mas vamos vencer esse ódio que está adoecendo todo mundo.

A polícia civil abriu inquérito, porém não se sabe qual o desfecho das investigações. A organização do evento recebeu a informação não formal de que um jovem de 15 anos havia sido identificado através do IP do computador, mas não haviam sido notificados pelos órgãos oficiais da conclusão jurídica do ocorrido. Em busca realizada na internet, não foi encontrada notícia da identificação ou prisão da autoria do e-mail. Em relação a mostra, suas atividades culturais, discussões, palestras estão tudo disponibilizado ao público em geral no Instagram da Espaço Cultural Beija Flor Cobra Criada. O episódio relatado por si só já é caso de alerta se fosse um ato único e isolado na cidade, porém a ação de neonazistas na cidade é muito anterior.

Podemos pensar o episódio da ameaça neonazista como uma continuidade do colonialismo e expressão da colonialidade. Apresenta de forma explícito ideias de supremacia de raça, reivindicando uma pureza racial ao Estado de Santa Catarina. A retórica neonazista de "terra de brancos e para brancos" é uma reedição da lógica colonial que reivindicava a América Latina como um espaço a ser dominado e purificado de qualquer presença não europeia.

A proliferação de ameaças contra grupos de migrantes através do discurso de ódio, expõe o lado sombrio das tecnologias contemporâneas que instrumentalizam e buscam perpetuar a colonialidade. Através da internet, essa rede global, acessível a bilhões de pessoas, propagam-se a discriminação e violência, alimentando um ciclo vicioso de opressão e marginalização de grupos migrantes. Assim, quando percebemos as raízes dos meios de comunicação de massa estabelecidos na modernidade, como o surgimento da imprensa. Faz se necessário pensar numa decolonialidade virtual ou uma comunicação decolonial na internet. Ao enfrentarmos o desafio do ódio virtual, reconhecemos a necessidade de dismantelar as estruturas coloniais que o alimentam. Em razão disso uma das proposições deste trabalho é um espaço virtual de promoção da cultura haitiana e de denúncia a casos como do e-mail da ameaça neonazista.

2. MEMÓRIAS SOLIDÁRIAS PARA UM ENSINO ANTIRRACISTA DE HISTÓRIA.

Pense no Haiti, reze pelo Haiti

O Haiti é aqui

O Haiti não é aqui

(Canção de Caetano Veloso e Gilberto Gil)²⁸

O trecho acima da música "Haiti", de Caetano Veloso e Gilberto Gil, faz um convite para a reflexão sobre questões sociais como pobreza, racismo e violência estrutural, utilizando como pano de fundo a cidade de Salvador, na Bahia, e fazendo uma analogia com o Haiti. Ao final, a canção traz o trocadilho "O Haiti é aqui", "O Haiti não é aqui".

Começo este capítulo convidando o leitor a pensar o trecho da música por meio das memórias solidárias dos migrantes haitianos. Até que ponto as experiências haitianas são daqui e ou não? Quais representações e dilemas os migrantes manifestam em suas vivências? Na busca de respostas ou novas perguntas estabeleci um diálogo com as memórias de seis migrantes haitianos na cidade de Itajaí. Assim, no primeiro momento, apresento um trânsito pelo pensamento decolonial, seguido de uma reflexão sobre a memória dos migrantes haitianos estabelecendo um diálogo de forma solidária para a construção de um ensino antirracista de história.

A decolonialidade é um processo contínuo de amadurecimento intelectual que a academia vem lidando nas últimas três décadas. No final dos anos noventa do século XX, alguns intelectuais latino-americanos construíram o chamado grupo Modernidade/Colonialidade(M/C). De certa maneira, este grupo deu os primeiros passos para uma renovação crítica das ciências humanas e sociais na América Latina. O movimento trouxe releituras históricas e problematizou

²⁸ A música Haiti foi lançada em 1993, no álbum comemorativo dos trinta anos do tropicalismo.

questões relacionadas a permanência da colonialidade em diferentes níveis na individualidade e no coletivo das relações contemporâneas. O grupo M/C tratou de inserir, de fato, a América Latina nos estudos pós-coloniais. Com a evolução dos estudos, alguns intelectuais como Walter Mignolo demonstraram descontentamentos em algumas distorções que estavam em pauta, ao qual algumas teses de críticas coloniais estavam sendo replicadas e traduzidas para América Latina, mas que não correspondiam a realidade do colonialismo americano.

É importante salientar que o grupo do M/C nunca foi homogêneo, já nos primórdios, em 1998, após o primeiro encontro houve divergências e o grupo se desfez. Aos poucos foi se reconstruindo a partir de seminários, diálogos e publicações, até que em 2000 foi lançada uma das mais importantes obras coletivas do M/C que foi "*La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*". A partir das ações do grupo foram forjadas a ideia de decolonialidade em torno da concepção de dois conceitos apresentados pelo Sociólogo Peruano Aníbal Quijano, colonialidade do poder e modernidade. Para o autor a América constitui-se como a primeira ideia de identidade da modernidade, sendo pioneira num padrão espaço/tempo de poder vocacional mundial, onde dois eixos históricos convergiram e vieram a se estabelecer nos fundamentos:

por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros" e "por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (Quijano, 2005, p. 107).

A ideia de raça trabalhada por Quijano é em seu sentido moderna, onde as relações sociais são estruturadas por concepções racializadas e criaram identidades sociais novas dos não brancos, na qual "os dominantes chamaram a si mesmos de brancos" (Quijano, 2005, p. 107). Sob essa ótica, a construção do conceito de raça serviu como ferramenta para legitimar as relações de dominação estabelecidas pelo colonialismo.

Ao classificar povos em hierarquias artificiais, a ideia de raça tornou-se o pilar fundamental da colonialidade do poder, dando origem ao que hoje conhecemos como racismo. Essa ideologia nefasta, baseada na falsa crença da

superioridade racial de um grupo sobre outros, utilizava e continua utilizando como justificativas elementos como língua, cultura e sistemas de conhecimento, perpetuando a exclusão e a opressão de populações minorizadas.

A formatação da Europa enquanto identidade teria se dado depois da chegada à Abya Ayala²⁹, tendo a expansão colonialista/capitalista para o resto do mundo conduzido à constituição da perspectiva eurocêntrica do conhecimento, com povos dominados postos numa situação de inferioridade, subjugados por meio de seus fenótipos e culturas. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial. A colonialidade buscou homogeneizar as formas básicas de existência social, isto implicou em estratégias racistas para controle dos poderes, dos saberes, das sexualidades das populações colonizadas. Todas e quaisquer formas de controle sistemático subjetivo ou objetivo do corpo, do comportamento, da sexualidade, do trabalho estão conexos com a colonialidade.

Conforme o filósofo porto-riquenho Maldonado Torres (2007), o colonialismo está relacionado com a dominação política e econômica em que a soberania de um povo reside no poder de outra nação, ou seja, um Império. Por outro lado, a concepção de colonialidade refere-se a um padrão de poder que emergiu como consequência do colonialismo moderno, porém não está limitado a uma relação formal de poder entre povos ou nações, mas sim a forma como o trabalho, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado mundial e da ideia de raça. Então, a colonialidade sobrevive ao colonialismo que a precedeu, através de vários elementos, principalmente nos recursos de aprendizagem, nas normas para produção acadêmica, na cultura comum, ou seja, respiramos a colonialidade cotidianamente. Ela está estabelecida nas mais variadas formas de dominação, onde os modos de poder, de saber, de ser dos povos submetidos são simplesmente silenciados por valores e padrões tidos como universais.

²⁹ Abya Yala, em língua kuna, significa "terra em plena maturidade" ou "terra de sangue vital" e é uma denominação histórica para o continente americano. No século XXI, o termo passou a ser usado por organizações e comunidades originárias para substituir "América", reforçando identidade cultural e respeito à natureza do território. Esse uso faz parte de iniciativas de descolonização e da construção identitária dos povos originários. Ler mais: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16231>

Ao propor um ensino antirracista de história por meio das memórias solidárias de migrantes haitianos, faz-se necessário entender cada um dos elementos inseridos na problemática do tema em questão. Entretanto, dialogar com autores decoloniais para um ensino que se propõe denunciar e combater o racismo exige alguns cuidados, como defende Araújo e Paim (2021, p.28):

podemos fazer um trabalho crítico, emancipador, ter alguns diálogos com autores decoloniais, mas não necessariamente estar num caminho decolonial diretamente, podemos ter uma inspiração decolonial. Para estar em um caminho decolonial, é necessário trazer esses conceitos para o seu debate, elencá-los e estruturá-los no processo teórico-metodológico de produção de saberes.

Logo, para estar num caminho decolonial é necessário abrir portas de possibilidades para estancar o memoricídio³⁰ promovido pela ideologia supremacista branca. Aqui analisaremos a memória como uma trincheira da resistência, quando buscam nos silenciar, lembramos!

As memórias encarnadas de lutas, experiências e modos de vida organizados desde as coletividades atuam como poderoso recurso contracolonial e anti epistemicida, capaz de obstar práticas necropolíticas direcionadas às memórias, narrativas e representações de corpos negros (Reis, 2022, p.90).

Percorri alguns caminhos buscando encontrar autores que abordassem a memória na perspectiva decolonial, ou seja, pensando a memória negra na perspectiva brasileira e todo o projeto de silenciamento. Também, não descartei as contribuições que emergiram nos últimos anos, de Henri Bergson (1999) e Marcel Proust (2013) às reflexões de Maurice Halbwachs (1990), Paul Ricoeur (2007) e Pierre Nora (1993), pensadores que se debruçaram sobre a transdisciplinaridade da memória social. De certa forma, trouxeram para o centro dos debates a memória como algo dinâmico e multifacetado, que transcende os limites da individualidade e se entrelaça com a coletividade. Ou seja, o esquecimento, de fato, deixa de ser visto como algo a ser preenchido e ganha

³⁰ Fernando Baez conceitua a destruição do patrimônio material e imaterial na América Latina por invasores europeus como memoricídio. Fonte: A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010

maior atenção, mostrando-se como um mecanismo político social da colonialidade.

Quando estava escrevendo o memorial apresentado no início deste trabalho, visitei lugares e experiências que constituem a minha identidade. Foi um processo terapêutico, fui aos primeiros momentos da infância, lidei com traumas, afetos, frustrações e realizações. Creio que visitar meu passado, por meio de minhas memórias, serviu principalmente para reafirmar a minha conexão com toda a minha etnicidade. Logo, toda vez que uma pessoa vítima da colonialidade viaja as suas memórias, retorna com um sentimento de ter sobrevivido a uma guerra. Toda vez que uma pessoa vítima da colonialidade registra as viagens de suas memórias, acaba por denunciar a tragédia da nossa colonização e fertilizar um movimento de resistência antirracista.

Assim sendo, ambicionava algo que dialogasse mais com as percepções sobre a memória e esquecimento. Algo que comunicasse com memórias pretas ou com pretas memórias. Alguns elementos que pudessem conectar com as memórias dos migrantes haitianos e que fosse a resistência a necromemória:

Necromemória é a expressão do poder e a capacidade de determinado Estado (micropolítica e necropoder) manipular as construções, as representações e os destinos políticos de determinado grupo, a partir das interações do passado com o qual esse grupo terá acesso, mantendo constante a mortificação de determinadas memórias (Camilo, 2021, p.4).

No contexto brasileiro, marcado por um longo histórico de colonialismo e racismo estrutural, torna-se fundamental problematizar o conceito de necromemória, especialmente no que diz respeito à invisibilidade dos corpos negros ao longo da trajetória social do país. A memória preta brasileira, assim como a minha, não se limita a ser um registro passivo de sofrimento e morte. Ela é viva, pulsante e ativa, mesmo que em alguns casos fragmentada e muitas vezes relegada à invisibilidade. É uma memória viva, como diria o povo haitiano uma *Memwa Vivan*, que resiste se reinventa e principalmente tem sido uma das principais ferramentas para a luta antirracista desde os primórdios da colonização.

Todo o estudo que envolva memórias solidárias exige do pesquisador uma sensibilidade particular. Por isto, neste estudo foi necessário tomar alguns

cuidados principalmente na utilização de verbos, pois dependendo do contexto o seu uso equivocado poderia tirar do sujeito a propriedade e autoria de sua história. No título, por exemplo, a proposta inicial era utilizar o termo mobilizando memórias, porém o verbo no gerúndio projetava em mim, professor pesquisador, o papel de manipulador das memórias que foram gentis a este projeto de investigação.

A expressão memórias solidárias foi mais apropriada, pois respeita a autoria das experiências haitianas. A memória é deles, não minha, apenas estabeleço, em parte, um diálogo limitado por minhas diferenças culturais e linguísticas. Entendo que narrativas desses migrantes em Itajaí oferecem uma oportunidade única para um ensino antirracista de história, contrapondo a visão eurocêntrica e colonial. Então, entrevistamos 6 estudantes do CEJA, buscando uma diversidade de perspectivas. As entrevistas revelaram a riqueza e a complexidade dessas memórias, construídas a partir de suas experiências e resistências. Fragmentos dessas narrativas serão utilizados em propostas didáticas para o site do Espaço Virtual da Migração Haitiana em Itajaí.³¹

Durante a coleta de dados para a pesquisa, foi questionado aos participantes se desejavam que seu anonimato fosse preservado. Em suas respostas, nenhum participante expressou a necessidade de sigilo. Diante disso, e com o consentimento expresso do(a)s entrevistado(a)s, mediante o Termo Livre Esclarecido – TCL³², optamos por manter os nomes reais e as imagens das pessoas entrevistadas. Acredito que a transparência e o reconhecimento individual são valores importantes para nossos narradores. Ao utilizarmos os nomes reais e suas imagens, honramos a contribuição de cada participante e reforçamos a confiabilidade dos dados coletados.

Alguns desafios surgiram já nos primeiros contatos para as entrevistas. O primeiro deles é a língua. Dos seis entrevistados, quatro estavam a menos de dois anos no Brasil. Outro fator significativo é o caráter espacial e temporal. As entrevistas foram realizadas na unidade escolar, no espaço do refeitório, e muitas vezes eram interrompidas por situações das mais variadas. As entrevistas

³¹https://sites.google.com/d/1x__o6ul9kr6H5vcf2VOXn5x9YggdY3J/p/1hk5YednVIHkfiZRggPIImkJgueJx2esr/edit

³² Documento em anexo.

presenciais tiveram a duração média de 1 hora cada, já as virtuais foram contatos esporádicos via WhatsApp.

Para dialogar com as memórias solidárias destes migrantes haitiano(a)s utilizei como recurso a estrutura das mônadas, assim como concebidas pelo filósofo Walter Benjamin, como uma imagem abreviada do mundo. Estabeleci diálogos com as narrativas por caminhos da história oral registrando as memórias e experiências do local de partida, de trânsito e de chegada dos migrantes. Como afirma a historiadora Verena Alberti (2005, p. 155), “uma das principais riquezas da história oral está em permitir o estudo de como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”. Reforço que não pretendo interpretar as memórias, mas sim estabelecer um diálogo e posteriormente, propor um ensino antirracista de história a partir delas.

A apresentação das mônadas será de forma individual por sujeito entrevistado, iniciando com seu nome e fotografia para preservar a autoria e o rosto do(a) falante. Abaixo da foto, tem uma frase escolhida pelo(a) próprio(a) entrevistado(a). Assim sendo, vamos as memórias solidárias que nos permitem saber se o Haiti é aqui ou se o Haiti não é aqui.

AMAZAN JR.



“Um dia serei engenheiro, Deus está comigo e acredito”

A entrevista foi realizada no dia 22 de setembro de 2023, às 19h, em uma sala de aula vazia do CEJA/Itajaí. O migrante, Amazon Junior, é formado em Veterinária. Ele tem 39 anos, nasceu no Sul do Haiti na cidade de Cavaillon e não foi reconhecido pelo pai. Sua mãe foi trabalhar na capital e ele acabou sendo criado pelos avós maternos. Possui 10 irmãos, 6 homens e 4 mulheres, todos ainda no Haiti. Amazon começou a trabalhar aos 10 anos em uma carvoaria. Diz ter passado muita fome, chegando a ficar dois dias ingerindo apenas água. Com emoção no olhar, relata que fez de tudo para estudar. Diferentemente do Brasil, as cidades do interior do Haiti não dispõem de escola pública. Ele pagou os estudos com o ganho do trabalho e formou-se em tecnólogo superior em veterinária.

Após o terremoto de 2010, já casado e sem condições financeiras de sobreviver no país, passou a pensar na possibilidade de migrar. Em 2016, através de um amigo, ouviu falar do Brasil. Este amigo residia no Estado do Paraná e comentou que aqui a vida era melhor para os haitianos. Então, juntou dinheiro e comprou passagem de avião para São Paulo. Ao chegar, embarcou num ônibus e foi ao encontro do amigo no estado mais ao sul. No Paraná, não teve sucesso: desemprego, fome e discriminação o impediram de continuar. Migrou para São Paulo, onde se empregou em uma empresa agrícola na criação de suínos. Ficou quatro anos apenas trabalhando e durante esse período conseguiu trazer a esposa que havia ficado no Haiti.

Em 2020, a esposa ficou sabendo de Itajaí por meio de uma amiga, também migrante haitiana, que residia na cidade. Esta comentou, na ocasião, que em Itajaí ela poderia trabalhar e estudar. Logo, Amazan, empolgado com a ideia de estudar e trabalhar, decidiu migrar para Santa Catarina. Um mês depois de chegar, começou a trabalhar em uma empresa de logística e decidiu voltar a estudar. Ao ser perguntado sobre o porquê o retorno aos estudos se já possuía curso superior, responde:

Aqui não aceitaram meu diploma. Tentei trabalhar na minha área da agronomia ou veterinária. Aí surgiu uma vaga nesta empresa, fiz a seleção e aprovado não consegui a vaga com melhor salário porque não tinha o ensino médio. Foi a melhor coisa que fiz foi vir para a escola no Brasil. Na escola aprendi melhor o português. Antes da escola eu tinha muita dificuldade com o português. Mesmo hoje eu não tenho o mesmo sotaque de um brasileiro, mas eu estou pesquisando e vou aprender bem mais.

O processo burocrático para reconhecimento de documentos de migrantes haitianos no Brasil é extremamente oneroso³³. Pois o Haiti não é um signatário da Convenção da Haia. Isso significa que os documentos originários do Haiti precisam ser legalizados pela Embaixada do Brasil no Haiti antes de terem validade no Brasil. A legalização de um documento requer que a autoridade consular da Embaixada reconheça a assinatura no original do documento. Após a legalização da Embaixada, o documento deve ser traduzido para o português por um tradutor oficial no Brasil e, em seguida, deve ser registrado no cartório de títulos e documentos no Brasil. Além do processo ser realizado no Brasil e no Haiti, ainda tem um custo financeiro considerável. E nada garante que após o processo todo o documento será reconhecido.

Aliás, a dificuldade do(a)s migrantes serem reconhecidos profissionalmente no Brasil, não se trata apenas de uma questão meramente diplomática ou jurídica, mas sim responde ao racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira. Amazan, antes de ser haitiano, no Brasil, é preto. Logo, não só a xenofobia lhe atinge, mas também o racismo. Sobre isto comenta:

³³ Ler legalização de documentos em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-porto-principe/porto-principe-arquivos/portugues>.

Aconteceu um tipo de preconceito aqui comigo. No meu trabalho, eu fiz um curso de conferente, informática básica e operador de empilhadeira. Tudo no SENAI, estava há anos na empresa. O gerente me prometeu a vaga se fizesse o curso. Fiz e pessoas brancas que entraram depois de mim, não tinham o curso ficaram com a vaga, eu continuei na separação com o mesmo salário.

Sua experiência no trabalho é um exemplo de racismo estrutural, onde práticas e normas discriminatórias, mesmo não sendo explícitas, colocam pessoas negras em desvantagem. A promessa do gerente, não cumprida por causa da sua raça, revela um sistema que privilegia brancos, mesmo quando você se qualificou e dedicou anos à empresa. O caso de Amazan, mostra o quanto se faz necessário um ensino antirracista de história. Este modelo de ensino não se trata apenas de uma mudança curricular, mas sim de uma mudança de paradigma. É um compromisso com uma história conectada com a justiça social.

Quando questionado sobre a história do Haiti, diz que:

A história do Haiti é difícil. Você viu o que fizeram com Jovenel³⁴? Os próprios haitianos matam haitianos. Isto está errado. Na história quem matou Dessalines? Foi os Haitianos. Eu não tenho vontade de voltar para o Haiti. É meu país, mas está muito complicado. Têm as histórias das revoluções e guerra. O Haiti não tem paz. Está piorando cada dia. Haiti está em guerra!

A conversa toma outro rumo quando questionado sobre seus sonhos. Com os olhos brilhando e uma voz firme, ele declara: "Um dia serei engenheiro, pois Deus está ao meu lado e eu tenho fé." As palavras ecoam com convicção, revelando a força motriz que o impulsiona. Citações bíblicas intercalam à conversa, evidenciando a profunda religiosidade que permeia sua vida. Ao ser questionado sobre sua fé, ele responde com um sorriso radiante: "Sim, sou pregador da palavra em uma igreja evangélica composta apenas por haitianos. Nossa comunidade já conta com cerca de 50 membros diretos." Em outubro de 2024 reencontra Amazan. Com sorriso nos lábios comenta que está cursando engenharia civil na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Diz que foi pai novamente de uma menina e que está trabalhando como servente de pedreiro

³⁴ Jovenel Moïse foi um político haitiano, que foi Presidente do Haiti, após vencer as eleições gerais de novembro de 2016 e de ter sido referendado em janeiro de 2017, foi assassinado em sua casa, na madrugada de 7 de julho de 2021.

na construção civil. Ao se despedir agradece as aulas de história que teve comigo e eu retribuo agradecendo por suas memórias solidárias.

VERLANDE



“Acho que não deveria existir racismo, pois todo mundo é humano”

Entro em sala de aula, março de 2023, primeiro dia letivo do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), e normalmente parto para apresentação de meu nome, falo da proposta de aula de história, regras, etc. Ao fundo uma estudante chama-me a atenção por seu olhar assustado/curioso. Percebo que mesmo quando conto minhas piadas, que os estudantes riem mais por simpatia a mim do que mesmo pela graça, ela não reage. Perguntei-me o porquê. Lhe indago qual o seu nome e se era brasileira. Ela responde que se chama Verlande e ser haitiana. Disse que fazia um mês que chegara ao Brasil e o diálogo se encerrou. Não por falta de vontade minha, pois queria saber mais. Mas sim, pela minha falta de recursos linguísticos em crioulo e pela estudante, recém chegada, estar conhecendo ainda o português. Naquele momento, eu estava nos primeiros passos desta pesquisa e já fiquei na expectativa de conhecer mais sobre as experiências de Verlande.

O tempo foi passando e notei que a estudante estava mais inserida aos códigos de nossa língua. Já havia transcorrido um ano, foi então que a questioneei se gostaria de ser entrevistada para um projeto, ao qual estava desenvolvendo. Observei que seu olhar havia mudado, agora era mais “seguro”, a estudante sorriu e respondeu que sim. A entrevista transcorreu de forma animada e com a

migrante contando suas experiências. Verlande nasceu em 2004 em Marchand Dessaline, no Haiti. Sua infância foi marcada pela pobreza e pelas dificuldades estruturais do país. Foi alfabetizada na escola de sua cidade, mas depois foi para Porto Príncipe acompanhada da mãe onde continuou os estudos.

Na escola lá no Haiti era muito diferente. Você tinha que fazer as atividades, se não fizesse o professor batia. Todo haitiano que passa pela escola apanha. Eu apanhei muitas vezes na escola. Por exemplo, o professor explicou a lição e te pergunta e você não sabe, ele bate em você. Uma vez eu não sabia a lição e a professora disse para fazer quinhentas linhas com a frase “eu devo saber fazer a lição”, mas eu não consegui fazer. Não deu tempo. E ela me bateu.

O relato sobre a violência no ambiente escolar direciona a conversa para a violência na sociedade haitiana. Sobre a qual comenta:

Na cidade onde eu nasci não tinha tanta violência. Mas em Porto Príncipe eu vi violência. Têm cidades com muitas gangues e outras cidades que não têm. Tinham alguns lugares que me diziam para não entrar, pois tinham gangues lá. Aí eu não entrava nos lugares que tinham gangues. Tudo perigoso. Eu não olhava para eles. É aquilo que você vê aqui na televisão e na internet, podem matar você por nada. Minha mãe faz comércio lá, mas ela sabe os lugares que pode vender, onde tem gangue não pode vender. Se você desobedecer a uma ordem para não entrar em algum lugar, eles vão matar.

A tragédia do terremoto marcou profundamente Verlande e sua família, impulsionando a decisão de migrar para o Brasil, país que já acolhia um número significativo de haitianos. Em 2023, aos 19 anos, embarcou em uma longa e desafiadora viagem para o Brasil. Após um voo para São Paulo, ela seguiu de ônibus até Itajaí, cidade catarinense onde já residia seu pai há 10 anos. Ao chegar no município, ela se deparou com uma nova cultura, idioma e realidade social. Já nos primeiros dias de sua estada na cidade, fez sua matrícula no CEJA e logo conseguiu emprego numa empresa como serviços gerais. Quando questionada se já havia sofrido racismo, responde:

Sim, em alguns momentos vejo que tratam diferente. No trabalho eles têm pouca paciência. Acho que não deveria existir racismo, pois todo mundo é humano. Quando estou no trabalho eles querem que eu faça muitas coisas ao mesmo tempo. Eu só tenho duas mãos. Eles pensam que eu não sei de nada. Não quero mais este trabalho, não tenho mais vontade de trabalhar lá. Eu queria outro trabalho.

Num certo ponto do diálogo noto que a entrevistada tem receio de responder algumas perguntas que faço relativas ao seu passado no Haiti. Ela me questiona o porquê de meu interesse pelo Haiti. Tranquilizo-a e retomo a conversa prévia que havia feito sobre os objetivos daquela entrevista. Reforço que as memórias sobre o ponto de partida são importantes pois conectam com as experiências no Brasil e saber suas lembranças no Haiti é fundamental. A haitiana com olhar fixo no meu, sorri e diz “o Haiti é um país normal”. Aproveito a oportunidade e peço que fale sobre as coisas normais de lá. Ela comenta: “no Haiti têm pessoas como aqui. As pessoas são todas normais. Elas trabalham, estudam, acordam, dormem, comem”. Sinto que Verlande busca reforçar o óbvio, para meu eu curioso, que os haitianos são como os brasileiros em sua humanidade.

As memórias solidárias de Verlande nos convidam a olhar para além das fronteiras e a reconhecer elementos culturais do seu país de origem. Ao mesmo tempo, nos alerta para os desafios enfrentados pelos migrantes e a importância de construirmos pontes de acolhimento, harmonia e paz.

JAMES



“Quero ser professor de história e de Inglês”

Em 20 de novembro de 2023, Dia da Consciência Negra, tive a honra de conhecer James, um jovem haitiano de 17 anos, logo após uma palestra sobre alfabetização racial para professores. James, com um sorriso contagiante, se aproximou e demonstrou interesse em minha história como professor preto no Brasil. Ao saber que era professor de história, iniciamos uma conversa sobre a importância da referida data, em questão, e a necessidade de combater o racismo estrutural enraizado em nossa sociedade. Impressionado com sua perspicácia, engajamento e sede por conhecimento, o convidei para participar desta pesquisa. Ele aceitou prontamente, demonstrando entusiasmo de que suas memórias pudessem ser solidárias a construção de um futuro mais justo e igualitário para os migrantes.

No início do ano letivo de 2024, busquei por James pelos corredores da escola, mas sem sucesso. Com apenas dois dias de aula por semana, imaginei que ele estivesse em outros turnos ou até mesmo tivesse mudado de instituição. Meses se passaram até que o reencontrei, no mês de agosto, inesperadamente no refeitório. Ao questioná-lo se ainda estava disposto a participar da pesquisa, ele, com um sorriso largo respondeu: "Lógico, professor!". James me garantiu que frequentava a escola regularmente e que os desencontros eram mera coincidência. Combinamos então a entrevista para a próxima semana.

No dia da entrevista, James chegou acompanhado de sua irmã, Fára. Ao vê-los, não pude conter a alegria do reencontro. O bate papo começou com o jovem dizendo que chegou ao Brasil há 2 anos, motivado pelo sonho de construir uma vida melhor para si e para sua família. Deixou para trás sua vida em Porto Príncipe, Haiti, com a esperança de estudar, trabalhar e se integrar à sociedade brasileira. A violência e a falta de emprego foram motivadores para sua saída:

Lá no Haiti a guerra é muito grave. As pessoas roubando e queimando casas. É horrível as gangues. Em todos os cantos que você passa encontra jovens de 15, 16 anos envolvidos. Eles andam armados. Não sei o nome das armas direito. Mas são armas grandes. Eles têm todos os tipos de armas. Quem não é do grupo deles vive com medo. A gente dá um jeito de não ficar na rua para eles não matar. Eles matam sem motivo. É difícil até chamar a polícia. Eles atiram na polícia e matam sem motivo. As armas eu não sei de onde eles tiram, mas acho que compram de outro país. Tenho um tio que morreu na Guerra recentemente. Ele estava indo comprar um negócio de moto. Acho que foi a polícia que matou. Acho que pensaram que era bandido.

Sobre a Infância e escola comenta:

Minha infância não foi ruim. Era bem divertida. Eu acordava, tomava banho, brincava e ia para escola. Lá tínhamos que fazer a atividade, se não fazia o professor batia na mão e nas costas. Na escola o professor é bem duro, não deixa você ficar solto ele manda e você obedece.

As percepções de James sobre o Brasil foram positivas relativas a emprego, porém como todo migrante negro sentiu já no princípio os desafios com o racismo.

Percebi aqui maior segurança e oportunidade de trabalho. Totalmente diferente do Haiti. No começo eu não sabia como falava Português. Eu ficava sozinho e não tinha muitos amigos, com o tempo eu fui aprendendo o português. Aprendi mesmo o português nos jogos online com brasileiros. Eu jogava *Free Fire* e *Fort Night*. Eu acho que uma parte da sociedade brasileira é racista. Não é todo mundo. Mas tratam negros diferentes. Na escola, por exemplo, na educação física não queriam brincar comigo, não falavam comigo. Eu sentia preconceito. Eu me sentia sozinho.

É imprescindível para a subsistência do migrante o trabalho e na situação que chegam muitas vezes acabam sendo submetidos a informalidade sem qualquer direito. Sobre isto James comenta:

Eu queria trabalhar para comprar minhas coisas. Eu sai caminhando e perguntei numa lavação se tinha emprego. Eles me contrataram, mas eu era menor e eles me demitiram depois de três meses. O trabalho era informal e sai sem ganhar indenização. O trabalho era bem de boa. Quando chove não têm muitos carros. Depois eu peguei numa fruteira, onde estou agora. Lá faço entrega, separo as frutas podres e coloco frutas boas. Não tem carteira assinada. O dinheiro é bom. Eu trabalho no período da manhã e eles me pagam 50 reais por manhã.

As questões afetivas ocupam a vida do migrante no seu novo país. Muitas vezes precisam partir e deixar parentes ou amigos que talvez nunca mais voltarão a ver. James deixou sua mãe no Haiti.

Eu tenho muita saudade da minha mãe que ficou no Haiti com minha irmã de 13 anos. Ela me criou com tanto carinho e dedicação. Eu mando dinheiro para ela. Quando o mês é bom aqui, eu mando 700 reais para lá. Minha mãe não está trabalhando e precisa desta ajuda. Quero trazer ela para o Brasil.

Vi muita gente passar fome e até algumas morrendo de fome em casa próximo de onde minha mãe morava. É difícil mudar o futuro do Haiti. Mas as pessoas precisam se juntar e tomar uma decisão. Sinceramente posso até visitar o Haiti no futuro, mas morar é no Brasil que eu quero.

Apesar dos desafios existentes, James se mantém positivo, determinado, sonha em ser professor de história e inglês, diz que admira a profissão docente e acredita que a educação é a chave para a transformação social. Ele reconhece as diferenças entre o Brasil e o Haiti, especialmente em relação à segurança, acesso à educação. Quando perguntado sobre a história de seu país revela que sabe pouco, mas que lembra que lá falavam na revolução haitiana e de Dessalines que libertou o povo da escravidão.

FARÁ



“Quero ser enfermeira para ajudar as pessoas”

Aos 20 anos, Fará trilha um caminho similar ao do irmão James, ambos movidos pelo desejo de um futuro melhor. Seguindo os passos de muito(a)s outro(a)s haitiano(a)s, deixou o Haiti em busca de oportunidades no Brasil. Diz que pegou o avião em Porto Príncipe em outubro de 2021. O voo a levou até São Paulo, de onde seguiu de ônibus para Itajaí, cidade que a acolheu há dois anos.

Diz que procurou a escola meses depois para estudar e poder pegar um emprego. Conheci Fará nesta ocasião. Era março de 2022, pós pandemia, era

uma turma de ensino fundamental do EJA. Ela estava com uma roupa rosa e lembro dela não falar o português. Nossa comunicação era toda pelo google tradutor ou com ajuda de outro estudante haitiano com domínio melhor da língua portuguesa. O tempo passou e conforme ia entendendo os códigos da comunicação percebi uma melhora em sua autoestima. No segundo semestre de 2023, encontro Fará já no ensino médio com um português afinado e faço o convite para participar desta pesquisa. Ela aceita, mas que queria ter acesso ao trabalho final. Eu me prontifico a lhe repassar uma cópia e agendamos a primeira entrevista.

Em dezembro de 2023 faço a primeira conversa com Fará, continuamos interagindo por *WhatsApp* e fizemos uma última entrevista presencial em outubro de 2024. Começo perguntando sobre sua vida no Haiti. Ao qual responde:

Meu pai tinha o projeto de trazer eu e meu irmão para aqui. Eu estava pensando que iria deixar a mãe no Haiti e fiquei muito triste. Por causa da guerra, tem muita gente morrendo, são muitas dificuldades, tem gente que tem dinheiro e não consegue comprar, tem gente que tem dinheiro e não consegue comer. Quando eu saí de lá e vi que minha mãe iria ficar lá eu fiquei triste, ainda estou triste, pois minha mãe continua lá (...) Os haitianos estão morrendo. Tipo eu estou ali e alguém fala alguma coisa para mim. Isto eu posso morrer, você fala alguma coisa para mim e eu posso matar você. Têm muitos grupos e se eu pertencço a um grupo, eu posso matar você se você trair meu grupo. Passei a ver estes grupos quando eu tinha 15 anos de idade. A primeira vez que os vi eram mais ou menos uns 30. Usavam armas daquelas que via nos filmes. Sei que é os EUA que envia estas armas para eles no Haiti. Também passa muito na televisão tudo isto. Pois quando eu estava no Haiti uma professora de história comentou que era os EUA que enviava aquelas armas para os grupos.

A guerra comentada trata-se das disputas entre as gangues locais. Um relatório da Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional aponta que o problema das gangues no Haiti é antigo e está associado à longa tradição de grupos armados ilegais no país³⁵. A migração muitas vezes ocorre para fugir desta situação de guerra, sendo um ato para salvar a própria vida na expectativa de um futuro melhor, como aponta:

³⁵ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/03/11/o-que-esta-acontecendo-no-haiti-saiba-como-as-gangues-se-tornam-mais-organizadas-e-bem-armadas-do-que-a-policia.ghtml> acesso em 13/10/24

Na guerra eu perdi meu tio, também perdi minha prima. Outros amigos e amigas eu perdi na guerra. Quando eu estava estudando no Haiti tinha uma guerra, mas ninguém sabe que tinha a guerra e neste dia muita gente correndo e buscando entrar em casa. Ali morreram muitos amigos. No Haiti eu não vejo futuro. Lá não existe nada para fazer com dinheiro, está tudo fechado. As pessoas não conseguem sair e quem consegue é muito difícil. Porque é muito complicado, precisa muito dinheiro para sair. Eles pedem muito dinheiro para você sair. Dizem que você tem que ficar lá para morrer ou entregar muito dinheiro na Embaixada.

O relato acima confirma a situação que muitos migrantes haitiano(a)s passam ao tentar sair de seu país. Alguns são submetidos a extorsão por funcionários da Embaixada. Em julho de 2015, o jornal o Globo traz uma reportagem ao qual haitiano(a)s denunciavam tal situação na Embaixada Brasileira³⁶.

O papo segue e decido perguntar sobre como era a escola no Haiti. Ao qual, responde:

Lá no Haiti fazíamos mais horas, aqui no Brasil são 4 horas. No Haiti são 9 horas. Nós estudamos manhã e tarde. Aqui é um professor a cada hora. Lá no Haiti é um professor para todas as horas. Só tem um professor que dá tudo. Se você não faz a tarefa de casa a professora vai bater em você, vai mandar você para casa e vai chamar seu pai e sua mãe. Também se você faltar e não vier com sua mãe ou pai para dizer porque faltou a professora vai bater. Com a cinta 10 vezes, 20 vezes. Uma vez a professora me bateu porque eu estava falando na sala, mas eu era a presidente da sala e eu precisava falar. Ela me bateu assim mesmo. Nas aulas de história a professora falava de Dessalines e Cristóvão Colombo. Nós éramos escravos e Dessaline libertou a gente. Tem um momento na escola que saímos para ver a história do Haiti. Tem estátuas. É um museu que tem os presidentes do Haiti.

Como a conversa passou para o ambiente escolar, a questiono sobre sua percepção do racismo na escola no Brasil.

A primeira vez que cheguei no CEJA, eu vi “meu Deus”, sou a única preta. Acho que vou sofrer racismo. Mas foi tudo bem. Não sofri. Quando eu fiquei na sala, achava que ninguém iria falar comigo. Mas falavam e eu não entendia nada. Também não sabia se estavam falando mal de mim (*risos*). Eu pensei, meu Deus, será que um dia eu vou conseguir falar esta língua? Mas depois minha prima falou comigo e disse vai com calma, basta prestar atenção e logo vais estar falando. Mas foi na escola que aprendi a falar o português. Nunca sofri racismo no Brasil. Na turma de português para estrangeiros. Tinham outros

³⁶ <https://oglobo-globo-com.translate.google.com/politica/haitianos-denunciam-pedido-de-propina-em-embaixada-brasileira-16681020? x tr sl=auto& x tr tl=pt-BR& x tr hl=pt-BR> acesso 13/10/2024

haitianos também. Aí tinha um livro em crioulo e português, eu ia para casa e comecei a falar sobre quem eu era. Depois fui até fazer entrevista de emprego.

É notório que muito(a)s migrantes haitiano(a)s identificam na escola um ambiente propício para o aprendizado da língua, melhor entendimento da cultura do país e inserção no mercado de trabalho. Sobre isto comentou:

Meu primeiro trabalho foi no Fedex. Era uma empresa de roupa e eu fazia a separação das roupas. Eu procurava pela cor e tamanho para os clientes. Lá tinham outros haitianos trabalhando lá. Eu até gostava de trabalhar lá, mas tinham haitianos que não. Depois eu fui trabalhar no Bistek de caixa de supermercado. E não fiquei. Depois fui para o Giassi, um outro supermercado, mas trabalhei por dois meses e pedi para sair. Então, passei a trabalhar no GDC, lá era trabalho com separação de sardinha, mas peguei uma alergia e pedi para sair no contrato de experiência. Eu comentei para minha líder, uma mulher branca, e ela disse se você quiser ir embora é só pedir as contas antes dos 3 meses de experiência. Pois não mandamos embora. Aí eu falei que queria ir embora, pois estava com alergia. Aí ela me chamou e disse, teu contrato fechou e me mandaram embora. Como não me deu assistência médica eu sai. Também o salário era ruim. O salário era 1.500,00 reais, eu pagava 900 reais de aluguel e mandava 500 reais para mãe e ficava sem nada para mim. Era muito pouco.

As memórias solidárias de Fará se conectam com a de outras histórias em diásporas. Ela reconhece as diferenças entre o Haiti e o Brasil, especialmente no que tange ao acesso à educação e trabalho. No Brasil, vislumbra um futuro promissor, onde o estudo é mais acessível. Entre as maiores dificuldades enfrentadas, a língua se destaca como principal obstáculo. A adaptação à nova cultura também trouxe desafios, como a mudança na alimentação. Afirmo nunca ter sofrido racismo e repudia tal atitude. Com o olhar voltado para o futuro, ela sonha em se tornar enfermeira para ajudar as pessoas.

JEAN



“Se minha vida fosse um filme o título seria O Viajante”

Certo dia, estou no estacionamento da escola quando percebo alguém chegando de moto. Em seguida, o vejo conversar algo com uma funcionária, pelo sotaque desconfio que possa ser haitiano e lhe indago, ao qual responde que sim. A conversa continua e após alguns momentos que falamos sobre o tempo, era mês de junho de 2024 e estava muito frio, ele pergunta qual disciplina era professor, respondo história, e ele sorri dizendo que seria meu aluno. Logo, vamos para a aula. Percebi Jean muito atento as orientações e ao conteúdo ensinado. No final pergunto se gostou da aula e se gostaria de falar sobre sua experiência no Brasil como migrante. Responde que sim, e na próxima semana já estaríamos realizando a entrevista. Ele começa dizendo ter 42 anos, natural de Fond-des-Blancs no sul do país e está no Brasil há 8 anos. Entre seus cinco irmãos, ele foi o único que ousou cruzar fronteiras em busca de novos horizontes. Teve os estudos interrompidos no oitavo ano do ensino fundamental devido à dificuldade de acesso à educação paga no Haiti. Fato que fez se dedicar ao trabalho como ferreiro em seu país de origem. Do tempo de escola comentou:

Na escola eu era uma criança normal. Só que a escola no Brasil é diferente do Haiti. Você precisa pagar e se não faz a lição recebe punição. A tarefa de casa deve ser feita sempre, se não fizer o professor manda você de volta para casa e você só entra no outro dia com a presença do pai ou da mãe. Os professores batem também. Isto é para ficar ligado. Eu já apanhei. É algo bem simples, tem que estudar. Na primeira vez você recebe um aviso apenas, não apanha. Na segunda vez você apanha como punição. Eles batem de régua ou algo na mão. Isto não é bom, eu acho! Pois a pessoa estuda com muito medo. Eu ia para aula com medo do professor. As vezes eu sabia as

coisas e não queria falar por medo. No Brasil o professor conversa, é bem melhor.

Após o terremoto em 2010, viu-se impedido de continuar. Relata que na cidade do interior não era tão violento, mas que na capital as coisas eram diferentes e piorou depois das tragédias. As gangues haviam crescido bastante e tornaram-se um poder dentro do país. Assim nos informa:

Lá tem violência. Na época que eu morava lá tinha presidente. Agora não tem presidente. Mas se você olhar na internet, vais ver que tem bastante violência. As gangues hoje são muito fortes. Eu penso em voltar ao Haiti só para visitar, ver meus familiares, mas não sei se para morar.

Não tendo oportunidade de trabalho e segurança no país. Decidiu migrar. Sua jornada o levou da República Dominicana à Colômbia, até finalmente chegar ao Vale do Itajaí. Adaptando-se rapidamente à nova língua e cultura, Jean iniciou sua experiência no Brasil trabalhando em uma peixaria, serviços gerais e numa construção civil como carpinteiro. Profissão que desempenha há 3 anos. Casado e sem filhos, Jean decidiu investir em seu futuro retomando os estudos. Por amigos foi informado do CEJA, onde busca concluir o ensino médio, que acredita abrirá portas para novas oportunidades. Ele diz nunca ter sofrido racismo no Brasil, porém afirma que existe racismo na sociedade brasileira. Sobre isto comenta:

No Haiti tem pessoas brancas que são diferentes dos negros. São tratados de maneira diferente. Aqui quando cheguei na escola vi que tinham pessoas brancas, mas sempre fui bem recebido. Nunca teve estas coisas comigo. No trabalho, também, sempre fui bem tratado. Quero continuar no Brasil e fazer minha faculdade para melhorar de vida mais.

A percepção de Jean sobre nunca ter sofrido racismo, embora baseada em sua experiência pessoal positiva, deixa um alerta pois apesar de nunca ter sofrido, mesmo assim o identifica na sociedade.

CALOLINE



“Meu sonho é ser médica”

Em meados do mês de agosto de 2024, conversei com Caloline Sajous, jovem haitiana de 21 anos, nascida em Porto Príncipe. Ela estava há 10 meses no país. Em razão da estudante falar e entender muito pouco o português, pedi ajuda de seu colega de aula, migrante haitiano de nome Dumas que estava há 3 anos no País. Com ajuda do tradutor o papo fluíu de maneira agradável. Caloline, tinha um olhar assustado no começo, mas no decorrer da conversa foi se soltando. Disse que sua infância no Haiti foi boa, ficava em casa com a mãe e os irmãos, estudava e não precisou trabalhar. Na ocasião do terremoto em 2010, com 8 anos, lembra da casa balançar, correu para cima da cama, logo que parou foi a rua ver o que havia acontecido. Relata um cenário de destruição, felizmente a família estava ilesa, porém tem lembranças de ouvir falar de alguns vizinhos feridos ou mortos. Estudou até a metade do ensino médio, diz ter pagado pelos estudos.

Eu pagava um dinheiro para estudar. No Haiti eu passava o dia todo na escola. São muitas atividades para casa. Se você não entrega as atividades prontas, o professor te castiga. Eu fui poucas vezes castigada. No Haiti não há estudo noturno e o estudante tem que estar sempre estudando. Tudo você faz na escola. Eu lia história e lembro de Colombo e da revolução haitiana. Eu gostava muito de estudar francês.

Quando ainda criança a mãe a deixou com a tia e migrou para o Brasil. Lembra da violência no país e comenta:

Existiam grupos armados em Porto Príncipe. Muitas vezes fechavam ruas e tudo. Não podia sair da escola. Mas eu nunca tive problemas com eles. Até entendo o porquê de muitos estarem daquele jeito. Não tem trabalho e nem emprego. Você precisa sobreviver e alguns escolhem aquele caminho.

Sua viagem foi de avião com o embarque em Porto Príncipe, fazendo escalas em Manaus, Curitiba e depois pegando um ônibus até Itajaí. Ao chegar gostou muito da cidade notou que a maior dificuldade seria a língua. Reside numa localidade de Itajaí conhecida como Matadouro, diz que mora ali, mas algo chama a atenção negativamente que é o número considerável de “casqueiro”, denominação dada aos usuários de *crack*. Em sua casa mora ela, a mãe, um irmão, uma irmã, o padrasto e uma sobrinha. A sua renda é oriunda de alguns bicos que faz como trancista. Ela diz cobrar de 200 a 300 reais para trançar um cabelo. Ao ser indagada se havia sofrido discriminação, comenta:

Sim, vejo que sou xingada. Só que não entendo o que falam, mas sei que tem diferença quando falam coisas boas ou ruins. Na rua já me xingaram. Tem racismo aqui sim, isto observei depois de algum tempo que as pessoas escuras eram tratadas de maneira diferente.

As memórias de Caloline, dialogam com as minhas memórias pretas e de muitos brasileiros negros. Ela conclui dizendo que seu sonho é estudar e um dia fazer medicina.

2.1 Construindo um ensino antirracista de história

As memórias solidárias antes apresentadas nos proporcionam recursos didáticos ilimitados, nos permite estabelecer um diálogo para um ensino de antirracista de história. Antes de tudo, é importante frisar que a proposta a ser problematizada a seguir busca apenas contribuir para mais uma entre tantas possibilidades para uma história ensinada para combater o racismo por intermédio de memórias de sujeitos que sofreram e sofrem tentativas de silenciamento pela colonialidade, longe de ser início, meio ou fim de algo, esta é mais uma via para os interessados percorrerem e assim possam abrir outras vias decoloniais antirracistas.

Um ensino antirracista de história se ergue como um farol contra a escuridão do racismo em todos os setores da sociedade. Para a professora Sueli Carneiro:

O racismo e a discriminação produzem exclusões no acesso à educação: nas possibilidades de adentrar e concluir os ciclos formais de escolaridade; de ver reconhecida e valorizada a diversidade das contribuições dos diferentes grupos étnicos e raciais e suas culturas no patrimônio da humanidade. O reconhecimento desse problema na sociedade brasileira vem promovendo o desenvolvimento de inúmeras ações pelas organizações negras e outras instituições da sociedade civil empenhadas na superação do racismo e das desigualdades raciais presentes no âmbito da educação.³⁷

É inegável que a consciência do problema racial na sociedade brasileira se conecta com a luta por direitos, identidade, cidadania e dignidade da população preta. A Luta antirracista transcende a mera alteração de livros e métodos pedagógicos. Trata-se de um ativismo ancestral manifestado no multifacetado processo diaspórico africano.

Acredito que para o desenvolvimento de um ensino antirracista de história, alguns requisitos são necessários. É fundamental que o autor da proposta reconheça, em algum grau, a influência do racismo em sua própria perspectiva. Ninguém que vive sob a forte influência da colonialidade está imune à contaminação do racismo. Afinal, se somos educados em uma sociedade racista, inevitavelmente internalizamos, em maior ou menor medida, valores e preconceitos racistas.

Entendo que o combate ao racismo é um processo contínuo, pois esse fenômeno se adapta e evolui ao longo do tempo. Muitas vezes escuto pessoas afirmarem não serem racistas, pois mantêm relações afetivas com pessoas negras, ou porque são estudiosos das relações étnicas, ou até mesmo por serem negras. É importante frisar que pessoas negras não podem ser racistas. Elas podem reproduzir práticas ou atitudes racistas. A racialização é um atributo da branquitude que é hegemônica e racializa as relações sociais. O racismo é

³⁷ CARNEIRO, Sueli. Raça e educação por Sueli Carneiro. Portal Geledés. 08 set 2000. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/raca-e-educacao-por-sueli-carneiro/>>. Acesso em 22/07/2024

sistêmico e se manifesta de diversas formas, inclusive em nossas atitudes inconscientes. Em maior ou menor grau, todos estamos sujeitos a ele. A aceitação dessa realidade é o primeiro passo para construirmos um ensino antirracista de história.

A lei 10.639/03 foi um marco na luta antirracista no Brasil, pois instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, particulares e públicas, do ensino fundamental ao médio. Ela foi criada num momento peculiar das discussões sobre a igualdade racial sob influência e ação dos múltiplos movimentos negro brasileiro. Trata-se de um avanço na construção de uma sociedade antirracista, mas sua implementação ainda não está sendo integral no universo escolar.

Apesar de existir há mais de duas décadas, a lei que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas ainda enfrenta desafios significativos. Um estudo recente do Geledés³⁸ analisou mais de 1.100 secretarias municipais de educação, mostrou que a maioria (71%) dessas instituições realiza poucas ou nenhuma ação para garantir o cumprimento dessa lei. Apenas um terço das secretarias de educação pesquisadas demonstram um compromisso efetivo com a implementação dessa política educacional fundamental.

Segundo a investigação, 42% dos órgãos responderam que os profissionais têm dificuldades em aplicar o ensino nos currículos ou projetos, e 33% disseram não ter informações suficientes a respeito da temática. Quanto à execução anual da lei, 69% disseram que realizam atividades apenas em novembro, mês da consciência negra.

O racismo é um fenômeno estrutural e sistêmico, que se manifesta de diferentes formas, muitas vezes sutis e invisíveis. A realidade é que, como assinalou pertinentemente o pensador Aimé Césaire, em Discurso sobre o Colonialismo (1971), que o “racismo evolui constantemente”. Portanto, é crucial manter vigilância sobre as suas expressões diárias, que têm o potencial de surgir

³⁸ Fundada em 30 de abril de 1988, Geledés é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira <https://www.geledes.org.br/mais-de-70-das-cidades-nao-cumprem-lei-do-ensino-afro-brasileiro/> acesso dia 31/10/2024.

como formas de discriminação, preconceito ou agressão. Quando a intolerância racial é eficaz, ela acaba por se incorporar ao ambiente de forma imperceptível. Neste estágio, identificá-la e lutar contra ela torna-se uma tarefa desafiadora. É essa capacidade de "se camuflar" que dá ao racismo sua maleabilidade e torna resistente às tentativas de transformação. Segundo Moore (2007, p.35)

A luta antirracista é uma tarefa complexa e desafiadora, que requer a adoção de uma série de ações abrangentes e transformadoras. Essas ações devem ser desenvolvidas em todos os setores da sociedade, atingindo tanto os grupos racialmente dominantes quanto os grupos racialmente subalternizados.

Assim como Moore, entendo a luta antirracista na complexidade social e de ações efetivas em todos os setores, em especial no ambiente escolar. Nos últimos anos neste ambiente surgiram muitas propostas do combate ao racismo. Apresento a seguir três perspectivas desta abordagem: a educação antirracista, ensino de história antirracista e a que me proponho neste trabalho um ensino antirracista de história.

2.2 Educação Antirracista

Quem nunca ouviu a frase “a educação vem pelo exemplo”. Mas se temos uma sociedade com exemplos racistas, logo partindo desta premissa podemos afirmar que muitos são educados para serem racistas. Assim sendo, se queremos transformar esta realidade é preciso uma educação que produza exemplos antirracistas ou vice versa. Apesar de muitos considerarem o início da educação antirracista a partir da lei 10.639/03. Na realidade ela surge como a uma forma de resistência as primeiras manifestações humanas que buscavam inferiorizar e excluir o outro pela justificativa da raça. No caso brasileiro podemos pensar a educação antirracista sendo uma extensão do processo diaspórico africano. Ao chegar no Brasil a educação antirracista esteve presente em todos os momentos, da senzala a casa grande, do meio urbano ao quilombo, todas manifestações da vida negra em resistência fazem parte da educação antirracista.

Ao longo dos últimos anos, a educação formal gerou e reproduziu exemplos racistas, a narrativa da história afro-brasileira nos livros didáticos e nas

salas de aula era e continua moldada por uma visão sob influência da colonialidade. Essa narrativa, contada do ponto de vista do "branco vencedor e civilizado", colocava e coloca a cultura europeia no topo da hierarquia, ela continua relegando a história e as contribuições dos povos não brancos à margem. Em março de 2004, o Ministério da Educação, em parceria com o Conselho Nacional de Educação, publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCN/ERR). Esse documento histórico, amparado pela Lei nº 10.639/2003, estabeleceu diretrizes para a implementação da educação antirracista em todo o território nacional.

Nesta perspectiva, este documento propõe a implementação de um novo programa de ensino. O objetivo central é tornar visíveis nos currículos, materiais didáticos e na vida escolar cotidiana conteúdos relacionados a diáspora africana nas Américas. Por meio dessa iniciativa, busca-se promover a identificação de estudantes negro(a)s e não negro(a)s com os programas das disciplinas escolares, reforçando o sentido de pertencimento e valorização da diferença no ambiente educacional. Ou seja, a educação para as relações étnico-raciais (ERER) seria em parte a educação antirracista sendo institucionalizada.

De certa forma, o resultado desta institucionalização pode ser identificado no último Censo de 2022 que revelou um aumento significativo da população preta do Brasil, que saltou de 14,5 milhões em 2010 para 20,7 milhões em 2022, representando um crescimento de 42,3%. Essa mudança demonstra um maior reconhecimento e autodeclaração da identidade preta no país. Outro dado relevante é a mudança na distribuição racial da população brasileira. Pela primeira vez, os pardos superaram os brancos em número, com 45,3% e 43,5% da população, respectivamente.

Entretanto, mesmo com os dados da autodeclaração sendo positivos, se faz necessário problematizar a qualidade e o real objetivo da ERER. Pois o fato de uma pessoa se declarar negra, preta ou parda, não impede ela de ter comportamentos racistas. Em reportagem do simbólico dia 20 de novembro de 2023, o portal do G1³⁹ trouxe uma matéria sob o título “Educação antirracista

³⁹ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/11/20/educacao-antirracista-perde-espaco-nas-escolas-2-decadas-apos-lei-que-obriga-ensino-de-historia-afro-brasileira.ghtml>

perde espaço nas escolas 2 décadas após a lei que obriga o ensino de história afro-brasileira”, nela mostra que o recuo não significa que livros e professores estejam ignorando o tema, já que não há instrumentos ou pesquisas que avaliem o cumprimento da base curricular em sala de aula. O alerta cai sobre a escassez de projetos antirracistas nas escolas, baseado em informações coletadas diretamente das próprias escolas pelo governo federal. Este levantamento inédito realizado pela Organização Não Governamental (ONG), Todos Pela Educação pintou um quadro preocupante sobre o combate ao racismo nas escolas brasileiras. A análise dos dados do Sistema Nacional de Avaliação Básica (Saeb) revelou que, entre 2011 e 2021, houve uma queda consistente no número de escolas públicas com projetos antirracistas. Em pelo menos 15 estados, menos da metade das escolas ofereciam essas iniciativas em 2021, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas mais efetivas para promover a igualdade racial nas escolas. O Estado de Santa Catarina tem 41,54% das escolas com projetos para a educação antirracista.

Em sua tese de doutorado, intitulada “O Branco no Preto e Preto no Branco: EARER e o uso social da memória no fazer-se antirracista de pessoas brancas”, o pesquisador negro Valdemar de Assis Lima, nos alerta sobre as brechas da educação étnico-raciais. Ele defende a necessidade de uma educação antirracista para as relações étnico-raciais, sob a sigla EARER, como um dispositivo de saberes e fazeres insurgentes no emprenho pela erradicação do racismo.

que façamos uma reflexão decolonial sobre a ideia de educação para as relações étnico-raciais (ERER) e, a partir do pensamento decolonial, defendemos a necessidade do letramento racial e da garantia do caráter antirracista nas políticas de educação, tendo por base pressupostos teórico-metodológicos efetivamente comprometidos com o combate ao racismo (LIMA, p.94, 2023)

Refletir sobre os processos educativos raciais implica compreender capacidade camaleoa do racismo. Neste sentido, as instituições de ensino, tanto escolares como acadêmicas, e também os espaços de educação não formal, precisam compreender que numa país com exemplos racistas, uma educação que não for antirracista torna-se um entrave para a paz social.

2.3 Ensino de História Antirracista

No ano de 2023 a Associação Brasileira de Ensino de História – ABEH – produziu um dossiê publicado na Revista Palavras ABEHrtas sobre os 20 anos da lei 10.639/03 do ponto de vista do ensino de história. Um dos artigos presentes sob o título “Ensinar História e Ensinar História Antirracista” foi escrito pela professora de história e pesquisadora Maria Telvira da Conceição, nele problematiza as tarefas dos professores de História com o letramento racial nas escolas brasileiras. De acordo com a autora o ensino antirracista e o letramento racial continuam sendo fundamentais para a educação formal, mesmo 20 anos após a implementação da Lei nº 10.639/2003. Essa lei trouxe como foco a reparação, reconhecimento e valorização da cultura e história dos negros brasileiros, além da educação das relações étnico-raciais. No entanto, ela afirma que a sociedade brasileira ainda enfrenta grandes desafios para desconstruir as narrativas racistas e eurocêntricas presentes no sistema educacional.

Em pesquisa realizada no banco de dados das dissertações no site do Profhistória nacional foram encontrados alguns estudos no âmbito das relações étnicas, educação antirracista, narrativa antirracistas, entre outros. Já especificamente, em seu título, sobre ensino de história antirracista há um trabalho. Sob o título de “Curta, compartilhe e se inscreva em Ensino de História Antirracista”⁴⁰ defendido no ano de 2021 por César Augusto Pereira Coelho, ao qual aponta as disputas de narrativas históricas no debate público em decorrência das interpretações sobre o passado brasileiro. O Trabalho propõe uma oficina de produção de vídeos no formato *react* como ferramenta para o ensino de História no ensino básico. Ele busca incentivar estudantes a reagir a vídeos com narrativas históricas revisionistas. A oficina baseada na lei 10.639/2003 visa promover um debate crítico para a construção de narrativas mais justas e inclusivas, em especial no que diz respeito à história da África e dos afro-brasileiros.

⁴⁰ <https://www.profhistoria.com.br/articles/830>

Na mesma linha temos a dissertação de mestrado⁴¹ defendida no ano de 2023, na Universidade La Salle, por Rafael Mautone Ferreira que propõe a cultura *hip hop* para um ensino de história antirracista na educação formal com a finalidade de pôr em prática a lei 10.639. Assim como alguns historiadores, Ferreira não define o que seja um ensino de história antirracista. Outra experiência na busca de um ensino de história antirracista foi apresentada no artigo de autoria de Fabio Araújo, Melina Kleinert Perussatto e Taíse Staudt, publicado na Revista Catarinense de história no ano De 2019, intitulado “Por um ensino de História antirracista: formação de professores/as e descolonização curricular”⁴², onde registra uma experiência de formação continuada em ensino de História, realizada em uma disciplina eletiva de um curso de Licenciatura.

A proposta pedagógica, ancorada em uma perspectiva interseccional, visava contribuir para a descolonização curricular e a implementação de marcos legais como a Lei 10.639/2003, aprofundando a discussão sobre história e cultura afro-brasileira e indígena. A pesquisa investigou os desafios e os avanços na formação de professores para um ensino de História antirracista, com destaque para o período pós-abolição e as produções intelectuais negras.

Os estudos citados acima destacam-se por trazerem nos seus títulos a marca de ensino de história antirracista e por isto ganharam destaque como referências encontradas que buscaram na lei 10.639/03 as bases para a construção de suas proposições. Lógico que foram encontrados outros trabalhos que tratam do tema educação antirracista, ensino de história e os mais variados títulos que traziam a educação para relações étnicas. Entretanto, reforço a minha percepção da carência de uma definição/conceito sobre o que seja um ensino de história antirracista. Observo um ensino de história dialogando com a lei 10.639/03. Penso que este diálogo entre os dois campos não seja ruim, até mesmo considero necessário, porém creio estar havendo uma realocação muitas vezes sem a devida problematização teórica e prática da proposta em si. O que seria um ensino de história antirracista? É possível um racista forjar um

⁴¹ FERREIRA, R. M. Cultura Hip Hop para o ensino de história antirracista: educabilidades nos anos finais de Ensino Fundamental. 2023. 166 f. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11690/3801>. Acesso em: 05 out. 2024.

⁴² <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/11029/7310>

ensino de história antirracista? Quais os limites e as possibilidades de um ensino de história antirracista?

Estes questionamentos são apenas ilustrativos, não sendo parte da proposta deste estudo responde-los ou aprofundar a problemática sobre o ensino de história antirracista. Utilizei-o brevemente aqui apenas para demonstrar as particularidades identificadas, que assim como o anterior dialogam diretamente ou indiretamente com minha proposta que apresento a seguir.

2.4 Ensino Antirracista de História

“Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista” (Ângela Davis)

A conhecida frase da filósofa negra ativista antirracista Ângela Davis, foi a primeira inspiração para a construção deste tópico. A segunda foi em razão da identificação que tenho feito do racismo camuflado em ações antirracistas. Mas como isto? Veja bem! Desde 2003 com a obrigatoriedade da lei 10.639 percebo no ambiente escolar, em razão da semana da consciência negra, no mês de novembro, uma espécie de convocação do(a)s professores preto(a)s, negro(a)s, pardo(a)s para desenvolver atividades alusivas a data simbólica. Esta convocação disfarçada, muitas vezes, de lugar de fala acaba isentando outros professores brancos do envolvimento direto com a temática. Sendo relegados, apenas, ao apoio moral da atividade. Isto quando não ficam desqualificando a pauta expondo explicitamente seu racismo a brasileira.

Muitos ainda desconhecem ou fingem desconhecer, que a educação para as relações étnico raciais deve ser trabalhada durante todo o ano letivo. Aham ou fingem achar que a semana da consciência negra é um evento na escola para os negros falarem de seu povo. Muitas vezes, pessoas brancas, buscam se isentar da pauta que é de interesse nacional, alegando não ter propriedade para tratar o tema. Certa vez, durante uma reunião pedagógica no ano de 2018 na rede Municipal de Itajaí, ouvi uma professora branca comentar que o mês do negro na escola tinha que ser feito somente pelos negros. A fala foi seguida de reforços que aquele momento não era para ter pessoas brancas envolvidas.

Lógico, que rebati a fala dizendo que era uma pauta de todos, ou seja, que não existe um mês do negro. Aliás, todos os meses do ano são dos negros também, e que existe sim uma semana simbólica no mês de novembro. Disse que os professores como um todo tinham a obrigação legal de trabalhar a temática durante todo o ano letivo em suas disciplinas.

Quando chegou o mês de novembro daquele ano, procurei a orientação pedagógica da escola para saber dos projetos que seriam desenvolvidos na semana da consciência. A orientadora passou por e-mail algumas das proposições que tinha recebido, aos quais li com a mais devida atenção. Adendo: de 28 professores, haviam apenas dois professores negros na escola. Eu e uma colega. Então, lendo o material percebi que se tratavam de atividades como exposição de vídeos, capoeira ou rodas de leitura e teatro. Nada mal, se não fosse a execução! Nos dias indicados muitos não executaram a tarefa ou quando executaram, o fizeram apenas para “cumprir tabela”, sem qualquer debate ou reflexão. Passados alguns anos, vejo ou escuto fatos iguais ou parecidos na abordagem antirracista da escola. Infelizmente professores racistas podem forjar um ensino antirracista de história.

Entretanto, num ensino onde o professor é um ativista manifestando em sua prática diária a luta antirracista, torna-se quase que impossível a sabotagem da pauta. Compreendo este ensino como um diálogo entre o aparato jurídico para relações étnicas, com os povos originários, quilombolas, movimentos sociais, intelectuais, com as instituições educacionais e políticas. Mas principalmente no ativismo antirracista do(a) professor(a) em todas as suas ações cotidianas na escola. Este ensino diminui as chances de um racista forjar aulas antirracista de história, pois nele o sujeito torna-se um ativista antirracista em todas as relações e espaços de sua atividade. Ele não se omite ao debate e sempre que possível procura planejar suas aulas de história pela perspectiva da raça. O(A) professor(a) antirracista de história é um(a) problematizador(a) de sua branquitude ou negritude.

Antes, antirracismo aqui, é compreendido como um fazer-se: uma prática de vida, uma postura política no mundo em favor da justiça racial, um processo dinâmico, um ativismo que se dá cotidianamente no ser/estar em sociedade, notadamente, uma sociedade que estrutura as relações de poder e sociais a partir do racismo. (Lima, p.62, 2023)

É importante salientar, que não estou inventando ou muito menos inovando sobre um conceito de ativismo antirracista. Ao meu ver a luta antirracista já começa na África, no século XV durante o processo de resistência ao aprisionamento de pessoas para comércio, passando pelo transporte nos navios tumbeiros ao chegar e permanecer em solo de Pindorama⁴³. Onde houve a mão colonial escravagista racista, houve a mão do ativismo antirracista! No Brasil, um grande ativista antirracista foi Zumbi dos Palmares. Líder do Quilombo dos Palmares, localizado na atual União dos Palmares, em Alagoas, Zumbi simboliza a luta contra o sistema colonial. Sua morte, em 20 de novembro de 1695, é lembrada como o Dia da Consciência Negra. Entretanto, a instituição política que conseguiu reunir o maior número de ativistas negros na história do Brasil tem sido os múltiplos movimentos negro.

Conforme Petrônio Domingues (2007), a mobilização política negra no Brasil, também conhecida como Movimento Negro (MN), estrutura-se historicamente em três fases principais, com o acréscimo de uma quarta fase recente. Na primeira, temos o período compreendido entre 1889 e 1937, da primeira república ao Estado Novo. A segunda ocorre entre os anos de 1945 e 1964, correspondente a segunda república até o início do regime militar. Já a terceira fase se desenrola entre 1978 e 2000, englobando o final da ditadura militar e o processo de democratização na nova república. A última, seria a que estamos vivendo, que começa a partir dos anos 2000 sendo caracterizada pela intensificação do feminismo negro, cotas raciais, educação, trabalho e valorização das religiões de matriz africana. Tudo isto convergindo para a lei 10.639/03. Alguns ativistas destacam-se no período como Lélia Gonzales e Abdias Nascimento.

É importante salientar a importância dos inúmeros professores ativistas que estiveram ou estão na linha de frente no combate ao racismo. Na educação infantil as atividades antirracistas auxiliam vidas em suas particularidades próprias de cada etapa. Este período que abrange do zero aos seis anos, é essencial observar o tipo de afeto que a criança recebe e a forma como ela

⁴³ Pindorama é uma designação para o local dos povos tupis-guaranis, atual região oriental da América do Sul, denominada litoral do Brasil.

entende as relações que estabelece. Desde o nascimento, as condições materiais e afetivas de cuidado são fundamentais para seu desenvolvimento saudável. As múltiplas linguagens devem ser observadas e a autorreconhecimento racial e o respeito devem ser trabalhados. O(A)s professore(a)s deste período lidam com as primeiras percepções racializadas de mundo e por isto é tão importante o cuidado com as referências manifestadas. Desde as histórias infantis como fábulas, as músicas e imagens trabalhadas buscam promover a tolerância e a autoaceitação. O racismo afeta desde cedo as questões afetivas, emocionais, sociais e por isto torna-se fundamental um ensino antirracista em todas as etapas.

Nos primeiros anos do ensino fundamental o ensino antirracista de história deve pensar o ser humano, a humanidade, discutindo a memória e como ela se articula no real-histórico. Parte do pressuposto de que a memória é sempre resultado de uma ação do sujeito histórico sobre seu próprio passado. É por meio do outro – através de gestos, palavras, toques e olhares – que a criança constrói sua identidade e aprende a atribuir significados ao mundo ao seu redor. Seus conceitos e valores sobre a vida, o que é belo, bom, ruim, feio, entre outros, começam a se formar nesse período.

Entendo que neste processo seja muito importante as conexões das relações memoriais dos estudantes com o professor, haja vista que não existe uma memória que se coloque como uma essencialidade, como uma relação imutável e congelada no tempo. Decorre dessa cosmovisão a importância dada ao orixá Exu no interior do sistema africano Yourubá, sendo ele responsável pelo movimento. Sem Exu o mundo seria estático. Esta etapa da formação humana é um momento propício para o trato destas questões de movimento, tempo, memória individual, memória coletiva e principalmente aspectos mais locais do universo da criança. Aqui é oportuno, também, a abordagem sobre a cidade e seus migrantes, pois ajuda o(a)s estudantes entender a importância do acolhimento e o respeito a diferença.

Já nos anos finais do ensino fundamental, o ensino antirracista de história pode ser pensado pela perspectiva da história e suas relações com o tempo presente, partindo do universo do estudante para a problematização dos temas ofertados. A questão racial deve aparecer como conteúdo multidisciplinar

durante o ano letivo. Os assuntos étnicos não podem ser reduzidos a estudos esporádicos ou em unidades didáticas isoladas.

No ensino médio o ensino antirracista de história deve estar amparado num projeto um pouco mais abrangente do que no ensino fundamental. O diálogo interdisciplinar com outras áreas é fundamental. Muitos dos eixos e conteúdos propostos permitem uma problematização passando pela questão racial. O professor atua em seu ativismo diário com a pauta antirracista como bússola para as dinâmicas escolares. Entretanto, é muito importante alguns cuidados para não cair num ativismo fanático, ao qual veja raça em tudo, mas que problematize a ideia de raça sempre que possível ou necessário. Em todas as fases onde o ensino antirracista de história estiver a linguagem e a comunicação são essenciais.

Quando lidamos com o CEJA, temos a oportunidade de nos depararmos com os mais variados públicos. O migrante negro é um deles. Pensar o ensino antirracista nesta modalidade passa por uma comunicação racial adequada, pois a presença negra é considerável nestes espaços. O ponto de partida pode ser o próprio ambiente, assim como minha experiência com o migrante Amazan Jr. De fato, a comunicação pode se tornar um campo minado, onde a busca por compreensão se entrelaça com as armadilhas da colonialidade. Minha experiência com dois estudantes haitianos no em Itajaí ilustra essa complexidade

Certa vez, em meio a uma conversa sobre as nuances da cultura brasileira em sala de aula, um dos estudantes decidiu subverter o código linguístico, optando por se expressar em crioulo. Um outro estudante haitiano seguiu o mesmo caminho, e os dois estabeleceram um diálogo, deixando-me, como um observador involuntário, à margem da minha própria colonialidade.

Naquele momento, senti-me excluído, incapaz de acessar os códigos linguísticos que sustentavam a conversa. Uma frase dita em crioulo, acompanhada por gargalhadas, intensificou meu desconforto. Era como se eu estivesse presenciando um ritual secreto, ao qual não me era permitido participar. Ao solicitar que os estudantes se expressassem em português para que eu pudesse participar. Senti-me novamente desconfortável por estar utilizando interrompendo o momento deles. Assim, a conversa retomou o seu curso em português, mas a experiência me deixou profundamente reflexivo.

Percebi a força da língua como ferramenta de poder, capaz de erguer barreiras e reforçar hierarquias.

A colonialidade, em sua essência, busca silenciar vozes divergentes e impor a língua do colonizador como padrão. Essa imposição é uma forma de controle, um mecanismo para manter o colonizado sob domínio. Ao negar o acesso aos códigos linguísticos do outro, a colonialidade perpetua a exclusão e a marginalização. É por isso que a luta pela valorização das línguas minorizadas é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Para Mignolo:

A 'ciência' (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da linguagem; as línguas não são apenas fenômenos 'culturais' em que as pessoas encontram a sua 'identidade'; elas também são o lugar onde se inscreve o conhecimento. E, dado que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo de que os seres humanos são, a colonialidade do poder e a colonialidade do conhecimento engendraram a colonialidade do ser (Mignolo, 2004, p. 633).

Após o episódio decidi fazer uma segunda etapa das entrevistas com o(a)s migrantes, na qual contei com a mediação de um migrante haitiano, com domínio do português, para fazer as perguntas em crioulo, onde os entrevistado(a)s poderiam responder em crioulo. Após era repassado pelo haitiano entrevistador conforme ele havia entendido. Isto trouxe um novo dinamismo e melhor interação dos migrantes. Percebi que ficaram mais a vontade e puderam desenvolver com mais detalhes os temas sugeridos.

Ao longo deste capítulo, exploramos a complexidade do ensino antirracista de história, destacando a importância do ativismo docente e a necessidade de desconstruir práticas racistas camufladas. A partir das memórias solidárias de seis migrantes, um olhar crítico sobre a legislação e as políticas educacionais, evidenciamos a necessidade de um ensino antirracista de história.

No próximo capítulo, apresento mais especificamente a proposição didática de um Espaço Virtual da Migração Haitiana para Itajaí, onde consta 4 sugestões de aulas antirracista de história tendo o site como bússola para o desenvolvimento das atividades. Pois ***numa educação racista, não basta o professor de história não ser racista, precisa ser antirracista.***

3. ESPAÇO VIRTUAL DA MIGRAÇÃO HAITIANA EM ITAJAÍ/SC

Nas últimas quatro décadas, uma notável Revolução Tecnológica tem tomado forma, trazendo consigo mudanças sem precedentes. Esse movimento, impulsionado por avanços significativos em campos como telecomunicações e computação, alterou fundamentalmente a maneira como nos comunicamos e nos conectamos. Um dos resultados mais significativos dessa transformação é a ascensão da internet. Antes pelo computador, atualmente com a popularização dos celulares e seus aplicativos dos mais variados. O mundo físico aos poucos vem sendo virtualizado, todos os setores estão sendo inseridos neste ambiente. Entretanto, a presença virtual de patrimônios culturais e memoriais ainda são tímidos.

Em 2022 o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)⁴⁴ divulgou pesquisa mostrando que os equipamentos culturais ampliaram sua participação na internet por meio das plataformas online ou redes sociais no Brasil. As maiores incidências foram observadas nos cinemas (passando de 85% em 2020 para 90% em 2022) e pontos de cultura (82% em 2020 para 89% em 2022). A presença foi menor entre as bibliotecas cerca de 37%. Apenas 68% dos museus disponibilizam seus acervos de forma digital. De acordo com o estudo a falta de financiamento é o principal desafio para a digitalização dos acervos. Quando pensamos que um pouco mais da metade do nosso patrimônio material e imaterial esteja digitalizada nos perguntamos o porquê? Seria em razão dos mecanismos de silenciamento da memória produzido pela colonialidade?

Não podemos esquecer que o processo colonial ocorreu e permanece como uma violência multifatorial, atuando principalmente na invasão e devastação do patrimônio. Sendo a memória uma das vítimas do processo, existe uma busca de colonização da memória e de seus referenciais. Conforme Silva e Santos (2023, p.6):

⁴⁴O Comitê Gestor da Internet no Brasil é uma estrutura multissetorial responsável por coordenar e integrar as iniciativas relacionadas ao uso e funcionamento da Internet no Brasil. <https://www.cgi.br/noticia/releases/equipamentos-culturais-ampliam-sua-presenca-online-mas-oferta-de-internet-para-o-publico-e-ainda-reduzida/> acesso dia 14/05/2024

Por esse motivo, a Memória Colonial é uma memória colonizadora invade as memórias outras numa saga devastadora, devorando famintamente os elementos constitutivos do vivido dos povos que foram colocados na condição de assujeitados pela história-memória dos sujeitos históricos moderno-colonial-patriarcal-racistas. Devorar histórias e memórias é o processo violento do esquecimento colonizador que se transformavam em silenciamentos físicos (assassinados) e psíquico (catecismos). A catequese é um exemplo da violência realizada pelo esquecimento e pelo silenciamento. Quem escapava da morte caía nos braços violadores da catequese. O homem branco cristão hétero europeu cria um Deus a sua imagem e semelhança para justificar a sua condição de um novo Deus terreno. Não é por acaso que Jesus, o messias, é embranquecido: cabelos claros e longos, homem branco de olhos azuis

Em contrapartida a este tipo de memória citada, temos a memória decolonial de resistência ao silenciamento, ao apagamento, à higienização étnica cultural e racista. Nesta perspectiva, esta proposição didática foi formatada, como um espaço virtual da migração haitiana em Itajaí. Atuando como registro das memórias, experiências e recurso didático para o ensino antirracista de história. O projeto hospedado na plataforma do google sites foi montado em etapas. A primeira foi na constituição do projeto de pesquisa. Naquele momento criei um banco de dados com entrevistas, fotos, reportagens, artigos, livros, vídeos, etc. Nas buscas realizadas observei que cientificamente são raros os textos relacionados a espaços virtuais, quando tratados estão vinculados a temática do patrimônio em especial aos museus virtuais ou memoriais virtuais. Embora, os termos museu virtuais e memorial virtual se confundam, eles apresentam algumas características próprias que os diferenciam.

Os museus virtuais seguem duas vertentes. Uma delas tem como maior objetivo preservar e divulgar a memória das instituições físicas museais na internet. A outra busca divulgar de forma interativa parte de seus acervos, oficinas, cursos, entre outros. São projetadas e amparadas pelas tecnologias digitais. Estas propostas podem pertencer ou dialogar com instituições governamentais de promoção e alargamento do acesso a memória e ao patrimônio, da qual os museus abrigam, ou seja, as dinâmicas de apresentação da informação nestes espaços devem explorar as potencialidades da comunicação interativa. De acordo com Rosali Henriques (2004, p. 67):

O museu virtual é um espaço virtual de mediação e de relação do património com os utilizadores. É um museu paralelo e complementar que privilegia a comunicação como forma de envolver e dar a conhecer determinado património. No nosso entendimento, só pode ser considerado museu virtual, aquele que tem suas ações museológicas, ou parte delas trabalhadas num espaço virtual.

Então, apesar de algumas similaridades com a ideia de museu virtual, ou seja, fomentar a valorização e preservação do património e da memória. O nome espaço virtual mostrou-se mais adequado por não dispor de um espaço físico, alguns espaços virtuais encontrados na rede abordam registros históricos de personalidades, lugares ou manifestações culturais. A proposta desenvolvida foi escolhida, também, pelo fato deste trabalho estar vinculado diretamente com a memória, algo intangível, porém muito importante para a construção da identidade.

Então, por ser leigo em construção de sites ou tecnologias do tipo. Nos primórdios busquei recursos técnicos para criação desta ferramenta virtual. Alguns questionamentos feitos foram: Qual seria a melhor plataforma? Um site? Um blog? Uma página no *facebook* ou Instagram? Um canal no *Youtube*? como queria algo que fosse um registro que possibilitasse acesso a textos, imagens, áudio e vídeo tinham que dispor de algo que permitisse no mesmo espaço um pouco de cada. Logo, o site mostrou-se o mais adequado. Utilizei para este fim a plataforma do *google sites*, pois além de ser gratuita os comandos são fáceis e muito intuitivos.

Com o acesso de uma conta google consegui criar o endereço <https://sites.google.com/view/memorialdohaitiemitajai>.

FIGURA 3 – Imagem da tela inicial do site do Espaço Virtual da Migração Haitiana em Itajaí/SC.



O site começou a ser desenvolvido a partir do segundo semestre do ano de 2023. A ideia desde o início era oferecer algo de fácil navegação, sendo acessível tanto a estudantes das mais variadas faixas etárias quanto a professores e aos próprios haitianos. Na página inicial está o nome do site e sua proposta de ser um registro das memórias e experiências do(a)s migrantes haitiano(a)s em Itajaí/SC e recurso didático para o ensino antirracista de história. Mais abaixo é possível ver a pintura Intitulada *Danseurs* (1976) de Ismael Saincilus (1940-2000)⁴⁵

Os links para acessar os conteúdos estão todos dispostos na parte superior de fácil visualização. Ao lado direito no link da página inicial encontra-se o acesso para saber sobre a migração haitiana para Itajaí. Neste espaço é apresentado o processo da diáspora haitiana para a cidade. O próximo tópico denominado *Memórias Solidárias* traz as entrevistas realizadas com os(as)

⁴⁵ O artista, nascido na Petite Riviere de L'Artibonite, começou a desenhar aos sete anos de idade. Aos 16, após visitar o Centre d'Art, começou a pintar. Ismael é muito respeitado no mundo da arte, tanto dentro como fora do Haiti, e suas pinturas são imediatamente reconhecíveis, com obras que retratam a vida camponesa haitiana, assim como obras religiosas com temas que frequentemente misturam influências do cristianismo e do vodou. Considerado o progenitor do estilo Artibonite da pintura, entre os seus alunos estavam artistas como Michel-Ange Altidort, Alix Dorleus, Errol Louis e Carlos J. Baptiste. Por razões políticas, Ismael passou um total de sete anos de prisão em momentos diferentes durante o regime dos Duvalier. Quatro de seus filhos seguiram a carreira do pai, buscando estilos próprios.

haitiano(a)s na unidade escolar do Ceja. Vizinho a este link temos outro que disponibiliza planos de aulas para o ensino antirracista de história. Depois temos mais dois links sobre a história do Haiti e fontes para pesquisa sobre a temática.

Nestes últimos os interessados no assunto poderão acessar algumas referências importantes para o entendimento da cultura haitiana em Itajaí. Está dividido nos seguintes tópicos:

- **Haiti - História em Vídeos:** aqui será possível explorar a fascinante história do Haiti através de uma coleção exclusiva de vídeos. Conhecer os eventos marcantes, personagens inspiradores e momentos históricos que moldaram a nação.

- **Diversos sobre a Migração Haitiana:** espaço destinado a disponibilizar informações sobre os mais variados assuntos da migração haitiana. Dispõe de informações dos costumes, crenças, cotidiano, etc...

- **Registro e Denúncia:** criado com o objetivo de acolher e registrar denúncias e relatos de migrantes haitianos que residem no Brasil. Aqui, os sujeitos podem compartilhar suas experiências, desde desafios enfrentados na adaptação ao novo país até violações de direitos humanos que possam ter sofrido. Através deste canal, busca-se ouvir os migrantes haitianos, contribuindo para a construção de um banco de dados sobre a realidade dessa população haitiana na região e, conseqüentemente, fortalecer as ações de proteção e promoção dos direitos humanos.

- **Notícias sobre Haitianos no Brasil:** dedico este ambiente para trazer notícias sobre a comunidade haitiana no Brasil. Nele você encontrará informações relevantes sobre a vida, os desafios e as conquistas dos imigrantes haitianos em nosso país, desde a chegada até os dias atuais.

- **Pensando a Negritude – Haiti:** neste espaço apresento alguns pesquisadores haitianos ou caribenhos e publicações sobre o pensamento decolonial relacionado ao caso da diáspora haitiana nas Américas.

- **História - Mostra Cultura Haitiana de Itajaí:** aqui mostro a História do Haiti, com um foco especial na revolução haitiana. Além do registro da mostra cultural haitiana desenvolvida na cidade.

3.1 O Espaço Virtual como Recurso Didático para um Ensino Antirracista de História.

O ensino de história, quando pautado em uma perspectiva antirracista, exige do(a) professor(a) uma constante atualização e um compromisso com a desconstrução de narrativas eurocêntricas e racistas. Nesse contexto, o espaço virtual emerge como um recurso pedagógico potente, capaz de ampliar as possibilidades de acesso a diferentes fontes históricas e promover um diálogo mais crítico e engajado com o passado. As proposições didáticas apresentadas a seguir visam contribuir para a alfabetização racial de professores e estudantes, fomentando um ensino antirracista de história.

Na primeira proposição a proposta está totalmente vinculada ao episódio do e-mail neonazista relatado no primeiro capítulo. A segunda é uma peça teatral baseada nas memórias solidárias de James. A terceira proposta didática está vinculada a infância haitiana, inspirada nas memórias solidárias apresentadas, e para isto a elaboração de um poema bilingue português/crioulo é a sugestão. A quarta e última atividade é a criação e produção de um curta metragem com as experiências migracionais aqui estudadas.

Alguns Requisitos para a implementação das proposições:

- **Ativismo:** as ações antirracistas do(a) professor(a) são partes da sua rotina, as quais promovam ações que contribuam para a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.
- **Alfabetização racial continua do(a) professor(a):** é fundamental que o professor esteja em constante processo de aprendizagem sobre questões raciais, buscando desconstruir seus próprios preconceitos e desenvolver uma visão crítica sobre a história.
- **Trabalho interdisciplinar:** a solidariedade e o trabalho coletivo são marcas das proposições para as relações étnicas. Logo, é relevante o planejamento e execução em diálogo com outras áreas (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Etc.)

ATIVIDADE 1

Tema: Combate a Xenofobia e ao Racismo

Público-alvo: Estudantes do Ensino Médio do CEJA

Tempo de aula: 100 minutos (2 aulas)

Objetivos:

- Analisar criticamente o e-mail "Cancelem a Mostra Haiti ou faremos uma chacina em Itajaí" como um exemplo contemporâneo de discurso de ódio e racismo.
- Desconstruir as ideologias racistas e supremacistas brancas presentes no e-mail, utilizando o conhecimento histórico e a cultura haitiana em Itajaí como base para a argumentação.
- Promover a reflexão sobre as raízes históricas do racismo no Brasil e suas consequências na sociedade atual, com foco na invisibilidade e marginalização da cultura afro-brasileira e haitiana em Itajaí.
- Estimular o debate sobre a importância da diversidade, da inclusão e do combate à discriminação racial, reconhecendo a riqueza da cultura haitiana em Itajaí, em Santa Catarina e no Brasil.
- Sensibilizar os estudantes para a importância de uma postura antirracista e ativa na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, valorizando a cultura haitiana como parte da história de Itajaí.

Recursos Didáticos:

- Cópias do e-mail "Cancelem a Mostra Haiti ou faremos uma chacina em Itajaí" para cada estudante.
- Quadro branco ou projetor.
- Celular ou laboratório de informática com acesso a internet.
- Canetas coloridas ou giz.
- Espaço Virtual da Migração Haitiana em Itajaí/SC
<https://sites.google.com/view/memorialdohaitiemitajai>
- Imagens e vídeos da cultura haitiana em Itajaí.

Metodologia:

➤ Aula 1 (50 minutos)

- Introdução (10 minutos)

Iniciar a aula com uma roda de conversas, questionando os alunos sobre o que sabem sobre o racismo, a discriminação racial e a cultura haitiana em Itajaí. Após apresentar o contexto histórico da luta contra o racismo no Brasil, destacando marcos legais e movimentos sociais importantes. O(A) professor(a) deverá explicar o conceito de discurso de ódio e sua relação com o racismo e a discriminação.

- Análise do E-mail (20 minutos)

- Distribuir cópias do e-mail "Cancelem a Mostra Haiti ou faremos uma chacina em Itajaí" para cada estudante.
- Solicitar que o(a)s estudantes leiam o e-mail com atenção e identifiquem as principais ideias e mensagens racistas presentes no texto.
- Promover um debate em aula, utilizando as seguintes perguntas como guia:

Questionamentos

- Quais são as principais ideias racistas defendidas no e-mail?
- Como o autor utiliza a história para justificar suas ideias racistas?
- Quais são os perigos do discurso de ódio e da apologia da violência?
- Como podemos combater o racismo e a discriminação na sociedade?

Aprofundamento Histórico_(20 minutos)

O(A) professor(a) apresentará o Espaço Virtual da Migração Haitiana em Itajaí, (no laboratório de informática ou os estudantes utilizando o próprio celular), mostrando os links de acesso e os elementos da cultura haitiana relacionando a história brasileira através de uma educação antirracista.

➤ **Aula 2 (50 minutos)**

- Debate e Reflexão

- Dividir a turma em pequenos grupos e solicitar que debatam sobre as seguintes questões:

**Como o espaço virtual da migração haitiana em Itajaí pode contribuir para o combate ao racismo?*

**Como o racismo afeta a vida dos migrantes haitianos no Brasil?*

**Quais são as nossas responsabilidades como cidadãos para combater o racismo presente no e-mail e em outros espaços?*

**Como podemos construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos?*

- Atividade Prática (30 minutos): o(a)s estudantes escreverão, em formato digital, depoimentos sobre sua experiência com a atividade. Essas mensagens serão enviadas para serem publicadas no espaço virtual da migração haitiana em Itajaí.

Avaliação:

- A avaliação deve ser um processo contínuo, com *feedback* individual e em grupo ao longo das atividades.

Obs. É importante criar um ambiente seguro e acolhedor para que todo(a)s o(a)s estudantes se sintam à vontade para participar das atividades e expressar suas ideias.

ATIVIDADE 2

Tema: Migração Haitiana para Itajaí - Peça Teatral

Público-alvo: Estudantes do ensino fundamental e/ou ensino médio.

Tempo: 200 minutos (4 aulas)

Objetivo: produzir uma peça teatral sobre a migração haitiana para Itajaí.

1º Encontro - (2 aulas)

Contextualização da temática:

O(A) professor(a) apresentará para os(as) estudantes a história da migração haitiana para a cidade utilizando o espaço virtual da migração haitiana em Itajaí/SC.

- <https://sites.google.com/view/memorialdohaitiemitajai/pesquisa/haiti-hist%C3%B3ria-em-videos>

Após os estudantes em grupo de 4 pessoas escolherão uma das memórias solidárias e criarão uma peça teatral baseada na história de um(a) do(a)s migrantes.

Aqui está um modelo de uma peça teatral em quatro atos baseada na entrevista do migrante haitiano James, disponível no Espaço Virtual da Migração Haitiana para Itajaí.

Peça Teatral

“James e suas memórias”

Os personagens principais serão:

James - jovem haitiano em busca de uma vida melhor no Brasil, sonhador e determinado.

Fára - irmã de James, que o acompanha no Brasil, empática e forte.

Entrevistador(a) - alguém que escuta a história de James e tenta compreendê-lo.

Amigo(a) Brasileiro(a) - que interage com James, representando a sociedade local, com atitudes que vão de curiosidade a preconceito, mas que acaba compreendendo e tornando-se um ativista antirracista.

Ato 1: Chegada ao Brasil e Reencontro

Cenário: Uma sala de espera simples. James e Fára entram, aparentando cansaço, mas também com esperança.

Entrevistador(a): (levanta-se ao vê-los) James! Fára! Que alegria vê-los novamente!

James: (sorrindo) Oi! Faz tanto tempo, não é?

Entrevistador(a): Sim, muito tempo. Vamos sentar e conversar. Como tem sido sua vida no Brasil?

James: (senta e começa a contar) Chegamos há dois anos. Saí do Haiti buscando uma vida melhor. Lá era muito difícil... violência em todo canto, falta de emprego. Eu queria estudar, ter uma chance de fazer algo pela minha família.

Fára: Nossa mãe ficou para trás. A violência era muito ruim, especialmente para jovens. Aqui é mais seguro, e James encontrou algumas oportunidades.

(James conta sobre como era viver no Haiti, a violência das gangues, a situação precária e os sonhos de mudar de vida. O ato termina com ele falando da esperança que sente ao estar no Brasil, apesar das dificuldades.)

Amigo(a) Brasileiro(a): (entra na sala, puxa uma cadeira e senta ao lado de James).

Entrevistador(a): Quem é você que acaba de entrar?

Amigo(a) Brasileiro(a): sou amigo(a) branco(a) de James e Fará.

Ato 2: Infância no Haiti e Primeiros Passos no Brasil

Cenário: Uma sala simples com uma cadeira onde o entrevistador e James continuam conversando.

Entrevistador(a): Como foi a sua infância, James? Alguma lembrança boa?

James: (sorri com nostalgia) Sim, foi boa. Eu brincava com amigos, ia à escola... mas lá tínhamos que fazer as atividades, ou o professor batia. Lembro que era normal isso. Só que com o tempo, as coisas foram piorando. A violência no Haiti está muito forte. As gangues aterrorizam quem está lá.

Entrevistador(a): (balança a cabeça, pensativo) E ao chegar ao Brasil, como foi? Teve alguma dificuldade?

James: Sim, muitas. No começo, eu não falava português. Me sentia muito sozinho. Aprendi a língua jogando online, em jogos como *Free Fire*. Lá fiz alguns amigos brasileiros, mas também senti preconceito, principalmente na escola.

Fára: As pessoas olhavam estranho, não queriam brincar com ele. James sofreu muito para se adaptar, mas foi aos poucos que ele foi conseguindo se integrar. (Neste ato, James reflete sobre as dificuldades enfrentadas, especialmente o racismo. Ele fala sobre como se esforçou para aprender português e sobre o desejo de ser aceito e ter uma vida digna.)

Amigo(a) Brasileiro(a): posso falar? Eu acho que nosso país devia ajudar mais os migrantes. Pois eles são pessoas legais.

Ato 3: Desafios do Trabalho Informal e da Saudade da Família

Cenário: Uma rua onde James conversa com um colega brasileiro, Lucas.

Amigo(a) Brasileiro(a): (curioso) E aí, James, tá gostando do trabalho na fruteira?

James: (suspiro) É bom, mas eu queria algo mais estável. Trabalho na informalidade, sem direitos. Mando quase tudo que ganho para minha mãe, que ficou no Haiti.

Amigo(a) Brasileiro(a): Deve ser difícil pra você. Mas sendo negro e migrante não espere algo melhor. Nunca pensou em voltar?

James: (olha distante) Não, morar lá é impossível. A vida é muito dura. Mas sinto saudades. Mando dinheiro para minha mãe e minha irmã mais nova. Elas precisam muito de ajuda. Mas não concordo com você para não esperar coisa melhor, só por eu ser negro e migrante. Isto é racismo! E você como brasileiro não pode naturalizar coisas desse tipo.

Fára: (entrando em cena e ouvindo a fala de seu irmão, completa). Somos seres humanos como qualquer brasileiro ou brasileira. Temos que ser respeitados por isto e não tratados com desigualdades. Você amigo(a) brasileiro(a) pode nos ajudar não apenas não sendo racista, mas sendo antirracista.

Amigo(a) Brasileiro(a): Concordo! Nunca havia pensado nisto. Vou me alfabetizar racialmente para não naturalizar e reproduzir o racismo estrutural.

Ato 4: Sonhos e Esperança para o Futuro

Cenário: Uma sala com uma mesa onde James e o entrevistador voltam a conversar. James está mais confiante.

Entrevistador(a): E o que você sonha para o futuro, James?

James: Quero ser professor de história e inglês. Acredito que a educação é a chave para mudar a vida das pessoas, inclusive no Haiti. Quero ensinar sobre a revolução haitiana, sobre Dessalines que libertou meu povo.

Fára: (orgulhosa) Ele sempre quis isso, e eu acredito que ele vai conseguir.

Amigo(a) Brasileiro(a): (entrando) Professor? Isso é incrível, James. Acho que você vai ser um grande professor! E estive pesquisando na internet e encontrei um site chamado Espaço Virtual da Migração Haitiana para Itajaí. Lá você encontra muitos conteúdos sobre a diáspora haitiana para Itajaí e a luta antirracista.

James: Obrigado, Amigo(a) Brasileiro(a), pela sua sensibilidade. A luta antirracista é de todos nós, migrantes ou não. Quero continuar no Brasil, onde posso construir algo para mim e minha família. Sei que o caminho é difícil, mas não vou desistir.

Conclusão da Peça

A peça termina com os personagens em linha horizontal, um ao lado do outro – fundo musical negro drama de racionais MCs - com o punho direito erguido (símbolo dos panteras negras), após 30 segundos em silêncio gritam juntos VIDAS NEGRAS IMPORTAM!

2º Encontro (2 aulas)

Os grupos de estudantes com os roteiros elaborados na aula anterior farão ensaio de suas peças para apresentação ao final para o professor.

A avaliação da peça pelo professor pode se basear em vários aspectos que envolvem tanto a execução teatral quanto a compreensão e interpretação do conteúdo. Aqui estão alguns critérios possíveis que o professor pode usar:

- Compreensão e Fidelidade ao Tema

Aderência à História: será considerado satisfatório se a peça conseguir retratar de forma fiel a história de James, mostrando a realidade de um migrante haitiano e os desafios enfrentados.

Compreensão do Contexto: será importante que o(a)s estudantes demonstrem entender as questões de violência no Haiti, os desafios da migração, o impacto do racismo e a busca por melhores condições de vida.

- Qualidade do Roteiro e Criatividade

Estrutura da Peça: a clareza na divisão dos atos e a construção da narrativa (introdução, desenvolvimento e conclusão) são elementos que podem ser considerados na avaliação.

Profundidade dos Diálogos: o(a) professor(a) pode avaliar se os diálogos são bem escritos e transmitem a profundidade da experiência de James, abordando temas como trabalho, saudade, racismo e sonhos de forma autêntica.

Criatividade na Adaptação: embora baseada numa história real, a peça deve ter um toque criativo que traga a emoção e as experiências de James de maneira envolvente e acessível para o público.

- Interpretação dos Personagens

Desenvolvimento de Personagens: a avaliação pode considerar se os personagens foram bem interpretados e se foram capazes de transmitir as emoções e o contexto de cada um, especialmente o de James e Fára.

Expressão e Emoção: o(a) professor(a) pode observar a habilidade do(a)s estudantes em demonstrar emoções – como saudade, esperança, empatia e superação – de forma autêntica e envolvente.

- Aspectos Técnicos e de Produção

Uso do Espaço e Cenário: a criatividade com o cenário, mesmo que simples, contribui para a imersão na história. O professor pode observar se houve um uso eficiente do espaço cênico para ajudar a contar a história.

Figurino e Acessórios: poderá ser considerado se os figurinos e acessórios escolhidos ajudam a ambientar e dar credibilidade aos personagens e ao enredo.

Interação entre os Atores: A coordenação entre os atores é importante para criar uma narrativa fluida e envolvente, e pode ser um critério de avaliação.

- Mensagem e Reflexão Social

Sensibilização para a Questão Migratória: a professor pode observar se a peça conseguiu transmitir a complexidade da experiência migratória e os desafios enfrentados pelos imigrantes, despertando empatia e compreensão no público.

Desenvolvimento de Valores Humanos: a peça pode ser avaliada por sua capacidade de transmitir valores como solidariedade, resiliência, esperança e respeito à diversidade.

- Trabalho em Equipe e Organização

Participação e Colaboração: a peça provavelmente envolverá trabalho em equipe e colaboração, e o professor poderá avaliar a organização e o comprometimento do(a)s estudantes com o projeto.

Divisão de Tarefas: a distribuição de papéis e responsabilidades e como cada estudante contribuiu para o sucesso da peça também podem ser considerados na avaliação.

ATIVIDADE 3

Tema: A Infância Haitiana

Público-alvo: Estudantes do ensino fundamental e/ou ensino médio.

Tempo: 200 minutos (4 aulas)

Objetivo: produzir um *Rap* ou Poema bilíngue – crioulo/português sobre a migração haitiana para Itajaí.

1º Encontro (2 aulas)

Materiais:

- Entrevistas do(a)s migrantes haitiano(a)s disponíveis no Espaço Virtual da Migração Haitiana para Itajaí
- Imagens de crianças haitianas em diferentes contextos
- Dicionário de crioulo haitiano/português – *google* tradutor
- Computadores com acesso à internet
- Cartolina, canetas coloridas e outros materiais para a produção do poema

Sugestão:

- Iniciar a aula com uma roda de conversas, questionando o(a)s estudantes sobre o que sabem sobre o Haiti e sobre a migração.
- Mostrar um mapa-múndi, localizando o Haiti e o Brasil, e debater as distâncias e as diferenças culturais entre os dois países.
- Exibir imagens de crianças haitianas em diferentes contextos (família, escola, trabalho), incentivando a observação e a troca de impressões.
- Apresentar o site do Espaço Virtual da Migração Haitiana em Itajaí, abordando as causas da migração (desastres naturais, instabilidade política, crise econômica), o processo de imigração e as dificuldades enfrentadas pelos migrantes.
>https://sites.google.com/d/1x__o6ul9kr6H5vcf2VOXn5x9YggdY3J/p/10b6EDvgEOmvWGBAl_FAyBM3Z5uqBVHWm/edit
- Expor os dados sobre a presença de crianças haitianas no Brasil e em Itajaí, destacando suas histórias de vida, seus sonhos e suas dificuldades.
- Abordar a importância da educação para a integração das crianças haitianas na sociedade brasileira.

2º Encontro (2 aulas)

- Apresentar o crioulo haitiano como língua materna da maioria da população haitiana.
- Utilizar o tradutor do *Google* para explorar algumas palavras e frases em crioulo haitiano, incentivando o(a)s estudantes a experimentar a língua.

Produção de um *Rap* ou Poema Bilingue:

- Dividir a turma em grupos, distribuir uma cartolina para cada grupo, e propor a criação de um poema bilingue (crioulo e português) sobre a experiência de uma criança haitiana no Brasil.
- Orientar o(a)s estudantes a utilizar o tradutor do *Google* para auxiliar na tradução das palavras e frases.
- Incentivar a criatividade e a expressão de sentimentos e emoções através da poesia.
- Ao final, os grupos apresentarão seus poemas para a turma.

Reflexão e Ações:

- Promover uma roda de conversa sobre a experiência de produção do poema, incentivando a reflexão sobre os desafios e as conquistas da imigração haitiana.
- Discutir a importância da empatia, do respeito à diversidade cultural e da luta contra o preconceito e a discriminação.
- Estimular o(a)s estudantes a serem agentes de transformação, promovendo a inclusão e a valorização da diversidade em suas comunidades.

Sugestões de atividades complementares:

- Convidar um(a) estudante migrante haitiano para contar sua história de vida.
- Organizar uma campanha de arrecadação de livros infantis e materiais escolares para crianças haitianas.

- Produzir cartazes e panfletos sobre a importância da integração dos imigrantes haitianos.

Observações:

- É fundamental adaptar as atividades às características da turma e aos recursos disponíveis na escola.
- A utilização do tradutor do Google é apenas uma ferramenta auxiliar, sendo importante que o(a)s estudantes sejam incentivados a buscar outras fontes de informação sobre o crioulo haitiano.

Recursos Adicionais:

- Livros e artigos sobre a migração haitiana para o Brasil
- Vídeos sobre a cultura haitiana
- Sites sobre migrantes haitianos

https://sites.google.com/d/1x_o6ul9kr6H5vcf2VOXn5x9YggdY3J/p/10b6EDvgEOmvWGBAl_FAyBM3Z5uqBVHWm/edit

- Ao utilizar o tradutor do *Google*, é fundamental ter em mente que ele pode apresentar algumas imprecisões. Por isso, é importante complementar a atividade com outras fontes de informação e com a orientação do(a) professor(a).

Importante: O objetivo principal desta aula é promover a reflexão sobre a migração haitiana no mundo da criança, desconstruindo estereótipos e incentivando a empatia e o respeito à diversidade cultural.

ATIVIDADE 4

Curta Metragem

Tema: A diáspora haitiana e o racismo estrutural no Brasil

Público-alvo: Estudantes do ensino fundamental e/ou ensino médio.

Tempo: 200 minutos (4 aulas)

Objetivo: desenvolver um curta metragem sobre as raízes históricas, políticas e econômicas que levaram à diáspora haitiana e seu encontro com o racismo estrutural no Brasil.

1º Encontro (2 aulas)

O(A) professor(a) com o auxílio do site Espaço Virtual da Migração Haitiana em Itajaí/SC, fará uma apresentação de alguns tópicos como:

- Breve história do Haiti: Colonização, escravidão e a Revolução Haitiana (1804).
- A independência do Haiti como o primeiro país negro livre das Américas.
- O imperialismo e as intervenções externas no século XX.
- Crises políticas e econômicas no Haiti, terremoto de 2010 e o impacto nas migrações.

Atividades:

- Apresentação de imagens e vídeos sobre o Haiti.
- Problematização sobre a Revolução Haitiana e sua importância no contexto global.
- Debate sobre o conceito de diáspora e suas razões no contexto haitiano.

Texto: "O Haiti: um país vítima do ódio e da exploração das potências há 200 anos"

disponível em: <https://sites.google.com/view/memorialdohaitiemitajai/pesquisa/pensando-a-negritude-haiti>

2º Encontro (2 aulas)

- Produção do Material Audiovisual

Divisão em grupos:

Cada grupo escolherá um aspecto da temática a ser abordado no curta-metragem (por exemplo, a jornada migratória, o trabalho, a educação, a saúde, o dia a dia nos novos lares).

Produção de roteiros:

Os grupos elaborarão roteiros para as cenas que serão filmadas, definindo personagens, diálogos, locações e tempo de duração.

Gravação e edição:

O(A)s estudantes poderão utilizar celulares ou câmeras para gravar as cenas. *Softwares* de edição de vídeo gratuitos podem ser utilizados para montar o curta-metragem.

Recursos:

Projetores

Computadores com acesso à internet

Site do Espaço Virtual da Migração Haitiana para Itajaí/SC

Câmeras ou celulares

Softwares de edição de vídeo

Avaliação:

Participação nas discussões.

Criatividade e originalidade na produção do material audiovisual.

Compreensão dos conceitos abordados.

Trabalho em equipe.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tenho plena consciência que este trabalho não se finaliza aqui. Como já dito na introdução, trata-se de uma continuidade dos mais variados saberes ancestrais que me foram solidários e permitiram a contribuição com um pedacinho na colcha de retalhos da vida. Percebo que o caminho trilhado foi também uma trajetória pessoal de aprendizado e transformação.

Dialogar com as memórias solidárias do(a)s migrantes haitiano(a)s revelou-se além de histórias de resistência, como um encontro de identidades e afetos compartilhados. Este projeto foi um exercício de escuta e respeito a experiência migracional haitiana, ao qual me propus construir um ensino antirracista de história que valorize a experiência e o saber daqueles que, mesmo em contextos de adversidade, carregam na força de suas memórias a solidariedade e o desejo de paz.

Creio que a pesquisa trouxe uma contribuição importante para os estudos do fenômeno das migrações negras para o Brasil, em especial a cidade de Itajaí localizada no Estado de Santa Catarina, no Sul do país. Espero que este trabalho tenha desafiado a perspectiva colonial, ao trazer a experiência da diáspora haitiana para o ensino antirracista de história. Do memorial a este momento aqui procurei passar as emoções que senti na construção da escrita e nos desafios que se apresentaram.

Na primeira parte busquei mostrar os aspectos inerentes a diáspora haitiana nas Américas. O Haiti, é um país profundamente marcado pelo colonialismo e pela exploração. Foi um dos primeiros territórios nas Américas a estabelecer o sistema da *plantation* escravista, com latifúndios monocultores voltados para o mercado externo. Em 1791 os haitianos e haitianas se rebelaram sob a liderança de Toussaint Louverture, resultando na independência em 1804, tornando-se a primeira república negra no mundo. No entanto, essa conquista foi apenas o início de novos desafios nas décadas que se seguiram.

A instabilidade política e social levou a uma crise estrutural, exacerbada pela pobreza e por desastres naturais, como o terremoto em 2010. Na busca de melhores condições de vidas, muito(a)s sujeito(a)s são obrigados a migrar em busca de melhores oportunidades. Nesta perspectiva, o Brasil surge como um

lugar possível para a vida almejada pelo(a)s migrantes. Porém, ao chegar no país deparam-se com a estrutura da colonialidade inerentes a sociedade brasileira. Os dados do censo escolar e das instituições apresentadas mostraram a evolução quantitativa destas pessoas na cidade. O episódio da ameaça neonazista contra o(a)s migrantes haitiano(a)s na primeira mostra de cultura haitiana de Itajaí no ano de 2022 reforçam os desafios enfrentados contra a xenofobia e o racismo.

Já na segunda parte trouxe os caminhos decoloniais percorridos por meio da problematização de memórias pretas ou pretas memórias para a construção das mônadas. Estas foram organizadas de forma a mostrar a particularidade de cada entrevista, preservando seus nomes e imagens. Os diálogos estabelecidos nas entrevistas permitiram identificar algumas experiências conexas entre eles na vida escolar e no meio urbano com a violência. O racismo ao qual estão submetidos(a)s explícita ou implicitamente apareceram nas linhas e entre linhas. Em geral, o(as) migrantes haitiano(a)s são otimistas em relação ao futuro e gostam de estar na escola. Possuem desejo de uma vida de progresso e paz com a família no Brasil.

Demonstrei, também, as particularidades de um ensino antirracista de história e sua conexão com as memórias que me foram solidárias. Os desafios da luta antirracista no ensino de história são inúmeros, motivados pela capacidade camaleoa do racismo presente na estrutura social. ***Numa educação racista, não basta o professor de história não ser racista, precisa ser antirracista.***

O ativismo pela causa deve estar na sua vida cotidiana no ambiente escolar. O ensino antirracista de história apresentado torna-se importante perante ao cenário político atual com o crescimento do discurso de ódio e das políticas racializantes. Percorri uma via por meio da decolonialidade, existem infinitas vias a serem exploradas. A diáspora haitiana nas Américas pode ser problematizada por múltiplas perspectivas. Creio existirem muitas pautas a serem abordadas. As crianças, mulheres e idoso(a)s migrantes haitiano(a)s merecem maior atenção das pesquisas e das políticas públicas sobre as relações étnicas, considerando que estão mais vulneráveis as violências estruturais da colonialidade.

Por fim, apresentei o site do Espaço Virtual da Migração Haitiana para Itajaí e as 4 atividades, ou melhor, sugestões para um ensino antirracista de história, que visa promover no ambiente escolar um espaço onde a diversidade é honrada e as experiências negras migracionais valorizadas. Na primeira atividade trouxe a problemática da xenofobia e do racismo. Na segunda apresento como sugestão uma peça teatral baseada nas memórias que foram gentis a este estudo. Na terceira proposta ofereço por meio da construção de um poema ou RAP bilingue crioulo/português uma intervenção antirracista no mundo infantil. Na quarta e última atividade é apresentada a criação de um curta metragem, também, com base nas memórias solidárias do(a)s migrantes haitiano(a)s.

Concluo, por hora, este estudo com o desejo que ele inspire novas iniciativas de ensino antirracista de história, que possam, na prática, contribuir para uma sociedade mais justa e consciente de suas responsabilidades históricas e sociais. Que as memórias solidárias de migrantes haitiano(a)s continuem iluminando o caminho para educadores e estudantes, na construção de uma história para a vida, onde cada sujeito(a) encontre o seu lugar num mundo sem racismo.

5. REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Fontes Orais - História dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Orais*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. *Revista Brasileira de Ciências Políticas*, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio, agosto, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BENJAMIN, W. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze et al. Introdução. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramon (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 9-26.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei número 9394, de 20 de dezembro de 1996).
- BERGSON, H. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- COSTA, Moacir da; SILVA, José Bento Rosa da. **Negros em Itajahy: da invisibilidade à visibilidade. Mais de 150 anos de história**. Itajaí: Casa Aberta, 2010.
- CAMILO, Vandelir. **NECROMEMÓRIA: reflexões sobre um conceito**. *Canoa Do Tempo*, 13, (2021), 1-28. <https://doi.org/10.38047/rct.v13.FC.2021.al10.p.1.28>
- CARSPECKEN, Phil Francis. **Pesquisa Qualitativa Crítica: conceitos básicos**. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 395-424, maio/ago. 2011.
- CESAIRE, Aimé. **Discurso Sobre o Colonialismo**. Porto: Poveira, 1971.
- DIEME, Kassoum. **O Haiti e suas migrações**. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 25, n. 49, p. 17-48, 2017. DOI: 10.20396/tematicas.v25i49/50.11127. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11127>. Acesso em: 28 abr. 2024
- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. *Tempo*, v. 12, p. 100-122, 2007.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.
- GOMES, Paula Vieira Parreiras. **A história do Haiti na perspectiva dos migrantes haitianos em Santa Catarina: uma proposta para o ensino de história**. Dissertação de Mestrado/Prohstória/UFSC, Florianópolis, 2023. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/739617>.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990

HALL, Stuart. Da Diáspora: **Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. (2004). **Memória, museologia e virtualidade: um estudo sobre o Museu da Pessoa** (Dissertação de Mestrado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Disponível em:

JAMES, C. L. R. (Cyril Lionel Robert). **Os jacobinos negros**: Toussaint L'ouverture e a revolução de São Domingos \ /c C.L.R James; tradução Afonso Teixeira Filho. São Paulo, SP: Boitempo, 2000.

JOSEPH, Handerson. **Diáspora**: As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional/UFRJ, 2015. Disponível em:

<http://www.haitiaqui.com/files/JOSEPH%20,%20Handerson.%202015.%20Di%C3%A1spora.%20As%20din%C3%A2micas%20da%20mobilidade%20haitiana%20no%20Brasil,%20no%20Suriname%20e%20na%20Guiana%20Francesa.%20UFRJ.%20Museu%20Nacional.%20PPGAS.%20Rio%20de%20Janeiro.pdf>
. Acesso em 04 de maio de 2023.

JOSEPH, Handerson. **Diáspora**. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 43, jun., 2015, p. 51-78.

JOSEPH, Handerson e JOSEPH, Rose-Myrlie. **As relações de gênero, de classe e de raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 9, n. 2, 2015, p. 1-33.

JOSEPH, Handerson. “La negrización de las migraciones”. In: Joseph, Handerson y Miranda, Bruno. **Movilidades y diásporas negras em las Américas**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, p. 76-85. Disponível em:
https://www.academia.edu/53171559/La_negrizaci%C3%B3n_de_las_migraciones.

JOSEPH, Handerson. Prefácio: “As mulheres negras migrantes podem falar?” In: ROSÁRIO, LÍVIA, Vere na Cunha do. **Atravessando fronteiras: mulheres negras migrantes no Amapá**. São Paulo: Editora Dialética, 2021, p. 1-8

LIMA, Valdemar de Assis. **O branco no preto e o preto no branco**: EARER e o uso social da memória no fazer-se antirracista de pessoas brancas. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254060>

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. **A imigração haitiana em Santa Catarina: fases e contradições da inserção laboral**. In: Anais do XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas [=Blucher Social Science Proceedings, n.4 v.2]. São Paulo: Blucher, 2016, p. 377-388.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2007. p. 127-159.

MATA, Inocência. **Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas**. Revista Civitas, Porto Alegre, v 14, n. 1, Dossiê: Diálogos do Sul, p. 27-42, jan./abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.1.16185>

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Editora n. 1 edições, 2018
MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento e apertura. Un manifesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007. p. 25-46.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

PAIM, E. A.; ARAÚJO, H. M. M. (2021). **Uma apresentação ou das cartografias decoloniais no ensino de História**. Intellectus, 20(1), i-vi. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/intellectus.2021.60982>.

PNUD. **The Human Development Report 2021/2022**. Disponível em: https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2021-22pdf_1.pdf. Acesso em 15 de maio de 2023.

PROUST, Marcel. **O tempo redescoberto**. São Paulo: Globo, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur-Sur, CLACSO, 2005. p. 107-130.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 93-126

REIS, Diego dos Santos. Corpo-documento: um ensaio para descolonizar memórias. **REVISTA INTERTERRITÓRIOS**, v. 8, p. 78-93, 2022.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SEGUY, Franck. **Catástrofe de janeiro de 2010**, a “internacional comunitária” e a recolonização do Haiti. Campinas, Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2014

SILVA, J. F. da; SANTOS, A. R. dos. Tensão entre Memória Colonial e a Memória Decolonial na construção do Currículo Escolar: problematizando as heranças coloniais. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 1–12, 2023. DOI: 10.15687/rec.v16i1.65089. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/65089>. Acesso em 5 de novembro de 2023.

VILLEN, Patrícia; DIAS, Gustavo Dias. 2021. "**Migração - Abdelmalek Sayad**". In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/migracao-abdelmalek-sayad>. ISSN: 2676-038X (online).

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogia decolonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir e re-vivir. **Revista (entre palabras)**, Quito, v. 3, p. 1-29, 2009.

ANEXOS

ANEXO I

GUIA DE ENTREVISTAS

PESQUISA ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA: Memórias Solidárias de Migrantes Haitiano(a)s em Itajaí/ SC

CURSO: MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA/UFSC – 2023

PESQUISADOR: Ubirajara Soares Monteiro

ORIENTADOR: Elison Antonio Paim

Entrevistado:

Idade:

Cidade de Nascimento:

País de origem:

- 1) Como foi sua infância no Haiti?
- 2) Como era sua vida antes do terremoto?
 - a) Estudava?
 - b) Trabalhava?
- 3) Você tem lembranças do terremoto de 2010?
 - a) Sim, o que você lembra?
 - b) Não, o que você ouviu falar sobre?
- 4) Como era a escola no Haiti?
- 5) Como era a segurança pública no Haiti?
- 6) Quanto tempo faz que você está no Brasil?
- 7) Qual motivo levou você a vir para o Brasil?
- 8) Conte como foi a sua vinda para o Brasil.
- 9) Como você soube da cidade de Itajaí?
- 10) Conte da sua trajetória no Brasil até chegar em Itajaí.
- 11) Você reside em qual bairro?
- 12) Quantas pessoas residem em sua casa?
- 13) Quantas pessoas da sua família estão em Itajaí?
- 14) Por que você decidiu estudar aqui no Brasil?
- 15) Por que escolheu o CEJA?
- 16) O que você acha da educação no Brasil?
- 17) Já sofreu racismo aqui no Brasil?
- 18) Quais as maiores dificuldades para o emigrante haitiano na escola?
- 19) Como você entende a história do Brasil que é ensinada?

- 20) Quais suas sugestões para os brasileiros acolherem melhor os haitianos na escola?
- 21) Qual o seu maior sonho na vida?

OBSERVAÇÕES

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA

LINHA DE PESQUISA: SABERES HISTÓRICOS NO ESPAÇO ESCOLAR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado/a, convidamos você para participar da pesquisa de Ubirajara Soares Monteiro, Aluno do do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal de Santa Catarina, que trata do Ensino de História Antirracista: memórias e experiências de migrantes hatianos na cidade de Itajaí/SC. O objetivo do estudo é Propor metodologia para o desenvolvimento de um ensino de história antirracista por meio das memórias e experiências de migrantes haitianos na cidade de Itajaí/SC. Como benefícios indiretos, visamos: aprofundar conhecimentos sobre memória, experiências e educação para as relações étnico-raciais nas escolas; proporcionar formação mais dialogal com o mundo da escola para acadêmicos e pesquisadores na medida em que estes se aproximem das memórias, saberes e fazeres dos professores e estudantes no tocante a educação para as relações étnico-raciais positivas; valorizar as experiências dos professores referente aos trabalhos vinculados a educação para as relações étnico-raciais positivas; possibilitar a socialização de experiências entre os professores das escolas participantes do projeto e estudantes de mestrado e doutorado; sensibilizar gestores e docentes das escolas foco da pesquisa sobre as consequências que as violências dos racismos causam em todos os aspectos da vida do sujeito negro; aprofundar a

importância do conhecimento sobre as legislações promotoras da educação das relações étnico-raciais, bem como as possibilidades de efetivação das mesmas; estimular a integração social e a criação de vínculos respeitosos e solidários entre as comunidades da diáspora africana nas Américas.

Solicitamos a sua colaboração para participar de uma entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos acadêmicos, bem como publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, você decidirá como gostará de ser nomeado na pesquisa, garantindo o direito de preservar a sua identidade.

Durante a pesquisa você será entrevistado/a a respeito da sua trajetória e experiência profissional mediante o registro em áudio, para posterior transcrição. Salientamos que situações desagradáveis podem surgir durante a entrevista como cansaço ou aborrecimento, alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre compreensão a temática. No entanto, o pesquisador buscará minimizar ao máximo esses riscos e caso o pesquisado desejar se manter no anonimato este terá a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade durante todas as fases da pesquisa. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, não há obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores. Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

O presente documento trata de uma norma instituída pelo CEP (Comitê de Ética em Pesquisa). O sistema CEP-CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) foi instituído em 1996 para proceder a análise ética de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil. Este processo é baseado em uma série de resoluções e normativas deliberados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão vinculado ao Ministério da Saúde.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), possui seu Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos desde 16 de junho de 1997, registrado junto ao CONEP. O CEPSC é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, vinculado a Pró Reitoria de Pesquisa e de acordo com seu art. 2º: tem por finalidade defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua

integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Foram elaboradas duas vias deste documento, rubricadas e assinadas por você e pelo pesquisador responsável (atendendo ao item IV.5.d da res. 466/12 e art. 32o. da res. 510/16). Guarde-a cuidadosamente, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

A legislação brasileira não permite que você tenha qualquer compensação financeira pela sua participação em pesquisa. Caso você tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente consubstanciada. Tendo em vista que as entrevistas serão conduzidas e custeadas por instrumentos adquiridos com a verba da Bolsa de Produtividade em Pesquisa, não está prevista o ressarcimento por meio de compensação material, uma vez que não haverá despesas por parte do participante e seus acompanhantes, tais como transporte e alimentação. Caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, você será ressarcido/a. Despesas de transporte e alimentação são de responsabilidade do pesquisador a fim de garantir que você não tenha nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa (conforme preconizados pelos itens II.21 e IV. 3.g da res. 466/12 e art. 2o., inc. XXIV, art. 9o., inc. VII, e art. 10o. da res. 510/16).

Eu, Ubirajara Soares Monteiro, responsável pela pesquisa, estarei a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa pessoalmente, pelo telefone, WhatsApp ou e-mail.

Telefone: (47) 992019393

E-mail: biradosul@hotmail.com

Endereço Profissional: Universidade Federal de Santa Catarina, Reitoria, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social. Campus Reitor João David Ferreira Lima - Centro de Educação- Sala 400 Trindade 84040900 - Florianópolis, SC - Brasil - Caixa-postal: 88037500. Telefone: (48) 37219912

Você também poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH) por e-mail cep.propesq@contato.ufsc.br, telefone (55) 48-3721-6094, Carta ou

Pessoalmente, no endereço Reitoria II R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, 4º andar, sala 401 Trindade 88040-400 – Florianópolis – SC .

Eu, Ubirajara Soares Monteiro, comprometo-me a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 466/12 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

Ubirajara Soares Monteiro
Pesquisador Responsável

Eu, _____,
documento _____ li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de confiança) e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa.

_____, ____ de _____ de 202 ____.

Assinatura do/a participante